

**Universidade Federal do Ceará**  
**Centro de Humanidades**  
**Programa de Pós-graduação em História**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

## **O OURO DO MAR**

**Do surgimento da indústria da pesca da lagosta no Brasil à condição do pescador artesanal na História do tempo presente(1955-2000).**

**Uma narrativa sócio-histórico marítima.**

**Autor: Túlio de Souza Muniz**

**Fortaleza-CE**

**2005**

**Universidade Federal do Ceará**  
**Centro de Humanidades**  
**Programa de Pós-graduação em História**

**Túlio de Souza Muniz**

## **O OURO DO MAR**

**Do surgimento da indústria da pesca da lagosta no Brasil à condição do pescador artesanal na História do tempo presente (1955-2000).**

**Uma narrativa sócio-histórico marítima.**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de mestre em História Social à comissão julgadora da Universidade Federal do Ceará, sob orientação do Prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard.

**Fortaleza-CE**

**2005**

**Túlio de Souza Muniz**

# **O OURO DO MAR**

**Do surgimento da indústria da pesca da lagosta no Brasil à condição do pescador artesanal na História do tempo presente (1955-2000).**

**Uma narrativa sócio-histórico marítima.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em História Social no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, pela comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

Banca Examinadora.

---

Prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard.

---

Prof. Dr. Frederico Castro Neves

---

Profa. Dra. Sílvia Márcia Alves Siqueira

Aprovado em \_\_\_\_ de Dezembro de 2005.

**MUNIZ, Túlio de Souza. O Ouro do Mar. Do surgimento da indústria da pesca da lagosta no Brasil à condição do pescador artesanal na História do tempo presente (1955-2000). Uma narrativa sócio-histórico marítima. / Túlio de Souza Muniz – Fortaleza. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal**

A Maíra, minha filha, que tem um quê de mar no nome.

A Juarez Muniz e Elza de Souza, meus pais.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos meus professores e professoras do Departamento de História da UFC, e ao professor Sá Pessoa (História da Arte, departamento de Arquitetura da UFC) com os quais tive o prazer de compartilhar as salas de aula durante minha graduação (2000 – 2003) e mestrado. Em maior ou menor intensidade, todos me ajudaram a chegar às conclusões que aqui apresento.

Agradeço especialmente aos amigos que tanto me ajudaram nesta jornada, sobretudo Daniel Lins, Sylvie Delacours Lins, Esther Barbosa e Sílvia Alves, pelas reflexões afetuosas.

E aos tantos amigos pescadores de Redonda e Barreiras, em Icapuí-CE, e de Canoa Quebrada e Estevão, em Aracati-CE, que me ajudaram a entender um pouco melhor o mar de nossas vidas.

## **RESUMO**

### **O OURO DO MAR**

**Do surgimento da indústria da pesca da lagosta no Brasil à condição do pescador artesanal na História do tempo presente (1955-2000).**

**Uma narrativa sócio-histórico marítima.**

O presente trabalho trata da condição dos pescadores artesanais na contemporaneidade, das reapropriações de saberes decorrentes do confronto entre as modalidades de pesca artesanal e industrial. As reflexões seguem em torno da historicização da implantação da pesca industrial no Brasil a partir da pesca da lagosta a partir da década de 1950, destacando um conflito internacional entre o Brasil e a França na década de 1960 e a relação do pescador artesanal com esses acontecimentos. Por fim procura-se entender o cotidiano dos pescadores que se defrontam com alterações de saberes e no meio ambiente provocadas pelos fatos narrados.

Palavras-chave: Pesca, História , Memória, Meio-Ambiente

## **The gold of the sea**

**Of the sprouting of the Fish Industry of the lobster in Brazil to the condition of the artisan fisherman in the History of the present time (1955-2000).**

**A maritime narrative historical partner.**

The present work deals with the condition of the artisan fishing at the present, of the appropriate of knowledge originated of the confrontation between the artisan fishing and the industrial fishing. The reflections follow around the history of the implantation of industrial fishing in Brazil from the lobster fishing at 1950, standing out an international conflict between Brazil and France in the 1960 and the relation of the artisan fisherman with these events. Finally to look for understand the daily of the fisherman who confronted with alterations of knowledge and at the environment provoked by the facts.

Word-key: It fishes, History, Memory, Environment

*“O arquétipo do homem litorâneo cearense é o jangadeiro. Tal como o sertanejo, acima de tudo um forte. Em sua jangada, íntima montaria, vai domando ‘verdes mares bravios’ até desaparecer além do horizonte. Até voltar dia ou dias depois. Ou não.”*

**Alexandre Barbalho, in *Mar de Luz***

## **ÍNDICE**

**Apresentação.....Pg. 02**

**Introdução.....Pg. 06**

**Capítulo I - Anos de Pesca.....Pg.15**

1- Antigas e novas relações sócio-econômicas e ambientais.....Pg. 15

2-A 'descoberta' do Ouro do Mar.....Pg. 22

3-Um americano em Fortaleza..... Pg. 28

**Capítulo II - A “Guerra da Lagosta”.....Pg. 39**

1-A guerra que não houve.....Pg. 39

2-Xenofobia.....Pg. 53

3- Uma guerra de festim.....Pg. 56

4-O Pescador e a Guerra.....Pg. 60

5-Piratas Modernos.....Pg. 61

**Capítulo III - Por uma sócio-historiografia marítima.....Pg. 67**

1-História de Pescador.....Pg. 67

2-Mar de ninguém, mas de todos.....Pg. 71

3-O novo corpo do pescador.....Pg. 73

4-Com quantos paus se fazia uma jangada.....Pg. 77

5-Nem tudo que reluz é ouro.....Pg. 90

**Conclusão .....Pg. 99**

**Bibliografia.....Pg. 104**

**Índice de mapas, tabelas e figuras.....Pg. 113**

**Anexos.....Pg. 114**

## Apresentação

*“À beira-mar. Não tenho desejos de construir uma casa e isso mesmo contribui para minha felicidade de não ser proprietário. Mas se a isso fosse forçado, desejaria, tal como certos romanos, construí-la quase ao mar; agradar-me-ia ter com este belo monstro alguns segredos em comum”*

**Nietzsche, “A Gaia Ciência”**

O presente trabalho se propõe estudar as alterações e complexidades de saberes na pesca artesanal de lagosta, priorizando a memória de pescadores em atividade nas últimas cinco décadas, sobretudo nos municípios de Aracati e Icapuí, no Ceará, distantes cerca de 150 e 200 quilômetros a leste de Fortaleza, respectivamente. Os temas que norteiam esta pesquisa de mestrado são: a contextualização da pesca da lagosta na História do Tempo Presente, sua inserção numa lógica do mercado capitalista a partir de 1955, e sua relação como episódio que ficou conhecido como “Guerra da Lagosta”, nos anos 60, confrontando interesses comerciais, diplomáticos e militares do Brasil e da França.

Também interessou a este trabalho o estudo relativo à transmissão e reapropriação dos saberes tradicionais, mas outras possibilidades surgiram com a pesquisa empírica em si. Um aprofundamento nos arquivos da Biblioteca Pública Menezes Pimentel foi importante para reforçar a mudança de direção, incorporando outros elementos sem que fossem abandonadas as intenções iniciais.

O confronto de fontes orais e escritas comprovou que a indústria da pesca da lagosta surgiu a partir da década de 1950 por influência de empresários norte-americanos, particularmente de um personagem emblemático, Davis Morgan, cuja intervenção foi determinante para vida de milhares de trabalhadores nas décadas seguintes, quando tiveram de se adaptar a novas lógicas econômicas e a uma certa reorganização de saberes. Tratou-se ainda de uma atividade que emergiu no contexto da Guerra Fria por iniciativa de um norte-americano, e por isso, pelo menos inicialmente, não deixou de ser vista com um certo rancor nacionalista por parte dos brasileiros, fosse na imprensa liberal ou na assumidamente comunista.

Outro aspecto que surgiu foi a narrativa, na imprensa local, da “Guerra da Lagosta”. O conflito tem início ainda em 1962, com apreensão de barcos franceses que pescavam ilegalmente no Brasil e se estende até 1964, quando os dois governos decidem que o arbítrio da questão ficaria a cargo da Corte Internacional de Haya (Holanda). Mas o auge da contenda se dá no início de 1963, fazendo emergir, na França, discursos e posturas militaristas e imperialistas quando o colonialismo dá fortes sinais de decadência. No Brasil, reascendem-se discursos nacionalistas com traços de xenofobia, e sobrevaloriza-se um discurso militarista justamente a um ano do golpe de 1964, quando apareceu outro discurso, o de preservação ambiental, que alertava para necessidade de regulamentar a pesca da lagosta visando a proteção da espécie que poderia até mesmo se extinguir rapidamente, como vem acontecendo nos dias atuais.

Neste ponto da pesquisa cabe destacar a possibilidade de abordar o episódio da “Guerra da Lagosta” a partir de consulta de arquivos locais sem necessariamente ter que se deslocar para as grandes cidades do Centro-Sul, embora tenha sido valioso o auxílio da Internet como ferramenta para se evitar uma interpretação meramente ‘bairrista’ e ‘provinciana’.

Um exame desses temas, aliado ao aprofundamento de leituras de textos na linha da sócio antropologia marítima e à uma breve retrospectiva da pesca no Brasil possibilitou a incorporação, na pesquisa, de seu elemento fundamental: a historicização da pesca da lagosta. O tema, como pretendo demonstrar, está inserido em diferentes temporalidades, o que também proporciona uma abordagem dentro do que Pesavento chama de “História do tempo presente”.

Também se faz inevitável uma resumida e breve apresentação a título de esclarecimento sobre minha proximidade pessoal e afetiva com o estudo que pretendo apresentar. Tinha 26 anos em 1995, quando vim para o litoral do “Nordeste”, partindo do interior de Minas, onde nasci e vivia até então. Havia nove anos trabalhava como jornalista, minha profissão atual, fiquei quatro meses em Natal e quase que por acaso (se é que há acasos) estabeleci-me em Icapuí, município do extremo leste do litoral cearense. Lá morei e trabalhei como assessor de Comunicação da Prefeitura por 18 meses. Nesse período, travei relações afetivas com um universo de trabalhadores para mim até então desconhecido: pescadores, principalmente pescadores de lagosta da praia de

Redonda. A pesca ainda era farta e a expressão “ouro do mar” para designar a lagosta era, literalmente, visível.

Em 1997, o vento leste me conduziu de Icapuí a Aracati, onde trabalhei na mesma função que exerci no município vizinho. A partir de 1998 passei a residir na vila dos Estevão, vizinha a Canoa Quebrada, distante cerca de 10 quilômetros de Aracati. Colaborei na implantação de uma rádio comunitária (a Malazartes FM), construí uma casa, passei a participar das discussões da comunidade e intensifiquei minhas relações com vários pescadores. E, como diz Caymi, “quem vem pra beira do mar, ai, nunca mais quer voltar”.

Em 2003 concluí o Bacharelado em História da UFC, e, ao definir um tema de pesquisa, lembrei-me de uma das minhas primeiras leituras historiográficas, guiado-me pela sensibilidade de Edward Thompson: “Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual ‘obsoleto’, o artesão, o ‘utopista’ ”<sup>1</sup>. Nesse sentido, um intercessor importante à pesquisa foi Sérgio Buarque de Holanda. Com efeito, escreve ele:

“Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da História e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros que apenas escrevem a História”.<sup>2</sup>

Procurei então narrar os primeiros anos da pesca de lagosta no Ceará a partir de pesquisa em arquivos e estatísticas, mas estabelecendo o diálogo dessas fontes com a história das pessoas comuns. Daí até o ponto em que a pesquisa chegou atualmente foram necessários vários redirecionamentos metodológicos e teóricos. A utilização de fontes escritas complementou-se com as fontes orais, sendo estas de grande importância. Afinal, é ofício do historiador fazer falar fontes ainda silenciadas, “problematizar a memória”, como lembra a professora Berenice Abreu de Castro Neves em seu belíssimo “Do Mar ao Museu, a Saga da Jangada São Pedro”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>2</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, *História Geral da Civilização Brasileira : A época colonial, Volume I, in História Geral da Civilização Brasileira : Do Descobrimento A Expansão Territorial*, Editora Bertrand Brasil, São Paulo, 2003.

<sup>3</sup> Para ela, a memória “deve estar presente não como um objetivo ou um fim, mas como um objeto

Popularmente, “história de pescador” é sinônimo de exagero, lorota, vantagem, e mesmo mentira. Espero que este trabalho demonstre que, para além da *gaiatice*, existe uma História que modificou em muito o cenário do litoral cearense e brasileiro nas últimas cinco décadas e que está viva na memória e no cotidiano de seus protagonistas.

---

a ser problematizado", in NEVES, Berenice Abreu de Castro, *Do Mar ao Museu, a Saga da Jangada São Pedro*, Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, Fortaleza, 2001.



indústria (1955) e conectar sua emergência com outros acontecimentos históricos diretamente relacionados. No decorrer do texto esses acontecimentos serão representados pela inserção do Brasil num mercado internacional de lógica industrial-capitalista (através do que se chamou “Guerra da Lagosta”) e pelas alterações nas comunidades de pescadores diretamente ligadas à pesca artesanal.

Com a definição desses objetivos e de sua conexão com determinada bibliografia de história Oral, Ambiental e Social (em diálogo com outras áreas, como Sociologia, Antropologia, Biologia e Economia, e arquivos de órgãos públicos como a Sudene, por exemplo), o tema principal desdobrou-se. A pesquisa progrediu e se evidenciaram aspectos inesperados, como a chegada de nova tecnologia internacional (que teve importância fundamental na reorganização de saberes dos pescadores artesanais), o estabelecimento da pesca de lagosta enquanto indústria capitalista e o conflito entre a França e o Brasil, motivado pela importância econômica que o crustáceo passou a ter logo dos primeiros anos da sua exploração em águas nacionais. A partir desses acontecimentos, esboçou-se um discurso novo, o da necessidade de preservação do meio ambiente.

A pesquisa preservou o que foi considerado fundamental desde o início: dar voz aos trabalhadores desse setor. Apesar da sua expressividade numérica no Ceará, são poucos os estudos que narram a(s) história(s) dos pescadores de lagosta. Nos lembra Paul Thompson:

"Reconhecendo grupos importantes de pessoas que haviam estado ignoradas, dá-se início a um processo cumulativo de transformações. Amplia-se e se enriquece o próprio campo de produção histórica; e ao mesmo tempo sua mensagem social se modifica. Para ser claro, a história se torna mais democrática, (...)as testemunhas podem agora ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro."<sup>4</sup>

Tais narrativas do passado demonstram, sobretudo, o quanto os costumes e reminiscências coletivas ainda são influentes e determinantes para a coesão e organização social dos personagens aqui arrolados. O saber-fazer do

pescador artesanal não desapareceu e sim permaneceu e se alterou com a introdução da pesca industrial. Mais uma clara demonstração da resistência de que os trabalhadores são capazes quando se faz necessária a reapropriação de saberes e práticas. Tratam-se, simultaneamente, tanto de aspectos da longa duração quanto da história do cotidiano, temporalidades diferentes, mas não imbricadas.

Nesse sentido, o contato com nova bibliografia no Mestrado em História ampliou a reflexão em torno do tema aqui abordado. Posso citar, por exemplo, Cláudio Batalha, que afirma ser importante não considerar somente os grandes centros como sendo cenário único de história e da organização dos trabalhadores, pois não existem apenas categorias de trabalhadores urbanos. Nas vilas de pescadores e na consulta a arquivos encontramos os protagonistas desse acontecimento relativamente recente no Brasil (a pesca da lagosta<sup>5</sup>) que modificou hábitos econômicos e de sociabilidade de uma categoria de trabalhadores ainda pouco ouvida pela historiografia.

Concordo plenamente com Batalha quando diz que

“A produção dos últimos anos tem demonstrado que o repensar do movimento da história operária passa por uma série de caminhos e por novas preocupações. Um deles é o aprofundamento dos estudos regionais, fugindo dos paradigmas de São Paulo e do Rio”<sup>6</sup>.

Para entender o contexto regional, estabeleceu-se o confronto de discursos da imprensa cearense sobre a chegada de estrangeiros que introduziram a indústria da pesca da lagosta dentro da lógica de produção mercantilista e de acumulação capitalista. Para tanto são transcritas matérias de um jornal de discurso ‘liberal’ (O POVO), e de outro ‘comunista’ (O DEMOCRATA) para se ter idéia das semelhanças e diferenças que ambos demonstravam.

A leitura crítica de jornais de matizes ideológicos diferentes tem mostrado bons resultados na escrita historiográfica, e neste trabalho isso não foi diferente. Comparar os discursos de O DEMOCRATA e de O POVO não somente confirmou os relatos colhidos junto às fontes orais, como demonstrou a diversidade de

---

<sup>4</sup> THOMPSON, Paul, *A voz do Passado: História Oral*, Paz e Terra, São Paulo, 1992.

<sup>5</sup> Recente no Brasil, pois nos EUA é praticada pelo menos desde o século XIX.

<sup>6</sup> BATALHA, CLAUDIO H.M., *Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências*, in FREITAS, Marcos Cezar, *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998, pg 156.

opiniões e posturas diante do estabelecimento da indústria pesqueira. Fazer tal leitura dos jornais da época é concordar com Capelato:

“A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências dos momentos; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação de diferentes projetos se inserem numa luta ainda mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos”<sup>7</sup>.

Porém, a leitura do discurso jornalístico deve ser colocada, antes de tudo, sob o prisma da dúvida. Jornais e jornalistas, de qualquer época, se governam por opiniões e interesses pessoais ou coletivos pré-estabelecidos. Portanto o que consta nas páginas de todo e qualquer jornal está quase sempre imbuído do que Briggs chama de “certas fraquezas fundamentais dos jornais que nos obrigam a suspeitar bastante do que dizem e utilizá-los com imensa cautela”. O mesmo Briggs está coberto de razão ao sustentar que os “jornais costumam ser muito tendenciosos, são tremendamente mal-informados e só abordam uma pequena parcela da realidade”<sup>8</sup>.

O jornalista não deve ter a pretensão de registrar ou fazer a História com seu trabalho, pois lhe falta tempo e espaço para reflexões e análises dos recortes cotidianos do quais trata. E ao historiador cabe ter a sensibilidade de selecionar e compreender aquilo onde o trabalho jornalístico não é capaz de fazer sozinho. O jornal é uma valiosa fonte de informação e o jornalista tem de ser cuidadoso ao produzi-la, pois não escreve apenas para o seu tempo (para o *factual*, no dizer do jargão das redações). Ele está produzindo também para interpretações futuras dos pesquisadores.

Daí a recorrência ao jornal O POVO no segundo capítulo da dissertação (“A Guerra da Lagosta”), onde narro um fato que trazia em seu bojo também a mudança de época que enfrentavam os países nele envolvidos. A França

---

<sup>7</sup> CAPELATO, Maria Helena R., *Imprensa e História do Brasil, Imprensa oficial e imprensa contestadora. O jornal como documento. O papel do jornal na História*, Editora Contexto/USP, São Paulo-SP, 1988.

<sup>8</sup> Entrevista do historiador social britânico in PALHARES-BURKE, Maria Lucia Garcia, *As muitas faces da História*, Editora do IFCH-Unicamp, Campinas(SP), 1996.

começava a perder suas colônias na África, como a Argélia, e conseqüentemente perdia território marítimo onde uma de suas especialidades era a captura da lagosta. O Brasil vivia um período de efervescência política onde, na “Guerra da lagosta”, a sobrevalorização dos discursos nacionalista e militarista serviriam a diversos propósitos e interesses, ainda que implicitamente. Nas leituras de jornais da época é visível a tentativa do governo João Goulart em consolidar uma postura de defesa dos interesses nacionais no campo diplomático durante a “Guerra da Lagosta”, enquanto que os setores militares aproveitam do fato para passar a imagem de uma potência bélica organizada, coesa e, sobretudo, confiável perante a opinião pública.

Há um aspecto fundamental que permeia este trabalho: a abordagem da história da pesca da lagosta dentro do que Pesavento chama de “História do tempo presente”, onde “os acontecimentos estão ainda a se desenvolver” e onde “o historiador é contemporâneo e, de uma certa forma, testemunha ocular de um processo que ainda se desdobra e do que não se conhece o término”<sup>9</sup>.

A referida autora sustenta que:

“O método fornece ao historiador meios de controle e verificação, possibilitando uma maneira de mostrar, com segurança e seriedade, o caminho percorrido, desde a pergunta formulada à pesquisa de arquivo, assim como a estratégia pela qual fez a fonte falar, produzindo sentidos e revelações que ele transformou em texto”<sup>10</sup>.

Partidária da História Cultural como instrumento para entendimento do objeto estudado, Pesavento chama atenção para necessidade de se detectar a “modalidade identitária” quando se estuda determinada comunidade ou sociedade. Para ela, a identidade.

“se constrói em torno de elementos de positividade, que agreguem as pessoas em torno de atributos e características valorizados, que rendam reconhecimento social a seus detentores. Assumir uma identidade implica encontrar gratificação com esse endosso. A identidade deve apresentar um capital simbólico de valoração positiva, deve atrair a adesão, ir ao encontro das necessidades mais intrínsecas do ser humano de adaptar-se e ser reconhecido socialmente”<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy, *História e História Cultural*, Autêntica, Belo Horizonte, 2003.

<sup>10</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy, Op. cit.

<sup>11</sup> Id. ibidem Mas identidade também deve ser vista como algo que somente seja válido de

Aqui vejo diálogo com o conceito da construção do sentimento de pertencimento, e também um diálogo com o que muito interessa a esta pesquisa: o fazer-se da categoria dos pescadores. Os argumentos de Pesavento indicam um caminho para se entender a coesão dessa categoria e onde se pode encontrar elementos identitários que a une. Algo que Nietzsche explica considerando o entrosamento cotidiano, ao afirmar que

“ quando as pessoas viveram juntas por muito tempo, em condições semelhantes (clima, solo, perigos, necessidade, trabalho) nasce algo que ‘se entende’, um povo. (...) Quando é maior o perigo, maior é a necessidade de entrar em acordo, com rapidez e facilidade, quanto ao que é necessário fazer<sup>12</sup>.

O campo de estudo desta pesquisa foi delimitando nos ambientes de trabalho dos pescadores das comunidades de Canoa Quebrada e dos Estevão, em Aracati-CE, e de Redonda, em Icapuí-CE, entendendo que ambiente de trabalho envolve também a relação do pescador com a natureza, extrapolando assim o campo de relações econômicas inerente à pesca e à comercialização de seu produto.

A pesquisa foi conduzida considerando, primeiramente, um estudo de caso que permita investigar os objetos abordados (o repassar de saberes, a relação com o meio ambiente, as relações de gêneros e intra-familiares, o corpo etc). Isso foi feito através de entrevistas e do procedimento de observação participante, intensificando o convívio cotidiano com as comunidades definidas.

As entrevistas tanto foram semi-estruturadas quanto informais, dada a amplitude e diversificação dos locais em que a pesquisa se desenvolveu. Tais procedimentos metodológicos e práticos, na pesquisa de campo, foram fundamentais para embasar uma escrita historiográfica que também considerou o contato com nova bibliografia no Mestrado em História da UFC (aulas teóricas).

Priorizei as entrevistas com pessoas que viveram os primeiros anos da pesca comercial da lagosta (a partir de 1955). Os agentes sociais entrevistados foram: -Melquíades Pinto Paiva, biólogo, professor aposentado da UFC. A conversa com Melquíades Pinto Paiva se deu em 11-11-2004, por telefone, pois o professor vive no Rio de Janeiro há 28 anos. Pinto Paiva é um dos fundadores do Labomar

---

reafirmação se for voltada para fora, para dialogar com o ‘outro’, com o diferente (Guatari/Rolinik).  
<sup>12</sup> NIETZSCHE, F., *Além do Bem e do Mal, prelúdio a uma filosofia do futuro*, Cia. das Letras, São

(Laboratório das Ciências do Mar da UFC) .

-Ezequiel Honorato dos Santos, 60 anos, pescador e morador dos Estevão, recentemente deixou de pescar devido ao desgaste físico.

-Amadeu Pereira da Silva, 56 anos, também pescador e morador dos Estevão, ainda em atividade.

-Genésio dos Santos Caraça, o 'Tibiro', 66 anos, morador de Canoa Quebrada, foi um dos primeiros a intermediar a compra e venda de lagosta entre pescadores e exportadores.

-Antonio Madureira, morador da Redonda (Icapuí-CE), 56 anos, era criança quando a pesca industrial teve início, e tem um relato interessante sobre as formas de armazenamento e escoamento do pescado.

-Margarida Pereira da Silva, 65 anos, moradora dos Estevão. Em uma conversa informal, uma breve frase de Margarida chamou atenção pela maneira como uma mulher via certas extravagâncias cometidas nos primeiros anos da pesca.

-Vicente Viana, 78 anos, morador de Canoa Quebrada. Faleceu em outubro de 2005, poucos dias antes da conclusão deste trabalho. "São" Vicente foi, ao longo dos últimos anos, um interlocutor importante, sempre disposto a falar sobre outras épocas em seu bar, em Canoa, onde trabalhou na sua última década de vida.

-Luciano Rocha Freire, 52 anos, pescador nascido em Canoa e atualmente morador dos Estevão. Luciano é um exímio construtor de jangadas e seus relatos demonstram tanto a permanência de determinados saberes ancestrais relacionados à pesca artesanal quanto às alterações ambientais mais evidentes nas últimas décadas. Uma longa entrevista com ele é reproduzida como anexo desta dissertação.

Os relatos colhidos juntos às fontes orais foram posteriormente cruzados com a coleta de dados nas fontes escritas. Isso foi importante, sobretudo, para confirmar e datar com exatidão o surgimento da indústria da pesca da lagosta (1955), confirmado tanto pelas entrevistas quanto pelos jornais. Assim pode-se demonstrar que o acontecimento histórico em torno do qual se passa esta narrativa está relacionado com outros fatos de sua época, bem como estão os "atores sociais" os "agentes sociais" aqui ouvidos<sup>13</sup>.

---

Paulo 2001, pp. 182.

<sup>13</sup> Utilizo ambas as classificações por considerá-las complementares, sendo válido tanto o conceito de ator social (caro sobretudo a Touraine) ou seja, aquele que participa de sua própria

As fontes orais e as fontes escritas foram confrontadas principalmente nos dois primeiros capítulos, seguindo considerações que já expus sobre utilização dos jornais. Quanto à utilização das fontes orais, ela não se deu como algo meramente ilustrativo ou comprobatório das hipóteses iniciais. Os relatos orais colhidos e reproduzidos nesta pesquisa serviram também para dar mais sangue e alma à uma narrativa habitada de momentos que extrapolam a construções um tanto idealizadas do perfil dos pescadores artesanais.

A escrita fria dos jornais aqui citados muitas vezes negligencia a presença dos pescadores no estabelecimento da indústria da pesca. Esta é uma tendência reprovável que vem de uma pseudo-escrita sócio-histórica que desde o século XIX, no Ceará, quase tornou “invisível” a população indígena. É preciso combater tais abordagens que ocorrem ainda hoje, quando, por exemplo, se exclui os trabalhadores de certas ‘histórias’ do comércio cearense.

Esta dissertação se divide em três capítulos. Em praticamente todos eles constam relatos de pescadores que vivem em comunidades e municípios do litoral cearense. No primeiro capítulo da dissertação (“*Anos de Pesca*”), resumi o estabelecimento da pesca com fins de subsistência e o início da indústria capitalista da pesca da lagosta, que inseriram os pescadores artesanais num universo de relações até então desconhecido para a maioria deles.

A intenção central do capítulo II é a emergência de um novo discurso que surge a partir da “Guerra”: o da preservação ambiental visando proteger uma espécie cuja produção passa, rapidamente, a ter valor agregado. O que se mostrou ainda mais válido ao longo das últimas cinco décadas, quando a prática da pesca ilegal e da devastação ambiental afetou (e afeta) diretamente as populações do litoral. Ainda neste capítulo será analisado o papel que o estado assume na fiscalização e regulamentação da pesca. A “Guerra da Lagosta” possibilita compreender que na década de 1960 consolida-se no Brasil o processo de acumulação capitalista decorrente da pesca industrial com fins de exportação. Portanto, o que está por traz do conflito é, na verdade, o ingresso deste setor nas lógicas de disputas comerciais internacionais.

---

História, quanto o conceito de agente social de Bourdieu, para quem o agente é aquele que faz a História mas não padece dela, que age na História, não é agido por ela.

No terceiro capítulo constam algumas das alterações na cultura e no trabalho dos pescadores artesanais posteriores à chegada da indústria. A História Oral é, nesse capítulo, um dos eixos para se entender como os pescadores reapropriam seus saberes diante de novos contextos. A intenção principal é dialogar com outras disciplinas, em especial a Sociologia e a Antropologia, para, a partir do que Diégues chama de “sócio-antropologia marítima”<sup>14</sup>, justificar a necessidade de uma escrita sócio-histórica sobre os pescadores artesanais de lagosta, onde eles participem diretamente dessa narrativa. Pois ouvir e considerar o relato direto dos trabalhadores é não negligenciar com a realidade e a própria vida. É considerar e respeitar a história dos trabalhadores que a escrevem com suas mãos calejadas e a pele curtida pelo sol ao longo desses anos de pesca.

---

<sup>14</sup> DIEGUES, Antonio Carlos S., Tradição e Mudança nas Comunidades de Pescadores do Brasil: Por uma Sócio Antropologia do Mar, in *Pesca Artesanal: Tradição e Modernidade*, III Encontro de Ciências Sociais do Mar, Diegues, Antonio Carlos S.(org.),USP, São Paulo, 1989

# I Capítulo

## Anos de pesca

Neste capítulo, a intenção é a de dar voz a personagens vivos que presenciaram os primeiros anos da pesca da lagosta. Também se tentará compreender como a imprensa deu atenção à ‘novidade’. As diversas maneiras como foram lidas as primeiras atividades do norte-americano Davis Morgan no Ceará serão apresentadas numa comparação entre as notícias publicadas nos jornais O POVO e O DEMOCRATA nos anos de 1956 e 1957, ambos importantes periódicos que circulavam em Fortaleza. Ambas as referências (a oral e a escrita) se completam no sentido de constatar que foi mesmo a partir do estabelecimento deste americano em Fortaleza que se modificou indelevelmente o cotidiano de milhares de trabalhadores da pesca e de suas famílias<sup>15</sup>. Antes dessa abordagem, porém, se faz necessária uma breve cronologia da pesca no Brasil.

### 1- Antigas e novas relações sócio-econômicas e ambientais

O capitalismo e o comércio no Brasil “nasceram” no litoral. Para os europeus, a América foi a segunda margem da expansão capitalista. Pela margem atlântica americana escoaram e transitaram fortunas em forma de madeira, açúcar, ouro, prata, cachaça e gente escrava. Ah, como Colombo sonhara usar o ouro americano para retomar Jerusalém, numa Cruzada tardia.

“Território de ninguém”, o mar oceano deixou de ser abismo do mundo

---

<sup>15</sup> Em 2002 existiam no Ceará, segundo o Ibama e o Ministério do Trabalho, cerca de 7.223 pescadores artesanais de lagosta em atividade num extenso litoral (são mais de 500 km). Trata-se do maior número de pescadores em atividade num único estado, sendo quase a metade dos pescadores artesanais de todo o país, que somam 15.792 (Ibama,2002). Em 2004 este número foi superior a 8.600 pescadores<sup>15</sup>. Porém um estudo do Sistema Nacional de Empregos do Ceará (SINE-DE), de 1989, afirma que em 1989 havia aproximadamente 60 mil pescadores em 18 municípios do Estado. Os números do Ministério do Trabalho são obtidos junto aos cadastros de pescadores artesanais no Ministério do Trabalho para concessão do Seguro Desemprego no período de proibição da pesca (janeiro a abril). A lei que regulamenta o Seguro Desemprego para pescadores está reproduzida nos Anexos.Em 2002, os demais estados que contam com pescadores artesanais de lagosta cadastrados no Seguro Desemprego são Rio Grande do Norte - 5.402-, Paraíba - 1.603 - , Pernambuco – 808 - , Espírito Santo – 321 - , Alagoas – 135 - e Bahia – 53 (FONTES: O POVO, 04/05/2003, SINE –CE e Delegacia Regional do Trabalho do CE, 2003).

eurocêntrico para lhe servir de estrada, caminho, porto seguro. A 'segunda margem' tornou-se então portal de entrada e saída para exploração de riquezas ao longo de séculos de colonização. O mar, que trouxe a todos os índios americanos novos inimigos, com poderio material e imaginário para eles desconhecido; pelo qual populações inteiras de africanos foram desterradas; o mar, que de escatológico passou à 'visão do paraíso' .

Foi também por este mar aberto que se deu a fixação dos primeiros centros urbanos e de pequenas vilas e localidades de populações mestiças de europeus, indígenas e africanos, o que levou a uma das primeiras e ininterruptas atividades econômicas do Brasil: a pesca. A despeito da propalada exuberância da fauna e da flora nativa descrita por viajantes de então, há quem afirme que um povoado 'mestiço' em terra brasileira se mantinha exclusivamente da pesca – uma localidade próxima à vila de Porto Seguro(BA) , habitado por brancos, negros escravos e índios no século XVIII <sup>16</sup>. Essa atividade, resultante da necessidade de sobrevivência e do intercâmbio de técnicas variadas, fez surgir emblemas como a jangada<sup>17</sup>, combinação das balsas indígenas feitas de troncos de madeira com a vela latina trazida pelos europeus que, por sua vez, a herdaram dos árabes.

Como onde há governo há controle (ou a intenção de), desde os primórdios da colônia a produção do pescado era monitorada. Já nos idos de 1534, Duarte Coelho, Capitão hereditário de Pernambuco, baixou norma decretando que “a décima parte de todo o pescado da Capitania de Pernambuco ficaria com o Estado Colonial”<sup>18</sup>.

Mas onde há controle há também resistência. No século XVII acontece a revolta de pescadores contra o monopólio da produção de sal, ingrediente crucial na conservação do pescado. Na região hoje limítrofe entre Ceará e Rio Grande do Norte, nas ainda vastas salinas instaladas entre os atuais municípios de Macau

---

<sup>16</sup> LIMA, Maria do Céu *Formação das Comunidades Pesqueiras Marítimas no Nordeste do Brasil*, in DA SILVA, Maria Cecília Silvestre, *Organização e Autonomia da Comunidade de Redonda, Icapuí(CE)* , dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente(PRODEMA) da Universidade Federal do Ceará, mimeo, Fortaleza, 2004.

<sup>17</sup>NEVES, Berenice Abreu de Castro, *Do Mar ao Museu, a Saga da Jangada São Pedro*, Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, Fortaleza, 2001A jangada é “derivada das antigas embarcações indígenas quinhentistas denominadas piperisou igapebas(...). No século XVI, (...)segundo Câmara Cascudo, é que vai aparecer pela primeira vez a denominação atual”.

<sup>18</sup>GAMA, Fernandes, *Foral de Pernambuco, Memórias e Histórias da PROVÍNCIA de Pernambuco* , Recife, Arquivo Público Estadual, in DA SILVA Maria Cecília Silvestre, Op. Cit.

(RN) e Icapuí (CE), era intenso o contrabando de sal por pescadores que burlavam a vigilância do Estado colonial visando baratear o custo da própria produção. “Para o Nordeste, o monopólio do sal foi a mais inútil das leis portuguesas”, afirmou apropriadamente Câmara Cascudo<sup>19</sup>.

A partir do século XVI foi recorrente a ação estatal no sentido de regular a atividade dos pescadores. Mas somente no século XIX se deu a diversificação de trabalho e ganho, propiciada pelo transporte de cargas:

“Na verdade, foram as mudanças na sociedade e na economia nordestina – com o surto da produção algodoeira, com o aumento demográfico da população livre, com a ampliação das condições e dos serviços urbanos etc – que produziram algumas mudanças significativas nas condições de trabalho dos pescadores, no século XIX”<sup>20</sup>.

Não por acaso vem também do século XIX a primeira listagem oficial de todos os pescadores brasileiros, quando, em 1846, são criadas as Capitânicas dos Portos e Costas e os Distritos de Pesca. As Colônias de Pescadores surgiram no século XX, em 1919, e, assim como os Distritos, tinham como objetivo segregar os pescadores para que servissem de reserva para Marinha de Guerra, mas traziam um novo aspecto: reuni-los para melhor controlá-los, atendendo aos interesses de quem detinha o poder econômico na pesca<sup>21</sup>.

Um fato que ilustra bem como se dá esse tipo de manipulação foi o episódio conhecido como a saga da jangada São Pedro, quando, em 1941, quatro pescadores cearenses partiram de Fortaleza para o Rio de Janeiro com intuito de serem recebidos pelo presidente Getúlio Vargas e reivindicarem melhores condições sociais para a categoria<sup>22</sup>. Sabe-se que o Diário do ‘Raid’ da Jangada São Pedro não foi escrito por nenhum dos tripulantes, mas sim por Maria de Oliveira Holanda, aristocrata filantrópica, então diretora da Associação de São Pedro da Praia de Iracema, entidade a qual os pescadores eram filiados. Neste Diário, os pescadores são idealizados como corajosos, bravos, patrióticos, ou seja, dentro de estereótipos de agrado à ideologia do Estado Novo.

---

<sup>19</sup> CASCUDO, Câmara, *Aspectos Geográficos do Ceará Holandês*, 1957, in DA SILVA, Maria Cecília Id. *Ibidem*.

<sup>20</sup> SILVA, Luiz Geraldo (coord.), *Os pescadores na história do Brasil*, Voll, *Colônia e Império*, Recife, Comissão Pastoral dos Pescadores, 1988.

<sup>21</sup> DA SILVA, Maria Cecília, *Op. Cit.*

<sup>22</sup> NEVES, Berenice Abreu de Castro, *Op. Cit.*

O que se sabe é que no Diário do Raid “não há, em todo o material manuscrito, uma crítica ao momento político em que o país estava mergulhado”<sup>23</sup>. Essas apareceriam somente no que teria sido o “Diário de Bordo” que teria sido escrito por um dos tripulantes da São Pedro, Manoel Olímpio Meira, o “Jacaré”. O documento não teve destino conhecido, mas fragmentos seus foram publicados em jornais da época enquanto os jangadeiros faziam seu percurso. Contrastando com o “Diário do Raid”, o que sobrou do diário de Jacaré permitiu ao menos conferir que a viagem não foi harmoniosa e tranqüila como se pretendia na narrativa de Maria Oliveira Holanda.

Entre as reivindicações dessa primeira viagem encontram-se elementos de resistência à introdução de novas técnicas de pesca ‘proto-industrial’, como a utilização de rede de arrasto e uma divisão social que se acentuava, com os donos de embarcações impondo maior participação no lucro resultante das pescarias, e com os conseqüentes protestos dos pescadores. Pode-se afirmar que então já era fundamental a defesa da pesca artesanal e da autonomia dos pescadores em seu trabalho.

Os jangadeiros da São Pedro realizaram outros dois ‘raids’, em 1953 e 1958, com novas reivindicações de melhoria para o trabalho dos pescadores. Vários ‘raids’ aconteceram posteriormente ao promovidos pelos jangadeiros da São Pedro. Aqui cabe destacar o ‘raid’ que, em 1993, realizaram os pescadores da Prainha do Canto Verde (Beberibe-CE). Eles foram de jangada ao Rio de Janeiro, mas desta vez as reivindicações não foram apenas de origem trabalhista. Os pescadores da Prainha tinham a intenção de chamar a atenção das autoridades e da população em geral para problemas relacionados à devastação ambiental registrada no mar nas últimas décadas, afetando diretamente seu trabalho e sobrevivência.

Voltando à breve cronologia de estabelecimento de órgãos reguladores da atividade dos pescadores, ainda na primeira metade do século XX se dá a criação da Confederação Nacional dos Pescadores, em 1920, e a criação de um estatuto único para as Colônias, em 1923. Somente depois dos anos de 1960 surgem novas ações do Estado e dos trabalhadores no sentido de regular a pesca, notadamente com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da

---

<sup>23</sup> Id. Ibidem.

Pesca (SUDEPE), em 1962, e do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), em 1970, sendo este último um movimento nacional surgido no bojo das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) da Igreja Católica a partir de 1968<sup>24</sup>. O CPP representava uma novidade: era o primeiro movimento de massa organizado que pretendia reunir os pescadores sem a tutela do Estado.

Essas entidades, por si só, não explicam nem justificam a existência da classe dos pescadores, pois, segundo afirma Marco Aurélio Garcia, lembrando Hobsbawm, “a história das classes trabalhadoras engloba os sindicalizados e os não-sindicalizados, os politizados e os não-politizados, os que fazem greve e os que ‘furam’ greve”<sup>25</sup>. Mas essas entidades não deixam de ser importantes, pois agem como intermediários com outros tipos sociais e com Estado, como diz Hardman:

“A consciência de classe do proletariado não deve ser buscada numa abstrata e ideológica operação de separar a ciência e a ideologia, mas, concreta e materialmente, pode ser apreendida no exame das instituições criadas pela classe (uniões, ligas, sindicatos, jornais, partidos etc) e nas relações mantidas por essas diferentes instituições com as classes dominantes, os setores sociais intermediários e o Estado.”<sup>26</sup>

O surgimento da hoje extinta SUDEPE<sup>27</sup> e do CPP se dão no contexto que este trabalho pretende estudar: o período compreendido entre 1955 e os anos de 1980, ou seja, a partir do estabelecimento da indústria da pesca da lagosta no Brasil (sendo o Ceará o Estado precursor) que proporcionou mudanças significativas na vida das populações litorâneas, quando os problemas decorrentes da atividade se consolidaram e ainda permanecem.

No caso dos pescadores da lagosta, isso tanto é verdade que basta se ater a um dos mais freqüentes acontecimentos registrados em localidades praianas do Ceará para constatá-lo. Mais recentemente a população de comunidades litorâneas tem arrefecido esta luta, chegando inclusive a queimar

---

<sup>24</sup> DA SILVA, Maria Cecília, Op. Cit.

<sup>25</sup> GARCIA, Marco Aurélio, Tradição, Memória e História dos Trabalhadores, in *O Direito à Memória: Patrimônio histórico e Cidadania*, Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo, 1992.

<sup>26</sup> HARDMAN, Francisco Foot, *Nem Pátria Nem Patrão*, Editora Unesp, São Paulo 2002, pg. 39.

<sup>27</sup> A extinção da Sudepe, nos anos de 1990, não significou a saída do Estado na regulamentação da pesca, pelo contrário. Hoje a presença governamental se dá via Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), criada em 2003 com status de Ministério.

embarcações apreendidas com equipamento de pesca ilegal<sup>28</sup>, uma prática trágica que tem raízes na últimas décadas.

Mas isso será visto a seguir. Antes, para não correr o risco de se limitar a um anacronismo, é preciso seguir um conselho de Hobsbawm e recorrer ao “retrovisor histórico” para melhor explicar um marco histórico: o estabelecimento da pesca industrial de lagosta no Brasil a partir dos anos de 1950. É possível se afirmar com segurança que a pesca industrial no país somente começa a ser praticada a partir do advento da pesca da lagosta, nos moldes introduzidos pelo americano Davis Morgan a partir do Ceará, como se verá mais detalhadamente neste capítulo, nos itens “A descoberta do Ouro do Mar” e “Um americano em Fortaleza”.

Veremos que a partir das ações de Morgan se inicia a formação e acumulação do capitalismo industrial agregado a um novo ramo, a pesca da lagosta, numa intensidade histórico-temporal que afetaria definitivamente o trabalho dos pescadores artesanais. Isso será constatado, sobretudo, a partir dos anos de 1960, quando cerca de duas dezenas de empresas se dedicavam exclusivamente a esse tipo de pesca e a lagosta figura como importante item de exportação do Ceará, conforme demonstra tabela a seguir<sup>29</sup>.

**Tabela 1 – Produção de lagosta no Ceará e no Nordeste entre 1955 e 1980. A tabela detalha a produção das duas espécies de lagosta comercializáveis (p. argus e p. laevicauda) – Fonte: Labomar-UFC/ Prof. Aduino Fontelene.**

---

<sup>28</sup> Aqui vale citar Scott: “As ‘explosões’ nelas mesmas são freqüentemente sinais de que as formas ‘normais’ de lutas de classes estão decrescendo ou entraram em crise”, SCOTT, James C., *Formas cotidianas da resistência camponesa*, Raízes, Campina Grande: UFCG, jan/jun 2002.

<sup>29</sup> Conforme também edições de O POVO em 05 e 06-03-1963:

“EXPORTAÇÃO DE LAGOSTA NO CEARÁ RENDEU QUASE UM BILHÃO EM 1962”

“O consumo da lagosta no Ceará é quase nulo, segundo demonstram os dados estatísticos (...) da Divisão de Caça e Pesca. A produção do crustáceo (explorada por cerca de uma dúzia de companhias) durante o ano passado atingiu 1:303 quilos, sendo que 1.123.621 foram exportados. “BRASIL EXPORTOU EM 62 QUASE 62 MILHÕES DE DOLARES EM LAGOSTA: CEARÁ

ANO	P. ARGUS-NE	P. ARGUS-CE	P. LAEIVICAUDA-NE	P. LAEIVICAUDA-CE	TOTAL-NE	TOTAL-CE
1955	88	29	32	11	120	40
1956	340	113	125	42	465	155
1957	759	253	279	93	1.038	346
1958	948	316	348	116	1.296	432
1959	1.352	451	496	165	1.848	616
1960	2.627	876	964	321	3.591	1.197
1961	3.819	1.273	1.401	467	5.220	1.740
1962	4.543	1.514	1.667	596	6.210	2.070
1963	3.902	1.301	1.432	477	5.334	1.778
1964	3.463	1.154	1.271	424	4.734	1.578
1965	2.567	856	1.124	375	3.691	1.230,33
1966	2.277	759	1.136	379	3.413	1.137,67
1967	2.532	844	746	249	3.278	1.092,67
1968	3.899	1.300	1.928	643	5.827	1.942,33
1969	5.624	1.875	2.612	871	8.236	2.745,33
1970	6.022	2.007	2.798	933	8.820	2.940
1971	5.444	1.815	2.107	702	7.551	2.517
1972	6.650	2.217	2.334	778	8.984	2.994,67
1973	6.412	2.137	1.901	634	8.313	2.771
1974	7.221	2.407	2.496	832	9.717	3.239
1975	4.933	1.644	2.347	782	7.280	2.426,67
1976	4.235	1.412	3.241	1.080	7.476	2.492
1977	6.024	2.008	2.762	921	8.786	2.928,67
1978	6.954	2.318	3.475	1.158	10.429	3.476,33
1979	6.543	2.181	4.020	1.340	10.563	3.521
1980	5.074	1.691	3.370	1.123	8.444	2.814,67

FORTE:

A tabela acima demonstra que, a partir de 1955, a produção de lagosta no Nordeste e no Ceará passa de incipiente à consistente devido a organização industrial do negócio. A tabela 1 deixa claro que de 1955 a 1962 não se registrou nenhuma queda na produção. A tendência de queda na produção anual somente se imporia a partir de 1963 (não por acaso, o ano da “Guerra da Lagosta”). A tendência de queda anual manteria-se, embora oscilante, até 1968, quando cessaria e voltaria a crescer ano a ano até 1980, registrando quedas insignificantes entre 1970-1971, 1972-1973, 1974-1975 e 1979-1980.

Melquíades Pinto Paiva sustenta que, “no tocante à pesca marítima, esta se conservou com características puramente artesanais, num quadro geral de primitivismo e abandono que até o advento da exploração lagosteira em 1955 e suas naturais conseqüências”<sup>30</sup>. Paiva, fundador do Labomar (Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará/UFC), é categórico em dizer que “é bem recente” a pesca industrial de peixes marinhos “em bancos fora da plataforma continental cearense ou em águas costeiras da parte oriental do Estado do Maranhão”<sup>31</sup>.

Essa afirmação técnica, além de importante, descortina uma nova era na relação dos pescadores com o seu mundo do trabalho, até então marcado pela mediação estatal e pela inexistência de uma lógica de produção industrial capitalista no dia a dia.

ENTROU COM 2/3”

<sup>30</sup> PAIVA Melquíades Pinto, *Sobre os recursos pesqueiros do Estado do Ceará*, Anuário da Pesca, São Paulo, 1969

<sup>31</sup> PAIVA Melquíades Pinto, Op. Cit.

## 2-A 'descoberta' do "ouro do Mar"

A pesca comercial de lagosta é uma modalidade relativamente recente na atividade pesqueira do Brasil. Pesquisadores concordam em afirmar que a pesca da lagosta para fins comerciais teve início, no Ceará, em 1955, "utilizando típicas embarcações de pesca artesanal do nordeste brasileiro, de baixo rendimento e raio de ação muito limitado, que operavam usando côvos (manzuás) e gérérés"<sup>32</sup>.

Antes de prosseguir, é preciso frisar que, embora pareça óbvio, a pesca da lagosta com fins industriais não foi o determinante para o surgimento de técnicas artesanais de pesca. Essas vêm de bem antes dos anos de 1950, como foi demonstrado, e antes mesmo do século XX. Mas a alta rentabilidade proporcionada a partir da pesca industrial da lagosta permitiu que a prática artesanal se mantivesse e que se alterasse seu caráter de subsistência.

Deve-se também esclarecer como as categorias "pesca artesanal" e "pesca industrial" são compreendidas neste trabalho. Por artesanal entenda-se a atividade onde a produção prescinde do uso de todo e qualquer equipamento mecânico ou automático, como motores de combustão ou guinchos de recolhimento de material, o que não significa que determinados equipamentos e técnicas oriundas da prática industrial não se farão presentes. Adoto aqui uma definição do Sistema Nacional de Emprego (SINE-CE):

"A pesca industrial é caracterizada pela concentração de investimentos em instalações terrestres, operando com métodos e aparelhagem de pesca mais modernos, utilizando-se de embarcações com maior autonomia, cuja grande parte da produção é destinada ao mercado externo. A pesca artesanal utiliza uma tecnologia bastante rudimentar e de baixa produtividade, cuja produção varia desde a simples atividade de subsistência até aquela que sofre o processo de comercialização e é destinada basicamente ao abastecimento do mercado interno"<sup>33</sup>.

Um exemplo prático desta diferenciação é o do manzuá<sup>34</sup> (ou côvo,

---

<sup>32</sup> PAIVA, Melquíades Pinto(org.), *Pescarias experimentais de lagostas com redes de espera no estado do Ceará, Brasil*, Labomar, Fortaleza, 1973.

<sup>33</sup> Plano Estadual do Desenvolvimento da Pesca do Ceará,- 1980-1985, SUDEPE, in FELISMINO, Pedro Henrique de M., MOREIRA, Fernanda Mara Penaforte e SANTOS, João Bosco Feitosa (elaboradores), *As Condições de Trabalho e as Repercussões na Vida e na Saúde dos Pescadores do Estado do Ceará*, SINE-CE, Fortaleza, 1989.

<sup>34</sup> Embora tenha sido introduzido pela pesca industrial na captura da lagosta, a armadilha se assemelha a um cesto de palha de origem indígena que tinha esse nome, manzuá Fonte: site

espécie de gaiola utilizada para capturar lagosta, conforme figura 1, a seguir), que surge com o advento da indústria mas que é utilizado também pelos pescadores artesanais. Se num barco industrial o manzuá é retirado da água pelo guincho, na pesca artesanal isso se dará pela força braçal.

**FIGURA 1 :Pilha de manzuás. Fonte: UFBA**



A modalidade artesanal é praticada por pescadores das localidades de Canoa Quebrada e Estevão, no litoral leste do Ceará, que vivenciaram o período inicial da pesca comercial da lagosta e, posteriormente, a abandonaram como atividade prioritária com a chegada do turismo. Histórias narradas por pescadores e pelos jornais da década de 1950 sobre a ‘descoberta’ do “ouro do mar” (como é conhecida a lagosta devido aos altos preços de venda que o produto sempre teve em comparação com outros pescados<sup>35</sup>), revelam aspectos ainda não abordados pela historiografia, o que é uma das intenções desse trabalho.

Conforme relatos colhidos junto a alguns pescadores e armadores de pesca, é recorrente a presença do empresário Davis Morgan como sendo o responsável pela introdução de técnicas que levaram ao que Azevedo, Rivas e Melo classificam como “pesca empresarial ou industrial (...) com fins de exportação”<sup>36</sup>.

Afirma um pescador, morador dos Estevão, em Aracati: “O primeiro que apareceu

---

[www.jangadabrasil.com.br](http://www.jangadabrasil.com.br).

<sup>35</sup> Em 2003, por exemplo, o quilo da lagosta atingiu o valor de US\$ 26,00 (O POVO, 2003).

<sup>36</sup> AZEVEDO, Roberto de, Rivas, Alexandre A. F. e Melo, Rosemeiry, *Análise Econômica de Produção da Pesca Marítima na Região Nordeste do Brasil: Período 1980 a 1988*, Labomar, Fortaleza, 1989/90.

comprando lagosta era o Morgan. Ele foi o primeiro comprador de lagosta, foi ele. Aí depois apareceu as firma, né?”<sup>37</sup>.

Confirma outro pescador, também morador dos Estevão: “Os primeiros comprador [sic.] foi o Luiz Americano, também chamado Zé Gentil, o Sebastião Ramos , o Andrade e o Morgan, da Companhia, ele era o dono da firma. Em 56 a pesca da lagosta era local, a partir de 59 a gente pesca para as companhia”<sup>38</sup>.

Uma versão semelhante aparece no depoimento de um morador de Canoa Quebrada, um dos primeiros compradores locais de lagosta para revenda a empresas:

“A lagosta , quem começou a pescar em 56, foi o Erone e o Zé de Jackson, que pescavam de gêêrê. Eles vendiam para Antonio de Adrião, do Córrego dos Rodrigues e ele vendia no Mercado Velho de Aracati, para consumidor avulso. Depois de quase um ano apareceu um americano chamado Morgan. De 57 para 58 veio outro americano, chamado Bill, da Pro Marina. Tinha também o Luiz Guarani, que a gente chamava de Americano. Ele era de Recife, era o Rei da Lagosta. O Luiz abriu as praias até o Retirinho [hoje divisa Aracati-Icapuí], botava no caminhão Ford e levava para Fortaleza direto, isso em 58”<sup>39</sup>.

Davis Morgan era um homem misterioso. Pouco se sabe sobre ele, a não ser que era militar reformado dos Estados Unidos, empresário do ramo de pesca em seu país e no Caribe e ainda não foi possível precisar quando de sua chegada ao Brasil. Sabe-se que aportou no Ceará e logo constatou o potencial então inexplorado da pesca da lagosta. Conta Melquidades Pinto Paiva, fundador do Labomar e um dos primeiros a estudar a lagosta e a defender medidas de proteção ao crustáceo: “Morgan era sujeito misterioso, quase ninguém sabia da vida dele, ele não se deixava fotografar. Eu vi na realidade uma fotografia, ele era cheio de macete. Ele nunca abriu a guarda pra ninguém”<sup>40</sup>. De fato, em vão solicitei, por telefone e pela internet, informações sobre Morgan no consulado dos EUA, em Recife, e na Embaixada dos EUA em Brasília. A falta de maiores informações sobre ele não comprometeu o trabalho. Aqui não se pretende fazer uma biografia de Davis Morgan, o que não significa que este não seria um trabalho interessante para que se entenda mais sobre o perfil pessoal e

---

<sup>37</sup> Ezequiel Honorato dos Santos, 60 anos.

<sup>38</sup> Amadeu Pereira da Silva, 56anos.

<sup>39</sup> Genésio dos Santos Caraça, o ‘Tibiro’, 66anos

<sup>40</sup> Conversa com Melquiades Pinto Paiva, em 11-11-2004. A conversa foi por telefone .

empresarial do homem que teve participação decisiva para o incremento econômico da indústria da pesca no Ceará.

Esse “sujeito misterioso” foi personagem central da História que modificou não somente um segmento do mercado, mas também a vida e o cotidiano de milhares de trabalhadores e de suas famílias. Inicialmente Morgan incentivou pescadores das localidades de Caponga (Cascavel-CE) e Morro Branco (Beberibe-CE) a capturarem lagosta<sup>41</sup>, estendendo suas atividades rapidamente para outros municípios vizinhos, sobretudo Aracati (que na época encampava o distrito de Icapuí, município emancipado somente em 1985). O americano incentivou a utilização de um equipamento de pesca tradicional (o gérére<sup>42</sup>, ) na captura de lagosta, e abastecia de gelo as praias que se dedicavam à pesca de lagosta, recolhendo o produto num intervalo máximo de dois dias. Na época não havia energia elétrica nas praias do interior do Ceará e, segundo Antonio Madureira, morador da Redonda (Icapuí-CE), o gelo era conservado em caixas de madeira, sendo coberto com serragem para que resistisse por mais tempo sem descongelar<sup>43</sup>.

Todas as narrativas colhidas nesta pesquisa concordam ao dizer que, antes da chegada de Morgan, não havia pesca da lagosta em larga escala voltada ao mercado nacional ou internacional. Antes de 1955 a lagosta também não aparece nos balanços de itens exportados pelo Ceará, publicados mensalmente nos jornais da época. Segundo Mélquiades Pinto Paiva, “antes a lagosta não valia nada. A primeira que estudei comprei na praça Jose de Alencar a 500 réis. Antes era meia dúzia de sujeito que consumia e comprava na rua. Era usada como isca para pescar cavala [Scomberomorus cavalla, espécie de peixe comum no litoral nordestino]”<sup>44</sup>.

Muito diferente do que aconteceria nas décadas seguintes. Pouco mais de 30 anos depois, “em 1988, entre as 25 maiores empresas do Ceará(...) destacaram-se três empresas de pesca ocupando respectivamente o 6º, o 18º e o 23º lugares. Tem-se ainda que, no ramo de produção de alimentos, das 48

---

<sup>41</sup> O POVO, 18-08-1956

<sup>42</sup> O gérére (ou gêrêrê) é uma espécie de cilindro feito de rede e aros de metal ou madeira.

<sup>43</sup> Madureira, 55 anos, conta que ainda não se conhecia o isopor. Segundo ele, a pesca da lagosta em escala comercial na Redonda foi introduzida por Morgan em 1958. Antes as algostas eram capturadas ocasionalmente, em redes e anzóis (entrevista com Madureira, 02-11-2004).

<sup>44</sup> Entrevista com Melquiades Pinto Paiva, 11.11-2004

maiores empresas, 11 se relacionam com a pesca”<sup>45</sup>.

Os pescadores passaram então a lucrar mais do que o costume, o que gerava novos ganhos. A lagosta ganha definitivamente a denominação de “ouro do mar”<sup>46</sup>. Também seria pretexto para exploração dos trabalhadores, por parte de empresários, e de certas extravagâncias por parte dos pescadores. Amadeu Pereira da Silva, pescador dos Estevão (Aracati-CE) conta que no início da pesca “o quilo da lagosta era 10 conto de réis, e o pescador ficava com 1 conto por quilo”, ou seja, apenas 10% do apurado da produção. Ainda assim a afirmativa leva a crer que era muito mais do que o que se faturava com o peixe.

Nesse sentido dois relatos são significativos. Primeiramente, Genésio Caraça contou que “as companhia fazia assistencialismo, dava remédio, transporte para o Aracati. Quando terminava a pesca ninguém tinha nada, gastava nos cabaré, nas festas”<sup>47</sup>. Uma excentricidade apareceu na fala de uma moradora dos Estevão: “Tinha um hôme aqui que chega enrolava cigarro em cédula de dinheiro”<sup>48</sup>. Esses relatos demonstram como a introdução de uma nova modalidade econômica influenciou o cotidiano das famílias que até então tinham na pesca uma atividade de subsistência, circunscrita na definição clássica de “setor primário” da Economia<sup>49</sup>.

Genésio dos Santos, o ‘Tibiro’, revela que o incremento na atividade econômica também veio a suprir a presença (ou seria melhor dizer a ausência?) do Estado no que diz respeito à assistência social. Se as companhias forneciam remédios e transporte para a sede do município e isso permaneceu como importante na memória do pescador foi porque de fato tratou-se de algo significativo. Por mais que a memória esteja sujeita a preservar o que foi desejado e não o que de fato aconteceu, aqui não parece ser este o caso, dadas às dificuldades materiais a que sempre foram sujeitadas as localidades do interior

---

<sup>45</sup> *Quem é quem na economia do Ceará*, O POVO, 28/02/88, in FELISMINO, Pedro Henrique de M., MOREIRA, Fernanda Mara Penaforte e SANTOS, João Bosco Feitosa (elaboradores),id. Ibidem.

<sup>46</sup> Nesta pesquisa (com Amadeu Pereira da Silva, morador dos Estevão, por exemplo) e em conversas informais com pescadores do litoral de Aracati e Icapuí a afirmação é recorrente e, obviamente, inspirou o título deste trabalho.

<sup>47</sup> Genésio dos Santos Caraça, o TIBIRO.

<sup>48</sup> Margarida Pereira da Silva, 63 anos, moradora dos Estevão.

<sup>49</sup> Seriam três os “setores básicos na economia de um país. O setor primário reúne as atividades agropecuárias e extrativistas”, do verbete “Setores de Produção”, in SANDRONI, Paulo, *Novo Dicionário de Economia*, Ed. Best Seller, São Paulo, 1994

do Brasil.

Cabanas também menciona a fartura registrada no início da pesca:

“ Em Canoa Quebrada nunca se pescou tanto,. As praias ficavam repletas delas, as quais eram vendidas e consumidas de forma pouco organizada. Época de muita fartura e dinheiro para os canoenses ”<sup>50</sup>.

Um breve e impressionante relato sobre a fartura da época vem de um antigo pescador de Canoa Quebrada, que passou suas últimas décadas de vida como dono de bar, Vicente Viana. ‘Sêo’ Vicente contou que “antigamente [leia-se:antes da pesca em larga escala] se a gente entrasse no mar com uma roupa branca e passasse as lagosta, elas atacava” <sup>51</sup>.Os relatos expostos até aqui exigem um parêntese para reflexão. Os pescadores falam de uma época recente, mas, em seu imaginário, trata-se de um passado distante, as narrativas sobre essa época de fartura soam nostálgicas. Afinal, falam do “tempo do ouro”, bem diferente do presente (2005) onde a pesca da lagosta está em franca decadência, e grande parte dos pescadores das comunidades pesquisadas cessam ou diminuem o esforço de trabalho meses antes de terminar o período legal de pesca, compreendido entre maio e dezembro. Isso pode ser entendido considerando o que se afirmou anteriormente sobre a memória: ela pode sim indicar e elucidar um fato histórico importante para determinado agrupamento, mas também pode criar mitos, como às vezes parece ser o caso do “ouro do mar”. Em conversas com pescadores mais jovens ainda em atividade é nítida a desilusão com o presente e a incerteza sobre o futuro. Ao ouvir esses relatos de velhos e jovens pescadores, permeados por diferentes temporalidades, é preciso concordar com o que Catorga disse em palestra recente: “As sociedades não se recordam, são os indivíduos que se recordam a si próprios”. Cabe então ao historiador, ainda segundo Catorga, resolver a questão da “confiança em quem lembra” para obter o máximo de exatidão no que se está abordando<sup>52</sup>.

Nas histórias de pessoas que vivenciaram o período inicial da indústria da pesca, é recorrente a narrativa de uma temporalidade que difere completamente da crise atual por que passa o setor (ver tabelas nos Anexos). Em oposição a um

---

<sup>50</sup> CABANAS, Luiz Carlos, *Pequena História de Canoa Quebrada*, mimeo, Fortaleza, 1990, pg. 17.

<sup>51</sup> Vicente Viana, morador de Canoa Quebrada, faleceu em outubro de 2005, aos 78 anos.

<sup>52</sup> CATORGA, Fernando, professor doutor da Universidade de Coimbra palestra proferida em 31-

presente cruel para quem vive da pesca de lagosta, percebe-se uma vontade de fazer prevalecer uma temporalidade de memória positiva, que surgiu a partir do incremento da pesca industrial iniciado por Davis Morgan em 1955, como se verá a seguir.

### **3-Um americano em Fortaleza**

Davis Morgan foi o precursor da indústria da pesca da lagosta no Ceará e no Brasil, mas o fato de ser estrangeiro o prejudicou, em vários sentidos, nos primeiros anos de sua atividade. Ainda nos anos de 1950 empresas estrangeiras somente podiam explorar recursos da plataforma continental do Brasil<sup>53</sup> com fins de pesquisa ou em associação com empresas nacionais. Com base na Convenção sobre a Plataforma Continental, definida na Conferência de Genebra sobre o Direito do Mar, em 1958, o governo brasileiro “restringiu a exploração dos recursos naturais da plataforma continental aos nacionais, e condicionou a sua exploração por estrangeiros à concessão expressa”<sup>54</sup>.

A ação de um estrangeiro pescando em mares locais não tinha amparo legal. A reação foi imediata na imprensa. Mesmo em jornais com caráter liberal como era O POVO, um dos primeiros a fazer referência sobre Davis Morgan, havia reservas às atividades do americano. Na edição de 18-08-1956, O POVO saía com a seguinte manchete e matéria:

#### **“PROIBIDO AMERICANO DE PESCAR LAGOSTAS”**

“Mr. Morgan já recolheu o ‘Albatroz’ e viajou para o Rio’

“Desde o ano passado, o americano Mr. Morgan vinha explorando a pesca de lagostas nas praias de Cascavel e Beberibe. O produto, na sua quase totalidade, foi exportado para os Estados Unidos, proporcionando-lhe bons lucros. Acontece porém que essa pesca era ilegal, desde que ele apenas tivera licença para realizar pesquisas, mesmo assim acompanhado por um funcionário da Divisão de Caça e Pesca do Ceará. Aproveitando-se desse fato, Mr. Morgan realizou uma pescaria clandestina em alta escala, empregando possante barco a motor e redes de arrasto, coisa proibida pelo Código de Pesca”.<sup>55</sup>

---

08-2005 em Fortaleza, na UFC.

<sup>53</sup> Sobre delimitação da plataforma continental nacional, ver Anexos.

<sup>54</sup> LESSA, Antonio Carlos, A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflito e cooperação nas relações França-Brasil(1960-1964), in *Cena Internacional*, Ano I, Numero 1, UnB,1999.

Embora com discrição, O POVO ressalva que Morgan realizava atividade ‘clandestina’ e deixa claro que ele não contava com licença governamental. O americano de fato vai ao Rio de Janeiro, ainda capital do Brasil, e retorna cerca de um mês depois com autorização para pesca, segundo o mesmo O POVO, de 22-09-1956:

**“VINTE BARCOS PESQUEIROS PARA O CEARÁ”**

“Chegará o primeiro ainda em setembro”

“Empreendimento de um americano, já com autorização do governo brasileiro-Nacionalização após dois anos de atividades no Brasil”<sup>56</sup>.

Primeiramente o jornal faz uma análise conjuntural sobre a importância de um novo ramo da indústria pesqueira e de um mercado ainda incipiente. Em seguida, realça as ações de Davis Morgan com maior importância do que a que fora dispensada um mês antes:

**“20 BARCOS PESQUEIROS**

Mr. Davis Morgan, sócio-gerente da Pan-América Industrial Associada, homem que há mais de um ano vem se dedicando à pesca de lagostas nas praias de Beberibe e Cascavel, em recente estada no Rio, propôs ao governo brasileiro, através de canais competentes, trazer dos Estados Unidos para este país vinte barcos pesqueiros. A proposta, depois de estudada pela divisão de Caça e Pesca, foi enviada ao Ministério da Marinha que, antes de se pronunciar, fez várias exigências, destacando-se, entre outras, a nacionalização dos barcos após dois anos de permanência no Brasil. Mr. Morgan concordou sem objeção. A frota, como já dissemos, se comporá de vinte barcos sendo quinze pesqueiros, com câmaras frigoríficas, e cinco frigoríficos propriamente ditos. Ainda este mês, chegara a primeira dessas embarcações. O restante virá seguidamente.”<sup>57</sup>

Percebe-se aqui uma clara reviravolta no discurso que antes tendia a resistência às atividades do americano. Ele continua a ser respeitosamente chamado de “Mr. Morgan”; é “sócio-gerente” de uma empresa, portanto, ‘legal’. É “homem que há mais de um ano vem se dedicando à pesca de lagostas”, não mais o praticante de atividade ‘clandestina’. Como em todas as matérias surgidas posteriormente em O POVO, Davis Morgan é tratado com simpatia e até uma certa benevolência. Afinal, trazia o “progresso” para um setor ainda não inserido nas novas necessidades de uma época próspera e novidades, os anos de 1950,

---

<sup>55</sup> O POVO, 18-08-1956.

<sup>56</sup> O POVO, 22-09-1956.

<sup>57</sup> Id. ibidem

como completa a matéria:

#### **“RAIO DE AÇÃO**

Esses modernos e bem equipados barcos terão largo raio de ação, podendo realizar pescarias em todo o Nordeste, isto é, onde estejam localizados cardumes das mais diferentes espécies. A base será Fortaleza, o que não impede que eles, vez por outra, possam aportar em qualquer outra capital e negociar os peixes apanhados. Nesta cidade, muito se facilitará o comércio de peixe e Entrepasto de Pesca, o qual será inaugurado ainda neste ano”.<sup>58</sup>

Antes de terminado o ano de 1956, O POVO cobria entusiasticamente a chegada do primeiro dos barcos que comporiam a frota de Mr. Morgan. Na edição de 08-11-1956, a manchete e matéria de capa anunciam:

#### **“CHEGA AMANHÃ O PRIMEIRO BARCO PESQUEIRO”**

**“Em estaleiros americanos outras 19 unidades - em vista o barateamento do pescado.”**

“É esperado amanhã nesta capital, o primeiro barco pesqueiro da firma Indústrias Associadas da qual é sócio-gerente Mr. Davis Morgan, o conhecido americano que pesca lagostas nas praias de Beberibe e Cascavel. Conforme é do conhecimento público, Mr. Morgan conseguiu autorização do Governo Brasileiro para explorar a pesca no Ceará. Para isso adquiriu uma frota de vinte barcos pesqueiros para desenvolver essa indústria em larga escala. (...) O restante da frota(...) virá logo em seguida, pois em todos os barcos estão sendo montados modernos equipamentos em estaleiros americanos”.<sup>59</sup>

Pela primeira vez é anunciado concretamente o desenvolvimento “em larga escala” da nova indústria da pesca da lagosta, que se utilizaria de “modernos equipamentos” vindos de estaleiros americanos. Pelo menos por parte da imprensa liberal, Davis Morgan não teria mais tratamento de ‘ilegal’ e ‘clandestino’, mas sim de empreendedor e pioneiro no desenvolvimento de determinado setor ainda adormecido na região.

Assim a imprensa liberal dá início à elaboração e difusão de um discurso onde o que vigorava era uma interpretação parcial sobre o que seria “moderno” e onde já se anunciavam mudanças nas relações de trabalho na pesca. Uma análise mais acurada dessas fontes vai revelar, posteriormente, que, nos jornais dos anos de 1950 e 1960, é rara e mesmo nula a presença de pescadores proferindo este ou qualquer outro discurso na definição sobre o que foi a

---

<sup>58</sup> Id. Ibidem.

<sup>59</sup> O POVO, 08-11-1956

‘modernização’ da pesca na ótica do trabalhador. Talvez isso se deva ao fato de que, com a pesca industrial, veio também o aprofundamento da divisão do trabalho da categoria, o fortalecimento da interposição dos negociantes entre os produtores e o mercado, e as novas funções que passariam a ter a tecnologia.

A melhora na acolhida ao empreendimento de Davis Morgan pode ser melhor compreendida considerando o contexto em que ela acontece: a década de 1950. Num livro de Antonio Luiz Macedo e Silva Filho <sup>60</sup>, se constata que Fortaleza não se diferenciou de outras grandes cidades brasileiras, onde se iniciava, ainda na primeira metade do século XX, a formação de uma “sociedade de consumo com todo o seu corolário de sedução e exclusão, conjugando o desejo de parecer – e quando possível, ser – moderno”. Ainda mais se a ‘modernidade’, se a ‘novidade’ viesse dos Estados Unidos, que adotam, nos anos de 1940, a política de aproximação com a América Latina e, em especial, com o Brasil.

Ora, Fortaleza foi, ao lado de Natal, uma das bases americanas no Nordeste brasileiro durante a Segunda Guerra e não são poucos os estudos sobre este período e a influência da passagem dos militares pela cidade. O próprio Morgan, pelo pouco que se sabe dele, era militar reformado nos EUA. Mas como aqui a intenção não é traçar a biografia de Morgan, é melhor se ater a observações de Silva Filho.

Segundo ele, houve “uma necessidade imperiosa de recorrer aos modelos e às perspectivas estrangeiros como referendo para erigir o moderno na periferia do capitalismo”, lugar do Brasil numa época em que a grande indústria apenas começa a se estabelecer. A chegada de Davis Morgan e do novo aparato tecnológico que seria o embrionário da pesca industrial no país, e a subsequente aceitação do americano e de sua atividade pela parcela liberal da sociedade pode sim ser entendida no cenário proposto por Silva Filho, onde ainda prevalecia um certo “estigma do colonizado” no contato com novos referenciais sociais ou econômicos<sup>61</sup>.

Apesar da referência a Silva Filho, é preciso considerar que Fortaleza era permeável à influência empresarial estrangeira desde o século XIX, quando se

---

<sup>60</sup> FILHO, Antonio Luiz Macedo Silva e, *Paisagens do Consumo: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra*, Museu do Ceará/Secretaria Estadual da Cultura e do Desporto, Fortaleza, 2002

<sup>61</sup> Id. *Ibidem*.

deu o início do processo de “cosmopolitismo modernizante” (PONTE) na cidade. “A base desse processo foi a dinamização das relações capitalistas, destacando o estabelecimento de firmas estrangeiras. Foram tantas que chegaram a possuir, já no início de 1870, 40% dos estabelecimentos comerciais então existentes”<sup>62</sup>.

Eram, sobretudo, empresas ligadas à exportação de algodão e produtos agropecuários, mas também a incremento de negócios financeiros e a inovações tecnológicas, como estradas de ferro e navegação. Entre essas empresas, Ponte cita a Gradvhol & Filhos, a Boris Freres & Cia (fundada em 1868, com sede em Paris), Benoit Levy & Dreyfyss, Felix Liabastres & Cia, e os negociantes britânicos Robert Singlehustr, John William Studart, Hery Ellery, Alfred Harvey, Richard Hugges e Chaley Hardy. “A produção historiográfica cearense(...) não tem dúvida em considerar os empreendedores estrangeiros uma dádiva para a redenção econômica, como também não olvida o papel exercido por tais grupos na afirmação do processo civilizatório da Capital”<sup>63</sup>.

Mas se é verdade que nos anos de 1950 se deu a consolidação da moderna sociedade de consumo fortemente influenciada pelo modelo norte-americano, deve-se considerar que os anos imediatamente seguintes à Segunda Guerra são também os de emergência da chamada “Guerra Fria”, que por décadas opôs o “Ocidente”, representado pelo capitalismo, ao “Leste”, tendo a frente a União Soviética. Essa disputa teve reflexos no estabelecimento da indústria da pesca da lagosta no Brasil, o que se constatou na pesquisa nas páginas de O DEMOCRATA, periódico ligado ao Partido Comunista que circulou em Fortaleza por cerca de 20 anos, até 1960<sup>64</sup>.

Desde o início das atividades de Morgan, O DEMOCRATA veiculou acirrada campanha contrária ao americano, sob pretexto de estar defendendo ‘interesses nacionais’ contrariados por um ‘gringo’. Em sua edição de 26-06-1957, numa matéria sobre sessão da Assembléia Legislativa, há o seguinte relato sobre as atividades de Morgan:

**“MORGAN SE COMPLETA: QUASE 800 MIL QUILOS DE LAGOSTA EM UM ANO”**

“O caso da exploração das nossas lagostas pelo americano Mr. Morgan

---

<sup>62</sup> PONTE, Sebastião Rogério, *Fortaleza Belle Époque . Reformas Urbanas e Controle Social 1860-1930*, Fundação Demócrito Rocha, Fortaleza(CE), 1999.

<sup>63</sup> Id. Ibidem.

<sup>64</sup> Para saber mais sobre O DEMOCRATA ver dissertação de mestrado *Imprensa Maldita-1947/1948*, de Ildefonso Rodrigues, ora em desenvolvimento no depto. de História da UFC.

foi também debatido na Assembléia, tendo o deputado Almir Pinto declarado que somente no ano de 1955, 770 mil quilos de lagosta foram pescados pelo citado gringo, comprado a preço de banana. Depois de abordar a questão das possibilidades econômicas da lagosta, concluindo por afirmar que ela pode ser uma boa fonte de divisas, o deputado maranguapense apontou a necessidade do governo cuidar do assunto procurando ele mesmo efetuar a pesca e a distribuição”<sup>65</sup>.

Bem ao contrário de O POVO, O DEMOCRATA endossa discursos defendendo a nacionalização de empresas do ramo pesqueiro e inicia campanha contra o ‘estrangeiro’ que não deixava de ter uma forte carga xenófoba. Na matéria seguinte, cerca de um mês depois de iniciada a campanha contra o americano, O DEMOCRATA recrudesce . Em 25-07-1957 traz a seguinte matéria:

#### **“AMERICANO AMBICIOSO E INCONSCIENTE DEVASTANDO OS LAGOSTEIROS DO CEARÁ”**

“Assume proporções verdadeiramente alarmantes a pesca da lagosta levada a efeito em nossas praias pelo norte-americano Morgan. Se providências acauteladoras não forem já e já tomadas pelo governo – não tenhamos dúvidas!- o precioso crustáceo desaparecerá fatalmente do litoral cearense. Passará a ser mais uma espécie extinta. Porque, o que o referido alienígena vem praticando entre nós não é propriamente uma exploração pesqueira, como as que se realizam normalmente aqui e alhures, com observância a medidas tendentes a resguardar a continuação da espécie. Não! O que Mr. Morgan comete é, antes, uma prática predatória . Na ânsia de obter lucros cada vez maiores, o gringo passa acintosamente por cima de todos os regulamentos da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, entidade que estão afetadas em nosso país a regulamentação e fiscalização de tais empreendimentos. Em Caponga e Morro Branco, (Cascavel) a lagosta é capturada indiscriminadamente, durante todos os meses do ano, sem que se observe a época da reprodução . Os espécimes, a princípio apanhados em armadilhas, passam a sê-lo posteriormente em redes de arrasto, maneira indicada para conseguir facilmente o maior número possível, embora isso implique numa prática predatória. Desta forma, somente no ano de 1956, foram apanhadas para mais de 800 toneladas daquele crustáceo. Uma verdadeira devastação.”<sup>66</sup>

O teor da manchete expõe as intenções de O DEMOCRATA de desclassificar a atividade empresarial de Davis Morgan e de tornar recorrente discurso de intervenção governamental numa atividade privada. O ‘gringo’ Morgan agora é “inconsciente e ambicioso”, os altos índices de produção obtidos por ele são, ao contrário de “progresso” de um setor econômico, sinal de devastação. No

---

<sup>65</sup> O DEMOCRATA, 26-06-1957.

<sup>66</sup> O DEMOCRATA, 25-07-1957.

corpo da matéria do jornal reforça-se a acusação de que a prática instituída pelo americano, embora passasse a ser legal, seria também predatória. Na mesma matéria, a “denúncia” evidencia o quanto crescera a produção de lagosta e o investimento tecnológico em menos de dois anos:

**“UM ENTREPOSTO E DOIS PONTÕES”<sup>67</sup>**

“Ao que se alardeia, a pescaria de lagosta em Morro Branco atingiu nos últimos meses proporções ainda não conhecidas. Mr. Morgan, sedento de lucros cada vez maiores, estaria disposto a exterminar até o último espécime existente naquelas praias a tal ponto que o gringo teve que adquirir a Mormack dois pontões que [a] referida companhia de navegação mantinha estacionados ao longo do Mucuripe, para o transporte de lagostas. Segundo informações colhidas pela reportagem deste jornal [as] ditas embarcações chegam aqui diariamente, abarrotadas com toneladas e toneladas do pescado. Enquanto isso fomos encontrar em pleno funcionamento, nas proximidades da antiga Ponte Metálica, uma entreposta da “Pan-América” de Mr. Morgan, no qual se achavam a trabalhar quinze homens. Locupleta-se Mr. Morgan, enquanto ameaça desaparecer uma fonte de riqueza de nosso litoral, digna de melhor aproveitamento.”<sup>68</sup>

Para concluir, a matéria de O DEMOCRATA de novo recorre à urgência da intervenção estatal:

“Diante dos fatos tão graves, urge, pois, que as autoridades e associações as quais os caso se acha afeto, adotem enérgicas providências no sentido de sustar os criminosos planos de Mr. Morgan. Que o Governo do Estado, a Assembléia, as Colônias de Pescadores, entrem imediatamente em ação.”<sup>69</sup>

Desde o início das atividades de Morgan, “O DEMOCRATA” manteve acirrada campanha contrária. A capa da edição de 25-07-1957 de O DEMOCRATA, reproduzida na página a seguir, demonstra o quanto o jornal dedica amplo espaço “as matérias onde as atividades de Morgan aparecem como “maliciosas” e “inconseqüentes”.

---

<sup>67</sup> “Pontões” era balsas usadas para transportar grande quantidade de cargas de uma só vez.

<sup>68</sup> O DEMOCRATA, 25-07-1957.

<sup>69</sup> Id. Ibidem.



caráter anti-americanista do jornal, motivada pela sua ligação com o Partido Comunista Brasileiro e que influenciou a campanha contra Morgan. Trata-se da matéria cuja manchete anuncia “Poderoso monopólio norte-americano avança sobre a chelita do Nordeste. Uma imensa riqueza nacional em perigo de ser absorvida pelo truste”. O anúncio da matéria deixa claro o anti-americanismo característico de uma ideologia aliada à URSS. Mas nas entrelinhas das matérias de O DEMOCRATA citadas até aqui estavam uma leitura que extrapola o nacionalismo e a xenofobia. Elas também traziam um discurso que até então não havia surgido e que ganhou mais destaque a partir dos anos de 1960: a necessidade de preservação da espécie da lagosta. Embora não constassem nos jornais balanços mesurando a relação da exploração de lagosta com a redução de cardumes, já era evidente o prenúncio de escassez. Haverá, neste trabalho, uma análise posterior sobre a emergência deste discurso ‘ambientalista’, até por não ser esta a tônica principal de O DEMOCRATA e nem deste capítulo da dissertação.

Parece claro que mais do que fazer uma defesa ‘ecológica’ ou meramente nacionalista, a principal motivação de O DEMOCRATA seria influenciada pela chamada Guerra Fria, que contrapunha os interesses políticos e econômicos da União Soviética com os dos Estados Unidos, a maior potência econômica e bélica do Ocidente. A última matéria contrária a Davis Morgan encontrada em O DEMOCRATA traz trechos emblemáticos sobre esse aspecto e também quanto à xenofobia, ao medo de tudo que é ‘estrangeiro’, em particular se o ‘de fora’ viesse dos EUA. Em 22-08-1957, O DEMOCRATA saí com a seguinte manchete e matéria:

**‘MR. MORGAN INTRODUZ ILEGALMENTE ESTRANGEIROS PARA EXPLORA-LOS’**

“Multiplicam-se atividades ilícitas do americano das lagostas—surge agora o de uma família procedente da Argentina” “Novos estrangeiros continuam entrando ilegalmente no Ceará, trazidos por Mr. Morgan, o **famigerado súdito ianque** [grifo meu] em nosso estado vem cometendo impunemente toda sorte de atividades ilícitas. Segundo conseguiu apurar a reportagem deste jornal, referido alienígena em dias da semana passada providenciou a vinda para Fortaleza, através da ‘Panair do Brasil’, de uma família estrangeira residente em Buenos Aires. **Useiro e vezeiro** [grifo meu] em matéria de calotes e falsificações (ele é suspeito entre outras atividades tais, de receptor contrabandos) Mr. Morgan tentou até burlar aquela companhia de aviação, procurando fugir ao pagamento de um adicional que é cobrado nas passagens para estrangeiros. Pretendia tirar as passagens como sendo para

brasileiros(...). “<sup>70</sup>

A alcunha de “famigerado súdito ianque” reforça a hipótese de que a motivação central de O DEMOCRATA em sua campanha contra Morgan era movida pelo anti-americanismo. Ele, “useiro e vezeiro”, também seria “caloteiro”, “falsificador” e “contrabandista”. O “alienígena” Davis Morgan também estaria financiando a entrada de mais “estrangeiros” no Ceará para explorá-los como supostamente fazia com trabalhadores brasileiros e os recursos naturais nacionais.

Apesar da campanha acirrada de O DEMOCRATA contra Morgan, não se registrou nenhum tipo de retaliação ou ingerência governamental nas empresas do americano ou em outras empresas que surgiram depois do sucesso da Pan-Americana na exploração de lagosta, muitas ligadas a empresários estrangeiros. O que houve, de fato, foi a proliferação de empresas do setor nos anos imediatamente seguintes a 1955. Em 1962, apenas sete anos depois de Morgan lançar os alicerces da indústria pesqueira, a pesca era feita “em larga escala por quase vinte companhias diferentes”<sup>71</sup>. Esta mesma notícia de O POVO dá conta de que a maioria dessas empresas pertencia a “estrangeiros”, sem dar maiores detalhes.

Se o nacionalismo e a xenofobia implícita defendida pelo O DEMOCRATA não encontraram eco popular nem surtiram efeitos imediatos nos primeiros anos da pesca da lagosta, o mesmo não aconteceria poucos anos depois, num acontecimento (a “Guerra da Lagosta”) que contrapôs a França e o Brasil e quase chegou a um conflito bélico militar. Nesse acontecimento, como veremos no capítulo II, emerge novamente o discurso ‘ambientalista’, ‘ecológico’ que à época não tinha tais denominações e que atenderam mais a anseios de empresários do que de cientistas.

Essas ou outras conotações não esvaziam de sentido uma análise de tema que se tornou tão atual e que será tratado adiante: a devastação e exploração de cardumes de lagosta nas últimas cinco décadas e os reflexos negativos para pescadores artesanais que adotaram a pesca do crustáceo como meio de vida.

---

<sup>70</sup> O DEMOCRATA, 22-08-1957.

<sup>71</sup> O POVO, 14-12-1962.

Também veremos que Davis Morgan abriu o caminho para a concorrência ao implantar a indústria da pesca respeitando o que na Economia se chama de teoria da Localização Industrial. Segundo esta teoria, o fator determinante para que um setor extrativista se estabeleça com êxito é definido, antes de tudo, pela “natureza do produto” e por sua exploração em seu local de origem<sup>72</sup>.

Morgan não teve como concorrentes apenas empresas locais. Os europeus também foram atraídos, vieram disputar mercado e, sobretudo, território de pesca. É o que se verá no próximo capítulo, onde se reforça ainda mais a tese de que através de pesca da lagosta o Brasil se inseriu num nicho do capitalismo industrial internacional onde o país estava ausente, mas que desde o século XIX era desenvolvido pelos Estados Unidos(notadamente no Estado do Maine) e por países europeus, sobretudo a França. Ou seja, em países onde tradicionalmente a lagosta compunha a gastronomia local, ao contrário do Brasil, cujos cidadãos consumiam pouca ou nenhuma lagosta. A inexistência do consumo interno pode ser um dos fatores que explicam o ingresso tardio do Brasil no mercado internacional de pesca de lagosta, mas sem dúvida não é o único. Muitos outros surgiram, o que ficou ainda mais evidente a partir da “Guerra da Lagosta”.

---

<sup>72</sup> Verbete “Localização Industrial”, in SANDRONI, Paulo, *Novo Dicionário de Economia*, Ed. Best Seller, São Paulo, 1994.

## Capítulo II

### A “Guerra da Lagosta”

#### 1- A guerra que não houve

A partir da década de 1960 ficou evidente a importância da pesca da lagosta dentro do contexto capitalista mundial. E foi justamente nessa década que surgiram o discurso de preservação ambiental e também os primeiros sinais de revolta contra a atividade de pescadores clandestinos, sobretudo a partir de 1962 quando se registraram os acontecimentos que levariam, no ano seguinte (1963) à “Guerra da Lagosta”, um conflito que envolveu o Brasil e a França no litoral do Nordeste, na área em destaque no mapa abaixo.

**MAPA II – Mapa do Brasil com destaque para área do litoral do Nordeste onde se deram as movimentações militares na “Guerra da Lagosta”. Fonte: <http://www.mapas-brasil.com/index.html>.**



“Os jornais noticiaram amplamente os acontecimentos motivados pela insistência de navios franceses em freqüentar a plataforma continental nordestina”<sup>73</sup>. Atraídos pela então farta população de lagosta na costa brasileira, os franceses reclamaram ao Itamaraty(chancelaria brasileira) vantagens melhores. “Nessas conversações a parte francesa mostrou-se: contrária à comercialização de lagostas como importação do Brasil, referindo que os direitos cobrados na França em tal caso se elevam a 35%, e insatisfeita com a restrição imposta à eventual participação sua no capital de sociedades mistas de pesca, que não poderá exceder a 40%”<sup>74</sup>.

A “Guerra da Lagosta” foi além do que diz o lacônico documento da SUDENE. Tratou-se sim de um conflito econômico, diplomático e militar sem precedentes na relação do Brasil com a França. Como se viu antes, poucos anos após o início das atividades de Davis Morgan foi crescente o número de empresas capitalistas voltadas à pesca da lagosta. Também passou a ser significativo o capital gerado a partir da exportação da quase totalidade da produção do crustáceo, visto que o consumo interno era praticamente inexistente. Isso não só significou o ingresso do Brasil num nicho do mercado capitalista internacional onde antes o país não figurava como também atraiu atenção de países produtores de lagosta, sobretudo a França.

Com a “Guerra da Lagosta” emergiram discursos xenófobos e nacionalistas no Brasil. A “Guerra” não teve relação direta com o golpe militar de 1964, mas como ocorreu exatamente um ano antes, via-se nele dois aspectos interessantes. De um lado, a tentativa do governo João Goulart (Jango) de usar o episódio para demonstrar controle da situação e, de outro, a intenção clara dos militares de reforçar a confiança da população nas suas tropas.

A França, por sua vez, vivia momento histórico distinto, mas não menos delicado. Os anos de 1960 representaram o começo do fim do colonialismo francês. Até 1963, quando a Guerra da Lagosta chega ao auge, a França havia perdido colônias na África, e, conseqüentemente, áreas marítimas onde explorava e dominava a pesca.

Segundo o artigo *A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflito e*

---

<sup>73</sup> “Tentativas dos lagosteiros franceses no Nordeste”, Sudene, 1962.

<sup>74</sup> Id. Ibidem.

*cooperação nas relações França-Brasil (1960-1964)*, de Antonio Carlos Lessa,

“No decorrer de toda a década de cinqüenta, a pesca predatória realizada no continente africano, sobretudo ao largo das costas do Senegal, da Guiné e da Mauritânia, onde atuava grande parte da frota especializada da França, levou ao esgotamento dos bancos lagosteiros da região. Passando a pesca da lagosta nas costas brasileiras a apresentar maiores perspectivas, barcos lagosteiros franceses começaram a vir ao Brasil a partir de 1961 para, sem a necessária autorização do governo brasileiro explorar a pesca do crustáceo sobre a plataforma continental brasileira, na faixa que se estende ao largo dos Estados de Pernambuco até o Ceará”.<sup>75</sup>

No início de 1961 o governo Francês solicita formalmente ao governo brasileiro permissão para que três barcos franceses (*Gotte*, *Lopnk Ael* e *La Tramontaine*) pesquisassem as reservas lagosteiras do nordeste do Brasil. O Itamaraty apoiou o pedido e conseguiu do governo brasileiro a autorização, desde que o Comando Naval do Recife incluísse controladores de pesca da Marinha na tripulação de cada um dos barcos franceses, condição que foi prontamente aceita. Porém apenas dois barcos se apresentaram (*La Tramontaine* e *Olympic*, sendo que este não constava na lista original) e, paralelamente às atividades dos dois autorizados, vários outros eram vistos pescando em águas nacionais, o que gerou protestos de políticos do Nordeste e Federações de Pesca e dos Sindicatos de Armadores<sup>76</sup>. Eles alegavam que, além de estarem pescando sem autorização, os franceses saqueavam barcos brasileiros e roubavam materiais e produtos da pesca, como se viu em O POVO:

**“IDENTIFICADOS OS BARCOS FRANCESES QUE ASSALTAM PESCADORES CEARENSES - ‘Christine’, ‘Eliane’ e ‘Camaret’ seus nomes- Indústrias de lagostas ameaçadas**

“Dos barcos franceses que vêm atacando os pescadores de lagosta cearenses, levando manzuás jogados ao mar (inclusive com o resultado de vários dias de pesca), três já são conhecidos. Tratam-se de ‘Christine’, ‘Eliane’ e ‘Camaret’, barcos de aproximadamente 300 toneladas, dotados de modernos aparelhos e com tripulantes os mais especializados em pescas internacionais. Esses barcos têm penetrado em águas territoriais brasileiras e, no Nordeste, vêm causando a maior apreensão em todos aqueles que se dedicam à pesca no mar. Sua presença na costa cearense se constitui uma ameaça à própria sobrevivência das companhias que se dedicam à pesca de lagosta, que têm naqueles corsários franceses um desigual competidor(...)”.<sup>77</sup>

<sup>75</sup> LESSA, Antonio Carlos, *A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflito e cooperação nas relações França-Brasil(1960-1964)*, in *Cena Internacional*, Ano I, Numero 1, UnB,1999

<sup>76</sup> Id. Ibidem.

<sup>77</sup> O POVO, 03-08-1962.

O último parágrafo da matéria de O POVO é bastante significativo no que aqui se pretende comprovar: o conflito que se seguiu foi, antes de tudo, uma disputa econômica, capitalista. Desde o primeiro momento de anúncio da crise, ficou evidente que a vinda dos franceses era, mais do que ameaça à ‘soberania nacional’, uma ameaça às empresas que já haviam se estabelecido na indústria da pesca da lagosta.

Nessa mesma notícia vai aparecer o que neste capítulo também se pretende priorizar: a emergência do discurso de preservação ambiental, ainda que este tivesse conotações econômicas.<sup>78</sup>

A Marinha passou a patrulhar a costa do nordeste, até que os primeiros barcos são apreendidos com uso de força<sup>79</sup>. Nos primeiros barcos apreendidos era claro o contraste da disparidade tecnológica entre a indústria da pesca dos dois países. Enquanto havia menos de uma década que os armadores brasileiros tiveram contato com novas tecnologias e onde a maior inovação era a introdução de câmaras frigoríficas nos barcos, de armadilhas (manzuás) e do guincho para seu recolhimento, os armadores franceses eram bem mais sofisticados. Seus barcos eram verdadeiros navios e, além de frigoríficos, tinham viveiros internos onde a lagosta era mantida viva para assim ser exposta aos consumidores em restaurantes daquele país. Uma notícia de O POVO esclarece o quanto a frota nacional tinha tecnologia ainda incipiente se comparada aos franceses:

#### **“OUTROS EXISTEM**

Há denúncias de que o número de iates franceses operando na costa do Ceará seja superior a quatro. As facilidades que encontraram para desenvolver no nosso litoral o trabalho clandestino e criminoso deu origem a que outro número esteja atuando numa faixa muito mais ampla, cobrindo toda a extensão da costa nordestina. Os barcos são dotados de aparelhagem completa, modernos frigoríficos, além de radares. Seus tripulantes são altamente especializados neste sistema de pesca.”<sup>80</sup>

A reprodução das fotografias dos barcos apreendidos, a seguir, é significativa para se entender a disparidade tecnológica entre as embarcações

---

<sup>78</sup> “PROGNÓSTICOS PARA A PESCA NO NORDESTE: Se continuar a ação dos barcos franceses o futuro da exportação de lagosta no NE estará comprometido pela exploração racional [sic] dos recursos. Os franceses(...) estão tentando adotar rapidamente frente à costa do Nordeste Brasileiro a mesma política predatória posta em prática na costa de Portugal e da costa africana (...), pescando de arrasto sem obedecer nenhuma norma de conservação de recursos.” O POVO, 03-08-1962.

<sup>79</sup> “APREENDIDOS OS BARCOS PIRATAS” O POVO, 06-08-1962

<sup>80</sup> O POVO 03-08-1963.

francesas e as brasileiras.

**Figura 3**



A pouca nitidez das fotografias se devem ao estado da edição de O POVO nos arquivos, mas as figuras demonstram o que o potencial dos barcos de pesca franceses apreendidos, de casco de ferro, era incomparavelmente superior a dos locais, de madeira. A comparação das embarcações deve ter suscitado o discurso de que a pesca, no Brasil, ainda era “atrasada” por utilizar de tecnologia diferente da de seus concorrentes.

Pode-se refletir que, implicitamente, o que preocupava aos armadores brasileiros era a disparidade entre a qualificação e as diferenças entre pescadores brasileiros e franceses, estes tendo acesso a equipamento e tecnologia mais avançada e a outros referenciais de organização e relação trabalhista. Caso fosse admitida a concorrência, os empresários locais teriam de mudar um planejamento de investimentos tecnológicos, o que certamente alteraria a perspectiva de lucro.

Também deve ter preocupado às empresas brasileiras a possibilidade de contato de seus trabalhadores com pescadores estrangeiros. A relação capital-trabalho praticada na pesca industrial no Brasil era, muitas vezes, informal, e o vínculo empregatício era precário, sendo mantido enquanto fosse período de pesca. Tais práticas eram frutos de uma atividade recente, mas perduraram até os dias atuais, onde a perspectiva de lucro da empresa ainda se sobrepõe aos

direitos e garantias para os trabalhadores<sup>81</sup>.

A “Guerra da Lagosta” foi um conflito econômico, uma disputa de mercado encarada pelos produtores locais com temor, e essa foi a motivação para que os capitalistas nacionais e a imprensa liberal exigisse a intervenção do Estado. Este compareceu logo, e deu outras nuances à “Guerra”.

A pedido do Quaid’Orsay (chancelaria francesa), os barcos são liberados dois dias depois, sob a condição de que a França impedisse a vinda de novas embarcações até que “uma fórmula de compromisso fosse acertada”<sup>82</sup>. Nos meses seguintes a França insistiu que a exploração de lagosta no Brasil fosse arbitrada por uma Corte Internacional, proposta rechaçada pelo Brasil, que por fim cassou a licença dos barcos de pesquisa. Ao receber o comunicado oficial do governo brasileiro sobre a cassação da licença, o governo francês reage energicamente e decide enviar um navio de guerra (o contratorpedeiro ‘Tartu’) para resguardar as atividades de seus lagosteiros no nordeste brasileiro. De econômico e diplomático, o conflito ganha uma nova dimensão, a militar.

O comunicado oficial do governo francês sobre o envio do ‘Tartu’ chega ao Itamaraty em 21-02-1963, quinta-feira da semana do Carnaval daquele ano. O embaixador do Brasil em Paris, Carlos Alves de Souza Filho, é orientado a manter audiência com o presidente francês, general Charles De Gaulle, e tentar demovê-lo da intenção de se enviar uma belonave ao Brasil. Souza Filho é prontamente recebido por De Gaulle, que não determina o retorno do navio de guerra, mas promete “ocupar-se pessoalmente do assunto”<sup>83</sup>.

A reação na imprensa brasileira é imediata, e desde o início da contenda surgem os primeiros discursos ufanistas por parte dos militares, vangloriando-se da suposta força e competência das forças armadas brasileiras, como se lia na manchete de O POVO:

**“MINISTRO SUZANO E O CASO DOS BARCOS FRANCESES: A MARINHA PREPARADA PARA O QUE DER E VIER**

O titular da Pasta Naval recebido por almirantes e oficiais- Navios patrulham as costas e farão com que a decisão do governo brasileiro

---

<sup>81</sup> Fora do “ defeso, as empresas demitem os pescadores que somente são readmitidos quando do retorno da pesca. FELISMINO, Pedro Henrique de M., MOREIRA, Fernanda Mara Penaforte e SANTOS, João Bosco Feitosa (elaboradores), *A s Condições de Trabalho e as Repercussões na Vida e na Saúde dos Pescadores do Estado do Ceara*, SINE-CE, Fortaleza, 1989.

<sup>82</sup> LESSA, Antonio Carlos, Op. Cit.

<sup>83</sup> Id. Ibidem .

seja respeitada- Jango recebeu com surpresa e pesar a atitude francesa.”<sup>84</sup>

Na mesma edição de O POVO, um articulista do jornal demonstrava como se dava a reação fora dos círculos institucionais, não sem a carga xenófoba que o conflito passaria a ter. A chamada do texto de Assis Tavares era implacável e clamava: “Franceses expulsos antes de liquidarem a nossa lagosta”.

Para o articulista, a liberação de barcos apreendidos era “um desrespeito à nossa soberania. Mas não apenas neste erro incorreram os franceses. O governo francês diz que as lagostas encontradas nas costas nordestinas do Brasil são originárias da França. A lagosta, para eles, representa uma boa fonte de divisas para a França, que não tem concorrentes na exploração de lagostas no Mercado Comum Europeu”<sup>85</sup>.

A mobilização das frotas navais brasileira e francesa tem início, como fica evidente na matéria de 27-02-1963<sup>86</sup>. A edição do dia seguinte de O POVO, de 28-03-1963, é a mais impressionante. Praticamente toda a capa é dedicada à “Guerra da Lagosta”, mais uma página interna, com matérias emblemáticas do episódio. A capa dessa edição era significativa e merece ser reproduzida, a seguir.

#### **Figura 4: Capa da edição de O POVO em 28-03-1963**

---

<sup>84</sup> O POVO, 23 e 24-02-1963

<sup>85</sup> Id.Ibidem.

<sup>86</sup> O POVO, 28-02-1963. A notícia era “ A fragata francesa ‘ Paul Coffeny’, de mil toneladas, partiu de Dakar segunda-feira em direção ao Nordeste a fim de substituir o contratorpedeiro ‘Tartu’, de 2.750 toneladas. (...) . Apesar do sigilo da Marinha Brasileira, sabe-se que seguiriam para o Nordeste os contratorpedeiros ‘Greehhaulgh’ e ‘Para’. O Ministério da Aeronáutica deslocou para a segunda Zona Aérea, sediada no Recife, aviões P-16, pertencentes ao 1º Grupo Embarcado.”

**Esquadra francesa vista entre Dakar e Nordeste:  
Ministro adverte e fixa responsabilidade (Página 2)**



**CONTRA-TORPEDEIROS  
DO BRASIL ZARPAM  
DE ENCONTRO AO  
NAVIO FRANCÊS (PÁG. 2)**

A partida foi antecipada para a madrugada - Canhões foram testados antes - Movimentação de vasos de guerra em águas nordestinas - Reunião do Ministério

**Bomba-relógio  
sob uma ponte**

Caracas 28 — (UPI) — Uma bomba-relógio, de aparência semelhante ao modelo usado durante a guerra mundial, está a ser transportada para o Brasil. O comandante da frota informa que a bomba-relógio estava sob uma ponte de um navio francês que se afundou no Atlântico em 1942. A bomba tem 100 quilos de peso e contém 20 quilos de dinamite. Ela foi encontrada por um submarino brasileiro em 28 de fevereiro e levada para o Brasil. O comandante da frota afirma que a bomba-relógio estava sob uma ponte de um navio francês que se afundou no Atlântico em 1942.

12 PÁGINAS **O POVO** 20 FORTALEZA  
Ano XXXV — Fortaleza-Ceará, 28-2-1963 — N. 10.892

**JANGO VAI OUVIR RELATO  
DE HERMES LIMA: LAGOSTA**

Brasília, 28 — (UPI) — O Chanceler Hermes Lima, encontrou-se em Brasília para relatar ao presidente João Goulart o desenrolar das negociações Brasil-França em um período de tensão, que agora está dando a impressão de uma situação mais tranquila. O Chanceler afirmou que não pretende deixar o Brasil de imediato, mas que poderá voltar para o Brasil em breve. O Chanceler afirmou que não pretende deixar o Brasil de imediato, mas que poderá voltar para o Brasil em breve.

**Navios de guerra no Mucuripe**

Com o repulso francês (até) no sul — Barroco com chapéu — Ordem será cumprida — Situação é grave

**EXONERADO O  
PRESIDENTE DO  
BNDE (P. 7)**

Rio: 41 pessoas morreram no carrão val

**AVIOES DA BASE  
DE FORTALEZA  
VASCULHAM O  
LITORAL (P. 2)**

**DETIDO UM BARCO JAPONÊS:  
ESTAVA PESCANDO LAGOSTAS**

Brasília, 28 — (UPI) — O Chanceler Hermes Lima, encontrou-se em Brasília para relatar ao presidente João Goulart o desenrolar das negociações Brasil-França em um período de tensão, que agora está dando a impressão de uma situação mais tranquila. O Chanceler afirmou que não pretende deixar o Brasil de imediato, mas que poderá voltar para o Brasil em breve.

**UNIVERSIDADE DO CEARÁ**

A Faculdade de Ciências, Letras e Filosofia da Universidade do Ceará, em Fortaleza, realizou uma reunião de trabalho com professores, funcionários e alunos para discutir a situação da universidade. A reunião foi presidida pelo reitor e contou com a participação de representantes de todos os departamentos.

**JANIO REGRESSA,  
HOJE, AO BRASIL**

Brasília, 28 — (UPI) — O Chanceler Hermes Lima, encontrou-se em Brasília para relatar ao presidente João Goulart o desenrolar das negociações Brasil-França em um período de tensão, que agora está dando a impressão de uma situação mais tranquila. O Chanceler afirmou que não pretende deixar o Brasil de imediato, mas que poderá voltar para o Brasil em breve.

**Jatos de Fortaleza  
prontos para ação**

Os jatos da Base de Fortaleza estão prontos para ação e estão sendo utilizados para patrulhas de rotina ao longo do litoral nordestino. Os pilotos estão sendo treinados para lidar com situações de emergência.



**ONDE FLORESCE A MACONHA**

Devido ao mundo de vilões e repórter Agulha Moura escreveu uma série de três reportagens sobre o "reino do dólar" — A indústria e comércio dos centros de manipulação e distribuição de drogas, onde vivem mais de três mil — Alcoolistas Heróis — Fortalezenses chibos de Heróides no consumo de maconha — 1.200 Fichas na Polícia — Os novos contratos das universidades egressos e do Projeto Indústria, foram feitos a serem a indústria — O jornal "O Dia" de 28-2-63

**OS PREÇOS, MÊS A MÊS**

Alimentos vendidos pelo governo oferecem vantagens e utilidades no mês de fevereiro — Veja artigo no página 3

**CARNAVAL ESGOTOU  
SANGUE DE PAULISTA**

Leão no 3º pág

**ENQUANTO SENTENÇA DE JUIZ DORME NA  
"IO" PREÇO DO PÃO CONTINUA LIBERADO**

Embora este trabalho recorra frequentemente à reprodução de trechos e manchetes de jornais, procurou-se fazê-lo destacando as mais importantes entre os inúmeros textos copilados dos arquivos da Biblioteca Pública Estadual Menezes Pimentel (Fortaleza-CE). Creio que a figura anterior demonstra bem isso. Durante os meses de fevereiro e março de 1963 a “Guerra da Lagosta” aparecia em praticamente todas as capas das edições diárias de O POVO.

Em duas matérias da edição de 28-02-1963 constam os primeiros movimentos do então presidente João Goulart no sentido de controlar a situação e demonstrar que era ele o comandante das Forças Armadas<sup>87</sup>. Foi uma reação

<sup>87</sup> A matéria era a reprodução clara de uma nota oficial, com os seguintes termos: “O Chanceler Hermes Lima encontra-se em Brasília para relatar ao presidente João Goulart o desenrolar das

áspera de João Goulart que havia poucos dias centralizava todo o poder de governo na Presidência, depois de cerca de dois anos de regime parlamentarista. Assim ele entrou no jogo se contrapondo não só aos franceses, mas também aos militares. O mesmo Goulart que, pouco mais de um ano depois, seria derrubado do poder pelo mais duradouro (1964-1985) e violento movimento ditatorial que o Brasil viveu (ver item 3 deste capítulo).

A mesma matéria indica que De Gaulle toma medidas semelhantes às de Goulart para demonstrar controle da situação e do seu próprio governo. O general “suspendeu a vinda ao Brasil da delegação de senadores franceses que estava sendo esperada hoje em Recife, em visita de cortesia”<sup>88</sup>. De fato, uma visita de representação oficial da França só se daria em 1964, quando o próprio De Gaulle viria ao Brasil, sendo recebido em Brasília pelo general Castelo Branco, primeiro dos militares a assumir o poder durante a ditadura. Diplomacia francesa ou um gesto de apoio à ditadura, sobretudo após o atrito com o governo civil no ano anterior?

Ainda nesta edição, O POVO especula que os motivos para a deflagração da “Guerra da Lagosta” extrapolavam o conflito diplomático ou a demonstração de poderio militar, e que o fator econômico era determinante. Segundo o jornal, “o interesse do governo francês se deve ao fato de grupo de deputados bretões ter investido 14 milhões de dólares na pesca da lagosta”<sup>89</sup>.

A suposta iminência de guerra é terreno fértil para que as Forças Armadas se mostrem como organizadas e com rápido poder de mobilização<sup>90</sup>. A exemplo da Marinha e da Aeronáutica, o Exército brasileiro assume o conflito como ‘afrenta aos interesses nacionais’, e também se pronuncia: “Ouvido na manhã de hoje pela reportagem, o comandante da 10ª Região Militar, general Almério de Castro

---

negociações Brasil- França com perspectivas de solução que agora vão desde exploração conjunta da lagosta mediante acordo e sem prejuízo da economia nacional até a ação enérgica da parte do governo brasileiro junto à ONU e à OEA para impedir qualquer medida de forças por parte dos franceses.(...) O Presidente da República teve conhecimento pelo ministro da Aeronáutica de que um avião da FAB em vôo normal de patrulhamento do litoral localizou um navio de guerra francês (...) a 90 milhas da costa.(...) Sob a presidência do sr. João Goulart, está reunido hoje o ministério na primeira reunião desde a restauração do regime presidencialista. Uma fonte do Palácio do Planalto indicou que o litígio franco-brasileiro é o ponto principal da agenda da reunião.” O POVO, 28-02-1963.

<sup>88</sup> O POVO, 28-02-1963.

<sup>89</sup> Id. Ibidem.

<sup>90</sup> O POVO, de 01-03-1963, estampava: “ ‘EXPECTATIVA NAS UNIDADES MILITARES NO CEARÁ: MOBILIZAÇÃO GERAL E FÁCIL’.

Neves, referindo-se ao rumoroso caso da lagosta(...) afirmou que se preciso for uma operação terrestre o Exército estará preparado para agir com todo o seu dispositivo bélico<sup>91</sup>”.

A disposição do Exército em tomar a frente do movimento seria a mesma demonstrada em 1964, quando encabeçaria as primeiras ações que culminariam com o golpe militar. Portanto, não poderia esta arma ficar à margem ou à sombra das outras no caso da ‘Guerra da Lagosta’.

Diante da reação brasileira, a França não desmobiliza seu efetivo militar deslocado para o Nordeste e que escoltava seis lagosteiros franceses a cerca de 120 milhas da costa, fora das águas brasileiras<sup>92</sup>. Mas o governo francês apresenta duas propostas: fazer com que empresários da pesca no Brasil alugassem barcos bretões e que comprassem a produção desses barcos a preços reduzidos, além de criar companhias de capital misto franco-brasileiro para exploração dos recursos no litoral nacional.

O governo brasileiro rechaçou essa proposta por considerar que sua aceitação seria o mesmo que admitir o direito francês a exploração de recursos naturais nacionais. Sobretudo tratando-se de um recurso como a lagosta que, nas edições de 01-03-1963 e de 06-03-1963 de O POVO, aparece com importância econômica para o Ceará bem maior do que tinha cerca de oito anos antes, quando de implantação da pesca industrial.<sup>93</sup>

Numa dessas matérias aparecem interessantes declarações de representantes governamentais sobre a necessidade de se estabelecer normas rígidas para captura e comercialização da lagosta. “O diretor da Divisão de Caça e Pesca, dr. Sebastião Ramos, acrescentou que um perigo interno (maior do que podem apresentar os franceses do ponto de vista de exterminar a espécie) consiste na desobediência das companhias lagosteiras às leis brasileiras – que capturam o crustáceo do tamanho de um camarão quando a lei determina que o tamanho mínimo seja de 18 centímetros. ”<sup>94</sup>

---

<sup>91</sup> Id. Ibidem.

<sup>92</sup> Somente em 1970 o Brasil estende seus limites marítimos para 200 milhas, LESSA, Antonio Carlos, Op. Cit. Para melhor entender o processo de expansão das águas territoriais nacionais, ver também ANEXO no final da dissertação.

<sup>93</sup> O POVO, 05 e 06-03-1963.

<sup>94</sup> O POVO, 01-03-1963

Novamente se percebe a emergência do discurso ambientalista calcado na importância econômica do pescado. Essa notícia também dá conta de como a produção desenfreada de lagosta causou redução nos cardumes nessas últimas cinco décadas. Enquanto que em 1963 o tamanho mínimo para captura e comercialização era de crustáceos com pelos menos 18 cm de cauda, a medida seria de apenas 13 cm em 2004.

O impasse continua nos dias seguintes, até que surge o primeiro sinal de que a “Guerra da Lagosta chegaria ao fim. No dia 04 de março o POVO traz matéria onde se prenunciava a desmobilização de efetivos militares de lado a lado<sup>95</sup>. Mas a trégua duraria apenas uma semana, até que a França recrudescesse seu posicionamento e reforçasse sua frota que guardava os lagosteiros havia mais de 10 dias. Neste pequeno intervalo, outros acontecimentos misteriosos pululavam na imprensa. O que chamou mais atenção foi o de ataques de submarinos de nacionalidade desconhecida a barcos pesqueiros no Rio Grande do Norte. Na edição de 02 e 03-03-de 1963 O POVO alardeava: “Submarino misterioso nas águas do rio grande do norte - À pique barco brasileiro”<sup>96</sup>.

A história era mesmo mirabolante, ainda mais porque foi narrada por um pescador vítima do ataque, e por ter ocorrido alguns dias depois de um outro submarino ter surgido e desaparecido misteriosamente no Rio Grande do Norte. Vale a pena reproduzir trecho da matéria por se tratar do único momento em que de alguma forma aparece, na imprensa, a fala de um pescador narrando um episódio da Guerra da Lagosta”, pois que foi rara ou mesmo inexistente a participação direta de pescador no conflito, como se verá adiante. A matéria era a seguinte:

**“BARCO LAGOSTEIRO BRASILEIRO DESTRUÍDO POR SUBMARINO DESCONHECIDO: NATOLI!”**

---

<sup>95</sup> Vale a pena reproduzir trecho desta matéria de O POVO, de 04-03-1963: “ ‘BAEPENDI’ DEIXOU FORTALEZA: NORMALIZA-SE A SITUAÇÃO” “Praticamente superado o impasse que envolveu o Brasil e a França na questão da lagosta, determinou o Ministério da Marinha a suspensão do dispositivo armado para impedir a penetração de barcos de guerra franceses nas águas territoriais nordestinas. (...) Como efeito dessa normalização, o contratorpedeiro Baependi, que chegou a Fortaleza desde o início da crise, deixou na manhã de hoje o Mucuripe. (...) Também nos quartéis das unidades militares a situação se normaliza; (...)O embaixador da França, sr. Jacques Bayens, esteve hoje no Itamarati. Durante cerca de meia hora de palestra foi reafirmada a disposição em que se acham ambas as partes de encontrar uma solução para as dificuldades porque atravessam as relações entre o Brasil e a França”.

<sup>96</sup> O POVO, 02 e 03-03-1963.

NATAL (URGENTE)- Um barco lagosteiro brasileiro foi posto a pique na noite de ontem por um submarino de nacionalidade desconhecida nas proximidades do farol da Ponte, nesta capital.

Um sobrevivente contou que às primeiras horas da noite sua embarcação foi surpreendida no mar por um submarino que emergiu lançando uma forte luz. (...) Em seguida homens desceram num bote de borracha, armados de metralhadoras, e o empurraram para o mar. Enquanto ele nadava para fora, os estrangeiros destruíram seu pequeno barco lagosteiro e o empurraram para o submarino, que logo submergiu. Disse ainda o pescador: --“Nada pude entender do que eles falavam”. O estranho fato está sendo estudado pelas autoridades navais. (...)A Capitania apura o fato lembrando que é o segundo caso do gênero, pois o mês passado outro pescador fora abrodado pelo pesqueiro ‘Marselha’, tendo seu barco sido destruído.”<sup>97</sup>

O caso seguiu sem esclarecimento e, nesse período, a imprensa brasileira aproveitou para fazer um pequeno balanço, não sem toques de nacionalismo e de ironia. Com a manchete “Nada de novo no ‘front’ da lagosta; o Itamarati espera notícias de Paris”, uma matéria de O POVO dava conta que era evidente que a “Guerra da Lagosta” ganhara dimensão nacional. O conflito repercutiu em vários jornais do país, não se restringindo à imprensa do Nordeste, em cujos mares o conflito se desenrolava <sup>98</sup>.

O espaço para ufanismo e galhofa durou pouco. Ainda em 07-03-1963 O POVO anunciava que o conflito não chegara ao fim:

**“GOVERNO FRANCÊS RESOLVEU NÃO RETIRAR A FRAGATA ‘GOFFENNY**

RIO,07- (TRANSPRESS)- Notícias chegadas de Paris informam que o Gabinete francês resolveu não retirar a fragata Paulo Goffenny e os pesqueiros que se encontram a 110 milhas da costa do Nordeste. Em Brasília uma fonte da Marinha disse que os pesqueiros franceses estão sendo abastecidos de víveres e combustíveis em algum ponto da América do Sul e que foi verificada a movimentação de navios para o local, o que indica que os franceses pretendem permanecer por tempo indefinido.” <sup>99</sup>

<sup>97</sup> O POVO, 02 e 03-03-1963.

<sup>98</sup> A notícia completa era: “São os seguintes os comentários dos jornais sobre a ‘guerra da lagosta’. ‘Estado de São Paulo’: ‘ É o próprio autor que delibera retirar da cena a comédia que estava montada. Não nos felicitemos(...) porque a retirada dos navios não consegue delir a mágoa que o ato irrefletido do general De Gaulle nos causou’. De ‘Ultima Hora’: ‘ Não há dúvida de que ganhamos uma batalha política internacional. As lagostas são nossas’. – ‘A Hora’, de São Paulo: ‘ A guerra da lagosta chega a seu final. Muito ridículo , muita vontade de dizer bobagens e ainda de fazê-las.’. – ‘Diário de Notícias’: ‘Prevaleceu o bom senso reduzindo o incidente a justas proporções. Houve uma espécie do que se convencionou chamar , humoristicamente entre nós, de batalha de ‘Itarararé’. – ‘Correio da Manhã’: ‘ Nos corredores do Itamarati línguas maliciosas diziam que é grande a correria dos empistolados para cavar uma vaguinha na delegação brasileira que assinará a paz das lagostas em Versalhes”.

<sup>99</sup> O POVO, 07-03-1963

Esses acontecimentos demonstraram a descordenação do governo brasileiro. As orientações desencontradas recebidas pelo embaixador Alves de Souza em Paris neste período fizeram com que ele pronunciasse a célebre frase “o Brasil não é um país sério”, colhida em entrevista ao jornalista Luiz Edgar de Andrade, que trabalhava como correspondente do Estado de São Paulo em Paris. A frase, porém, é atribuída a De Gaulle, segundo sustentou anos depois o mesmo jornalista.<sup>100</sup>

Em vez de findado, o conflito aparentava estar no auge, e continuavam mobilizados os militares brasileiros. A guerra seria iminente, pelo menos para O POVO, que afirmava:

**“AGRAVA-SE A CRISE FRANCO-BRASILEIRA: TODA A MARINHA EM RIGOROSA PRONTIDÃO.**

1-Governo francês decidiu não atender a exigência do Brasil de retirar o vaso de guerra ‘Paul Goffeny’ do Nordeste.

2-O Ministro da Informação da França, Mr. Allain Peyrefitte, declarou, laconicamente, que ficam suspensas negociações acerca do litígio proveniente das atividades dos lagosteiros franceses em águas territoriais brasileiras.

3- Toda Marinha de Guerra do Brasil, face ao desenvolvimento da crise, encontra-se em rigorosa prontidão e seus vasos concentrados em qualquer emergência.”<sup>101</sup>

No dia seguinte, O POVO indicava que mais navios franceses estariam a caminho<sup>102</sup>. Mas o suposto reforço da mobilização era alarme falso. Ainda antes de terminar o mês de Março de 1963 terminava também a “Guerra da Lagosta”, conforme O POVO de 12-03-1963:

**“FIM DA ‘GUERRA DA LAGOSTA’**

O embaixador da França, sr. Jacques Bayes, deverá viajar esta semana para Paris.(...) Um porta voz da Embaixada confirmou a retirada dos barcos franceses do litoral brasileiro.(...) Ao analisar as causas de súbita mudança de pontos de vista, o jornal ‘Le Monde’ informa que (...) ‘ os armadores poderiam ter prejuízos financeiros com a manutenção dos pesqueiros indefinidamente inativos”.

O jornal ‘France Soir’ disse ontem que ‘a guerra da lagosta terminou por falta de combatentes. E assegurou também que a França perdeu a batalha, mas não perdeu a guerra.”<sup>103</sup>

<sup>100</sup> Conforme artigo publicado por Luiz Edgar no Jornal do Brasil de 22-07-2002.

<sup>101</sup> O POVO, 08-03-2963

<sup>102</sup> O POVO, 09 e 10-03-1963, cuja manchete era “OUTRO BARCO DE GUERRA FRANCÊS APROXIMA-SE DAS COSTAS DO BRASIL”

<sup>103</sup> O POVO 12-03-1963

Pelo ‘France Soir’ pode-se ver que a postura nacionalista não se restringiu à imprensa brasileira. Mas, de fato, a “Guerra da Lagosta” encerrava seu período de mobilização bélico-militar sem que um tiro fosse disparado. Ainda em 1963 aparecem outras notícias sobre incursões de barcos francêses no litoral do Brasil. Em 20-06-1963 O POVO noticiava que

**“LAGOSTEIROS FRANCESES VOLTARAM A PESCAR NA COSTA DO NORDESTE**

Recife, 20- (Transpress)- Barcos lagosteiros franceses aportam. Os barcos entraram ontem em Natal para abastecimento de comandados, declarando que vieram pescar na costa brasileira via entendimento neste sentido entre os governos francês e brasileiro. O comandante do distrito naval deu ordens ao capitão dos Portos para negar passe de saída aos pescadores, que alias não apresentaram documentos em ordem ao mesmo tempo que solicitou instruções da Armada.”<sup>104</sup>

Os barcos foram retidos na alfândega em Natal, sem maiores conseqüências ou sem que o conflito fosse retomado, pois os jornais não noticiaram mais a “Guerra da Lagosta”. Ao que parece, os governos da França e, sobretudo, do Brasil, trataram de cuidar de problemas internos. A questão da lagosta foi relevada a um plano de intermediação internacional. Novamente por iniciativa da França surgiu uma proposta de que a Corte Permanente de Arbitragem de Haia julgue o caso. O Brasil, talvez até por estar vivendo momento de convulsão interna, não se manifestou. Encontramos no trabalho de Lessa uma possível explicação para se entender o desfecho da ‘Guerra da Lagosta’:

“Desde os primeiros momentos da Guerra da Lagosta, em 1963, o Brasil sustentava dever ser a questão resolvida através de entendimentos privados entre as empresas dos dois países, seja pela constituição de companhias mistas, seja pelo arrendamento e ou aquisição de barcos lagosteiros franceses. A França, por sua vez, considerava que os entendimentos entre agentes privados deveriam efetivar-se dentro do quadro de um Acordo Intergovernamental, com o que não concordava o Itamaraty(...).Com efeito, razões políticas e técnicas impunham que a pesca da lagosta fosse realizado por firma brasileira e que o resultado da pesca fosse exportado, e não simplesmente ‘levado’ para a França(...). Um primeiro entendimento entre empresas se esboçou apenas em 1965, sem resultados maiores além do arrendamento de barcos franceses por firmas de pesca brasileiras.”<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup> O POVO, 20-06-1963

<sup>105</sup> LESSA, Antonio Carlos, Op. Cit.

Análise que, mais uma vez, confirma que o conflito teve, prioritariamente, motivações econômicas.

## 2- Xenofobia

Se nos anos iniciais da indústria da pesca da lagosta o norte-americano Davis Morgan sofreu resistência de parte da imprensa (notadamente de O DEMOCRATA), mas não da população, os franceses e suas representações diplomáticas não tiveram o mesmo tratamento anos depois, quando da “Guerra da Lagosta”. Ainda que isolados, foram registrados sinais de revolta desde os primeiros momentos do conflito, como aparece em uma notícia de O POVO de 28-02-1963:

### **“FUNCIONÁRIO PICHAVA A EMBAIXADA FRANCESA: PRESO”**

RIO(28)- “Já que nossa mocidade não fez, eu fiz. Sou nacionalista e não poderia deixar passar despercebida esta indigna atitude das autoridades francesas “ – disse o funcionário aposentado da Aeronáutica Rodrigues de Carvalho, de 58 anos de idade, casado , residente na Guanabara, depois de ser preso hoje de manhã ao pichar a fachada da Embaixada Francesa, na avenida Antonio Carlos(...) Tentou depois fugir mas foi preso pelo ascensorista do prédio e outro popular que o entregaram à rádio patrulha. (...) Estava indignado com a atitude da França no caso das lagostas brasileiras e por não “haver nossas autoridades se pronunciado a respeito até o momento, resolvi eu próprio, sozinho, exteriorizar a repulsa do povo brasileiro contra essa desfaçatez francesa. Sou nacionalista”<sup>106</sup>.

Esse episódio é emblemático. Primeiro, porque o homem detido era militar reformado, o que demonstra como ecoou o discurso militarista do conflito, independentemente da iniciativa governamental. Isso parece evidente no trecho da matéria onde se lê “e por não ‘haver nossas autoridades se pronunciado a respeito até o momento, resolvi eu próprio, sozinho, exteriorizar a repulsa do povo brasileiro contra essa desfaçatez francesa. Sou nacionalista”.

Segundo, por, paradoxalmente, demonstrar que não houve generalização do sentimento anti-galiscista. A mesma matéria deixa claro que o revoltado foi detido “pelo ascensorista do prédio e outro popular que o entregaram à rádio patrulha”. É o aparecimento deste “**outro popular**” que reforça a hipótese de que

a “Guerra da Lagosta”, não foi exatamente um acontecimento de cunho nacionalista, sentimento que ficou circunscrito na imprensa e no discurso dos militares e do governo. Mas se a “Guerra da Lagosta” não registrou nenhum movimento de massa anti-galicista, não deixou de ter mais casos isolados de protesto. A sede da Aliança Francesa em Campinas, interior do estado de São Paulo, sofreu um atentado e teve sua fachada pichada no período em que aconteceu o conflito<sup>107</sup>. “Na madrugada de 1º de março, elementos não identificados explodiram quatro bombas do tipo caseira e cortaram os fios telefônicos e de eletricidade. Deixaram na parede a inscrição ‘A lagosta é nossa’, a polícia passou a manter severo policiamento no local”<sup>108</sup>. Em Belo Horizonte (MG), a polícia protegia o consulado da França “tendo em vista ameaças recebidas”<sup>109</sup>.

Além do caso do ‘revoltado’ fluminense e do ataque à Aliança Francesa em Campinas, outro caso inusitado aconteceu em Fortaleza. No dia 04-03-1963, O POVO trazia a seguinte manchete: “Um francês instalado em fortaleza fazia negócios clandestinos de lagosta”<sup>110</sup>. Tratava-se de um tal Jean Moreau, que alugara uma casa de propriedade de D. Aisa Silva, na Avenida D. Manoel, 599, centro de Fortaleza. Segundo O POVO, Moreau

“comprou dois barcos em nome de conhecidos seus (brasileiros) e passou a pescar lagosta clandestinamente, transferindo o produto para outros barcos de maior porte provenientes da França que ficavam à espera fundeados em alto-mar. Tudo ocorreu tão bem para o arrivista que ele, convencido de que o Brasil era mesmo terra de ninguém, achou que não devia pagar aluguel a d. Aisa Silva, o que constituiu erro fatal.”<sup>111</sup>

A mesma matéria dá conta de que Moreu também não pagara por um fogão adquirido no estabelecimento comercial de Moises Pimentel e estaria refugiado em Paracuru, a 100 km a oeste de Fortaleza. Por não pagar o aluguel, Moreau foi processado por D. Aisa e seus barcos foram apreendidos. O POVO não deixou de aproveitar o episódio para reforçar a cobrança de atitudes mais

---

<sup>106</sup> O POVO, 28-02-1963.

<sup>107</sup> Conforme BRAGA, Cláudio, *A Guerra da Lagosta*, edição do autor, Rio de Janeiro, 2004. Cláudio Braga é capitão da Marinha e elaborou um livro compilando documentos militares e trechos de matérias de jornais sobre a Guerra da Lagosta.

<sup>108</sup> Id. ibidem

<sup>109</sup> Id. ibidem

<sup>110</sup> O POVO, 04-03-1963

<sup>111</sup> Id. ibidem.

rígidas por parte das autoridades: “Por mais que pareça romanesca essa história, prova tão somente a ineficiente ação das autoridades no que concerne a fiscalização na exploração desta fonte de riqueza que é a lagosta.”<sup>112</sup>

Havia também reações bem humoradas na imprensa, como demonstra uma charge de O POVO<sup>113</sup>, quando os franceses alegaram que tinham direito à lagosta da plataforma continental do Brasil por ser esta, supostamente, originária da costa francesa. Representando a França, uma mulher com vestes e dotes corporais entre extravagantes e sensuais, carregada de estereótipos ‘franceses’, com penteado à Brigitte Bardot, joga a isca para domar uma lagosta ‘nossa’, brasileira, como demonstra a figura na página a seguir.

**FIGURA 5 : charge publicada em O POVO de 04-03-63**



A charge , publicada em O POVO 23/24-02-1963, retrata também a abordagem discriminatória que a imprensa brasileira deu ao episódio da “Guerra

---

<sup>112</sup> Id. Ibidem.

<sup>113</sup> Id. Ibidem.

da Lagosta”. No desenho, a mulher é caracterizada como o que se chamava, no Brasil, de ‘sirigaita’, numa intenção clara de rebaixar e ‘desclassificar’ o ‘inimigo’. A charge ilustra a manchete “Franceses expulsos antes de liquidarem a nossa lagosta”, da mesma edição, reproduzida a seguir.

**FIGURA 6: Capa de O POVO de 23/34-03-1963**



### 3- Uma guerra de festim

Embora não tenha relação direta com o objetivo desta dissertação, uma brevíssima abordagem da disputa interna de poder entre João Goulart (Jango) e os militares é inevitável, até mesmo para contribuir com estudos e reflexões posteriores sobre esse assunto. Desde sua eclosão, a “Guerra da Lagosta” anunciava-se como um conflito que não chegaria, de fato, a conseqüências bélicas. Para o Brasil teria sido um desastre, já que sua suposta força naval era combatida. Encontramos uma prova disso nas reflexões do Almirante Armando Bitencourt. Segundo ele, naquela época “a marinha não tinha condições de guerrear, pois, além do mau estado dos equipamentos de bordo somente havia munições para pouquíssimas horas de combate(...). Passados o fato e o tempo, hoje vemos que talvez tenha havido um pouco de exagero no tocante ao

deslocamento de mais militares navais para a área, apesar das muitas ações diplomáticas que tentaram evitar o escalonamento da crise a tal ponto”<sup>114</sup>.

Uma leitura destacada de determinadas afirmações de lado a lado comprova isso. A primeira declaração clara nesse sentido vem do ‘agressor’ francês, conforme constava em O POVO de 28-02-1963:

**“DE GAULLE: ‘MEU GOVERNO NÃO É A FAVOR DA GUERRA DA LAGOSTA”**

“PARIS(France Press)- O Gabinete Francês reunido até os primeiros minutos de hoje sob a presidência do general Charles De Gaulle , debateu a resposta brasileira à proposta da França e aprovou instruções a serem dadas ainda hoje ao Embaixador francês no Brasil a fim de solucionar, definitivamente, as divergências franco-brasileiras. O Ministro da Informação declarou na ocasião que seu governo não é favorável à guerra da lagosta, mas resolutamente pacífico.”<sup>115</sup>

Na mesma edição há uma matéria com ponderações de um militar brasileiro, o capitão dos Portos no Ceará, Hugo Machado, que, segundo O POVO,

‘declarou que a ordem do Ministério da Marinha para impedir a entrada dos franceses será cumprida, ‘custe o que custar’. Todos os comandados estão dispostos a enfrentar a situação da forma como a mesma se apresentar , em obediência às determinações emanadas pelo Ministério da Marinha e pela soberania brasileira – “ De forma alguma as forças militares, aqui sediadas, serão atingidas de surpresa, muito embora acreditemos que o impasse será superado pacificamente’, informou o Capitão dos Portos.”<sup>116</sup>

Em outra matéria, com a manchete “Esquadra francesa vista entre Dakar e Nordeste: ministro adverte e fixa responsabilidade” <sup>117</sup>, o próprio comando da Marinha manifesta previsão de que o conflito não chegaria a conseqüências tão graves quanto às de uma guerra. Mas a preocupação era maior no discurso da própria imprensa do que dos militares envolvidos, como deixa claro O POVO na conclusão da mesma matéria:

“Embora as autoridades navais, com muito bom senso, não informem estarmos vivendo momento que podem anteceder a um sério incidente

---

<sup>114</sup> BRAGA, Cláudio, *A Guerra da Lagosta*, edição do autor, Rio de Janeiro, 2004. Cláudio Braga é capitão da Marinha e elaborou um livro compilando documentos militares e trechos de matérias de jornais sobre a Guerra da Lagosta.

<sup>115</sup> O POVO, 28-02-1963.

<sup>116</sup> O POVO, 28-02-1963.

<sup>117</sup> Id. Ibidem.

militar, podemos observar que a situação se apresenta muito grave, especialmente para a Armada, que terá sobre seus ombros a missão de obstar a entrada dos barcos de guerra franceses na costa nacional.”<sup>118</sup>

Ficou demonstrado que a capacidade das forças armadas brasileiras era deliberadamente sobre-valorizada, e não só no círculo militar. Um potencial que não chegou a ser testado de fato, visto que a “Guerra da Lagosta”, em termos bélicos, não passou de um acontecimento de mobilização de tropas e equipamentos, tendo chegado ao fim sem que um tiro fosse disparado. Foi uma batalha verborrágica, uma guerra de festim. Mas creio ser importante destacar que a “Guerra da Lagosta” pode ter servido, para os militares, como ensaio da mobilização que levaria ao golpe no ano seguinte, ainda que não fosse essa a intenção.

A análise que faço a seguir fica como contribuição para trabalhos posteriores que almejem estudar as movimentações de civis e militares num período imediatamente anterior ao golpe. A “Guerra da Lagosta” foi palco de confronto entre o já cambaleante governo de João Goulart e os militares que a ele se contrapuseram. Neste aspecto, aquele ano de 1963 foi emblemático.

Jango assume o poder quando da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e é por demais conhecido o que se sucedeu nos meses seguintes, no que segue um brevíssimo resumo. Jânio renuncia a 25 de agosto de 1961, quando Jango estava em viagem oficial na China. A posse só acontece a 7 de setembro daquele ano, mas Jango tem seus poderes reduzidos. Os militares somente aceitaram o ex-ministro do Trabalho de Vargas com a adoção do sistema parlamentarista, que vigoraria até 6 de janeiro de 1963, quando um plebiscito restabelece os plenos poderes do presidente. É justamente um mês depois que acontecem as movimentações militares da França e do Brasil em torno da “Guerra da Lagosta”.

Jango era identificado pelos militares como simpatizante dos regimes comunistas e, em plena Guerra Fria, defendia entusiasticamente que o Brasil aprofundasse suas relações com países que não necessariamente se alinhassem com o bloco capitalista hegemônico. A “Guerra da Lagosta” foi, para Jango, uma oportunidade de se mostrar diante da opinião pública como governante em pleno

---

<sup>118</sup> Id. Ibidem.

exercício de seus poderes. Tanto que desde as primeiras notícias veiculadas sobre efetivos militares franceses deslocados para o Brasil (como a de O POVO de 23 de fevereiro de 1963), o presidente demonstra ciência e controle da situação. E até porque os jornais adotaram um discurso de coesão nacional em torno do “ataque” francês, Jango não parece ter perdido terreno para os militares na “Guerra da Lagosta”, muito embora tenha havido a sobrevalorização do discurso militarista. Até os anos de 1960, historicamente as Forças Armadas brasileiras sempre atuaram sem planejamento entre si, e durante a “Guerra da Lagosta” não foi muito diferente.

Houve um momento em que os militares extrapolaram suas funções e, à revelia do governo, recorreram ao apoio dos EUA. Argumentando um suposto “pan-americanismo”, o Comando da Marinha brasileira solicitou diretamente ao embaixador brasileiro em Washington que os EUA cumprissem o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947, e declarassem “guerra contra a França, como o Brasil honrou seus compromissos declarando guerra contra os japoneses na Segunda Guerra Mundial, sem nunca ter sido agredido por eles”<sup>119</sup>.

Em nada resultou tal insensatez. Os Estados Unidos não esboçaram nenhum movimento no sentido de intervir na “Guerra da Lagosta”, até porque envolvia dois países aliados seus. E se vigorava o TIAR, já existia a Organização Tratado do Atlântico Norte (OTAN), onde a França e os EUA eram aliados<sup>120</sup>.

A “Guerra da Lagosta” teve um momento de trégua entre Jango e os militares. Em fins de março, o presidente acenou com o diálogo para com a armada, nomeando o general Amauri Kruehl para o Ministério da Guerra e, posteriormente, para o comando do II Exército, sediado em São Paulo. Ora, Kruehl era militar ‘linha-dura’, anti-comunista, e um ano depois foi um dos líderes do golpe. Um dia depois de derrubado Jango, a 1º de Abril de 1964, Kruehl divulgou para imprensa um manifesto, onde defendia o golpe e deixava clara sua ideologia política.

Nem Jango nem os militares ‘ganharam’ sozinhos a “Guerra da Lagosta”. A batalha entre eles foi terminar somente um ano depois, quando os inimigos não

---

<sup>119</sup> BRAGA, Cláudio, *A Guerra da Lagosta*, Op. Cit.

<sup>120</sup> Id. *Ibidem*.

eram mais o estrangeiro, mas os que outrora freqüentaram os mesmos palácios.

Mas este é outro capítulo da história do Brasil cuja análise mais aprofundada seria importante em outro momento. Pois aqui cabe entender porque o pescador foi um personagem ‘invisível’ na narrativa da imprensa sobre a ‘Guerra da Lagosta’, o que será abordado no item a seguir.

#### **4-O pescador e a guerra**

É preciso procurar entender como a “Guerra da Lagosta” refletiu no cotidiano, no trabalho e, sobretudo, na narrativa dos pescadores artesanais de lagosta. A pesquisa bibliográfica e de campo leva a crer que a motivação da “Guerra” foi, sobretudo, comercial e capitalista, já que não se registrou nenhuma alteração no cotidiano de pescadores artesanais que trabalhavam à época. Também é rara a presença de pescadores em notícias de jornais pesquisados e, quando ela aparece, é envolta de mistérios, como foi o caso do pescador do Rio Grande do Norte cujo barco teria sido afundado por um submarino que surgiu não se soube de onde e muito menos a que país pertencia. A quase ausência do pescador enquanto personagem da “Guerra da Lagosta” aponta para algumas hipóteses, e abordarei duas delas.

Aquele não foi o primeiro conflito marítimo de dimensões internacionais no qual o Brasil se envolveu, e muito menos os pescadores. Cerca de duas décadas antes, com o ingresso do país na Segunda Guerra Mundial, os pescadores foram alçados à condição de guardiões da costa. Atendendo ao estilo varguista de coação e controle social, a Marinha determina, em 1942, que mestres de embarcações, capatazes e presidentes de colônias de pesca auxiliariam o recém criado Serviço de Informações Secretas no que se referisse à localização de submarinos nazistas que assolavam o litoral brasileiro, muito embora esses pescadores muito pouca ou mesmo nenhuma idéia do que viesse a ser esse tipo de embarcação inimiga. Na imprensa da época eram muitos os editoriais, artigos e as matérias jornalísticas ressaltando o valor da “heróica população praieira” na ‘nobre’ tarefa de defesa do litoral, sem que se considerasse a fragilidade de embarcações a vela diante do poderio bélico dos submarinos alemães.

Durante a “Guerra da Lagosta” os pescadores aparecem nos discursos oficiais e da imprensa como coadjuvantes compulsórios e não como narradores de uma história que era muito mais um conflito econômico entre nações diferentes do que uma guerra de fato. Ora, quando da “Guerra da Lagosta”, o Brasil ingressara havia oito anos na sua era industrial pesqueira, via pesca de lagosta. Nesse curto período essa indústria atingiu patamares de lucratividade consideráveis, saltando de uma produção anual de 40 toneladas para 1.778 toneladas de caudas congeladas de lagosta para exportação (Labomar). O número de empresas que exploravam a pesca, no Ceará, era superior a 12, bem maior do que oito anos antes, quando o estabelecimento de empresas do gênero era incipiente. Neste cenário, o discurso nacionalista servia mais para resguardar os interesses de um grupo econômico específico do que os de toda a população e dos pescadores em geral. Nesse sentido chega a ser emblemática a inclusão da imagem de um jangadeiro na cédula de cinco cruzeiros (a “cédula do índio”, conforme a revista Nossa História, março/2005), emitida a partir de 1961, com a intenção de homenagear a diversidade nacional brasileira em comunhão com a natureza. Não tivesse atingido a pesca os patamares que alcançou, o ‘homenageado’ seria o jangadeiro?

A “Guerra da lagosta” foi o primeiro episódio na história da pesca a evidenciar a pirataria no setor. Nas décadas seguintes a dos anos de 1960 freqüentemente se registrou a presença de estrangeiros pescando ilegalmente no litoral brasileiro, sobretudo na captura de peixes<sup>121</sup>. No setor lagosteiro, a pesca ilegal deixou de ser praticada por estrangeiros, mas não por brasileiros, que sofisticaram a prática e lhe deram inclusive contornos criminosos, como veremos no item a seguir.

## **5-Piratas modernos**

*“Com os ratos é preciso ter familiaridade, se desejamos correr os mares”*

**Umberto Eco, “A Ilha do Dia Anterior”**

Até aqui se viu como a pesca industrial alterou a dinâmica do mundo do trabalho do pescador artesanal, introduzindo inclusive, dentre tantos outros

elementos, leituras diferenciadas sobre o aspecto ilegal e clandestino da pesca. Nos anos de 1950 o americano Davis Morgan chegou a receber a alcunha de “clandestino” por pescar sem licença, imagem desconstruída em seguida, apesar dos ataques de O DEMOCRATA ao “famigerado súdito ianque”. Nos anos de 1960, com a “Guerra da Lagosta”, o ‘clandestino’ e ‘ilegal’ seria visto como ‘pirata’, na figura dos franceses. Ao longo das últimas décadas as leituras sobre a pesca ilegal de lagosta ganhou novos contornos, e transformou-se ao ponto de personificar-se, hoje, na pesca de mergulho, que trouxe novos riscos para o pescador-mergulhador e é motivo de revoltas nas comunidades, como será analisado neste item.

A pesca da lagosta mudou consideravelmente o tempo de trabalho e o tempo cultural dos pescadores. A possibilidade de se produzir mais em menor tempo trouxe vários prejuízos aos trabalhadores, levando inclusive à incidência de casos de morte com a introdução de técnicas ilegais, como a pesca de mergulho, onde um pescador pode permanecer por cinco horas a até 80m de profundidade respirando através de uma mangueira alimentada de uma mistura de oxigênio com nitrogênio. A falta de equipamentos seguros provoca várias mortes, porque

"além da profundidade, o ritmo dos mergulhos aumenta a gravidade da situação. Devem ocorrer no máximo, uma ou duas vezes ao dia, seguidos de período de descanso adequados. No litoral do Rio Grande do Norte são feitos mais de dez mergulhos diários. A frequência é determinada pela necessidade de captura da lagosta, nunca pela segurança do mergulhador. O método [*pesca com compressor*] mostrou-se mais produtivo e mais barato do que as armadilhas chamadas de covos. A consequência desse esforço excessivo em um período curto de tempo é o aumento do risco de acidentes, especialmente na descompressão, que é feita de maneira rápida, sem o respeito aos tempos de subida. Além disso, a prática leva à exaustão, à prostração, gerando dificuldades respiratória e confusão mental, podendo ocasionar o óbito" <sup>122</sup>.

O compressor surge nos anos 70 e, ainda hoje, é largamente utilizado, embora ilegal. São frequentes os relatos, na imprensa e nas entrevistas desta pesquisa, sobre o ódio que a utilização de compressor desperta no pescador

---

<sup>121</sup> Ver matéria jornalística reproduzida no Anexo IV.

<sup>122</sup> "Risco de Morte : auditor aponta perigos para pescadores de lagosta no RN", Consultor Jurídico, revista do Movimento do Ministério Público Democrático, 28/04/2003

artesanal<sup>123</sup>. Embora recorrente, o relato mais contundente com o qual me deparei nesta pesquisa foi o de Luciano Rocha Freire, morador dos Estevão:

“Rapaz, o compressor.... Quando vem, vem acabando com tudo. Se acabar o compressor a gente ainda vai vê lagosta ainda, mas se não acabar o compressor não vai ter. A gente que é pescador pega seis, sete, cinco lagosta, e o compressor não, ele cerca tudo. E você deve saber que adonde tem gente véi[velha] não tem gente só véi, tem os minino também. Arrasta tudo e deixa que quando chega em cima o peso dos grande já mata os pequeno, e lagosta é uma coisa muito fraca pra morrer e, mesmo que quêra soltar, não adianta mais. É uma coisa que atrapalha demais”.

O pescador recorre à representação de seu cotidiano para narrar a devastação que a pesca de compressor causa no recolhimento inapropriado de um cardume de lagosta ao recolhê-lo. O confinamento de seres de uma mesma espécie em ambiente de dimensões reduzidas aparece para Luciano Freire como o cenário de uma cela superlotada, asfixiante e esmagadora.

O mais notório acontecimento de revolta contra o compressor já registrado se deu na Redonda, em Icapuí, em junho de 1989, quando “um clima de guerra rondava a então pacata comunidade(...). Cansados de esperar providências das autoridades competentes, os pescadores resolveram expulsar do mar os escafandristas que faziam uma devassa na lagosta(...). Naquela noite mais de 70 homens deixaram a praia armados para render os predadores. A guerra em alto-mar teve o saldo de quatro feridos e um morto a bala. No dia 8 de dezembro de 1990 os escafandristas dão o troco e matam o pescador Simião, da Redonda”<sup>124</sup>.

O conflito na Redonda foi emblemático. A partir desse episódio os habitantes desta localidade passaram a ser referência na organização comunitária no combate à pesca predatória. Inclusive no presente, quando a única embarcação que fiscaliza o mar na Redonda e proximidades foi adquirido pelos pescadores e é mantido em convênio com órgãos públicos.

---

<sup>123</sup> Como consta em algumas manchetes de jornais de Fortaleza onde o assunto foi tratado de maneira mais contundente: “Pescadores denunciam pesca irregular”, O POVO, 09/06/2003; “Sindipesca diz que governo perdeu o controle”, O POVO, 07/09/2003; “Crise no setor aumenta inadimplência”, Diário do Nordeste, (3/7/2003); “BALBINO Pescadores denunciam ação dos clandestinos”, Diário do Nordeste(23/7/2003).

<sup>124</sup> A luta dos povos do mar, in *revista Universidade Pública*, ano III, numero 09, UFC, dezembro 2001 /janeiro 2002.

Cabe compreender a proximidade dos movimentos de insatisfação e revolta, na comunidade de Redonda, na perspectiva colocada por Charles Feitosa<sup>125</sup>: uma revolta problemática tanto por ter caráter negativo (“rejeição da autoridade, oposição a um poder etc”), como reativo, “que pode levar à destruição dos outros e até de si mesmo”.

As atuais revoltas da população litorânea dependente diretamente da pesca de lagosta estão impregnadas de um niilismo contemporâneo que é a tradução do desencanto com as “soluções” mediadas pela via institucional. Esta já não responde à demanda efetiva dessa população que, privada de sua fonte de renda e sustento, vê no “outro” (no pescador ilegal, no Estado etc) o agente de seu infortúnio e, como tal, passível de ser destruído. As revoltas são sinais de reação ao desgaste de uma ordem pré-estabelecida, mas impotente.

Para além do niilismo, contudo, há espaço para se pensar o que se passa entre a população pesqueira e também o que pode ser visto como “resistência”, que seria, na definição de Feitosa, “uma forma especial de enfrentar o poder, de dizer não e sim, de agir conforme a liberdade, de lidar com a morte e com os muros da política”<sup>126</sup>. Se é verdade que eclodem revoltas ocasionais e localizadas, se constata, sobremaneira, a presença de movimentos organizados que buscam resistir dentro da perspectiva de “liberdade finita”, uma liberdade “que não deve ser confundida com uma simples passividade, que pressupõe uma certa serenidade”<sup>127</sup>. “Serenidade”, característica comum de pescador que detém o que Feitosa chama de “sabedoria do surfista”, aquele que é capaz de se safar da onda niilista contemporânea por saber improvisar, por saber utilizar da força que a onda lhe impõe em benefício próprio.

Um dos aspectos primordiais na análise do presente quesito é tentar perceber a fronteira possível entre a resistência passiva, niilista, a resistência do desesperado, e a resistência ativa do ator ou agente social. De fato, creio que um aprofundamento da experiência empírica, ancorada no conhecimento e prática teórica, poder-se-á melhor compreender de que modo os pescadores de

---

<sup>125</sup> FEITOSA, Charles, *Revolução, revolta e resistência*, V Simpósio Internacional de Filosofia Nietzsche e Deleuze- Arte e Resistência , promovido pelo LEPS(Laboratório de Estudos e Pesquisas da Subjetividade) da UFC, Fortaleza, mimeo, 2004.

<sup>126</sup> Id. Ibidem.

<sup>127</sup> Id. Ibidem.

Redonda, em caso de crise ou deslealdade (roubo de lagosta), inventam saídas não niilistas, porém carregadas de exigências éticas e políticas. Cabe averiguar os usos e abusos da resistência ou da revolta local, em detrimento ou não da violência sem direção do desesperado.

Voltando ao uso de compressor: é nessa atividade que se vê mais claramente como o capital maltrata e subjuga, além do pescador, o trabalhador-mergulhador na indústria da pesca. O equipamento, geralmente, é tosco, cheio de ‘gambiarras’, no dizer popular. Trata-se de um pequeno motor ligado por uma mangueira a um botijão de gás (que faz o papel de câmara de compressão) que expelle o ar para o mergulhador através de outra mangueira, de saída, sendo o fluxo controlado por válvulas improvisadas. Além de se submeter aos riscos naturais do mergulho (encontro com tubarões, rompimento da mangueira, pressão submarina etc), o pescador tem um suprimento de ar de pouca ou nenhuma qualidade.

A “guerra” dos pescadores contra o compressor é a revolta de trabalhadores contra um equipamento que altera prejudicialmente sua atividade. Essa “guerra” ainda é atual. Ela se justifica ainda mais porque a escassez da lagosta gera acontecimentos totalmente imprevistos e conflitos que merecem nossa atenção, no presente e num futuro não muito distante. A atuação oficial beira a omissão, e, ao contrário da mobilização militar na época da “Guerra da Lagosta”, inexplicavelmente não se sabe porque a Marinha brasileira não mobiliza seu efetivo e atua com vigor em defesa dos pescadores artesanais.

E se de início a pesca ilegal se restringia ao mergulho, ela tem, atualmente, aspectos mais sofisticados. Recentemente começaram a surgir indícios de contrabando de lagosta miúda e de verdadeiras máfias atuando no setor, promovendo assassinatos de envolvidos e acusações recíprocas entre empresários. Por sua vez, esses empresários são os mesmos que tentam desviar o foco para a pesca artesanal, alegando que esta seria a causadora de todos os problemas, inclusive os criminosos, o que não é comprovado por investigações do Ministério Público e da polícia. Na verdade, são complicações provocadas diretamente pela pesca industrial, com as quais a pesca artesanal convive num universo cada vez mais complexo e imbricado.

A exposição dos primórdios dessa modalidade de pesca, da consolidação

do capitalismo industrial ligado à pesca industrial e das conseqüências de tudo isso na vida do pescador artesanal servem, neste trabalho, para introduzir uma abordagem a um ponto crucial da pesquisa: uma escrita sócio-histórica da categoria dos pescadores artesanais de lagosta, que se verá no Capítulo III.

## CAPÍTULO III

### POR UMA SÓCIO-HISTORIOGRAFIA MARÍTIMA

#### 1-História de pescador

Diante do exposto até aqui, é possível perceber o que Diégues chamou de “processo de transformação da economia pesqueira tradicional pela ação das indústrias pesqueiras”<sup>128</sup>, possibilitando leituras abrangentes dentro do que esse autor veio a chamar de “sócio-antropologia marítima”. Nessa categoria, pode-se e deve-se considerar outros aspectos relacionados diretamente com a História, e também com a construção de um novo discurso de territorialidade marítima até então inexistente no cotidiano dos pescadores, além de novas relações na exploração do trabalho pelo capital mercantilista.

Como se viu, a pesca da lagosta voltada ao mercado capitalista é implantada a partir de 1955<sup>129</sup>. Ao longo das últimas cinco décadas, os pescadores artesanais de lagosta lidam com o enfrentamento de adversidades que vão além da natureza. São inseridos “de cima para baixo” num sistema que exige readaptações constantes de suas práticas tradicionais<sup>130</sup> para que possam continuar existindo enquanto trabalhadores autônomos, ou seja, não sujeitos

---

<sup>128</sup> DIEGUES, Antonio Carlos S, Tradição e Mudança nas Comunidades de Pescadores do Brasil: Por uma Sócio Antropologia do Mar, in *Pesca Artesanal: Tradição e Modernidade*, III Encontro de Ciências Sociais do Mar, DIEGUES, Antonio Carlos S.(org.),USP, São Paulo, 1989.

<sup>129</sup>Como comprovamos, foi o americano Davis Morgan o responsável pela introdução de técnicas que levaram ao que Rivas e Melo classificam como “pesca empresarial ou industrial(...) com fins de exportação” (ver AZEVEDO, Roberto de, RIVAS, Alexandre A. F. e MELO, Rosemeiry, *Análise Econômica de Produção da Pesca Marítima na Região Nordeste do Brasil: Período 1980 a 1988*, Labomar, Fortaleza, 1989/90).

<sup>130</sup> Aqui vale abrir um parêntese para Habermas: “ A superioridade do modo de produção capitalista sobre os modos de produção do passado tem um duplo fundamento: a instalação de um mecanismo econômico que assegure a longo prazo a propagação dos subsistemas do agir racional com-respeito-a-fins e a criação de uma legitimação econômica , em nome da qual o sistema de dominação pode ser adaptado a novas exigências de racionalização desses subsistemas em progresso. É esse processo de adaptação que Max Weber concebe como ‘racionalização’. Nesse processo podemos distinguir duas tendências , uma racionalização ‘ de baixo para cima’ e uma outra ‘ de cima para baixo’ “. IN HABERMAS, Jürgen. Ciência e Técnica como “Ideologia”. In: *Os Pensadores*. Vol. XLVIII. São Paulo: Abril, 1975, pp 316.

totalmente à lógica do mercado e da indústria. Pois a introdução de novas tecnologias não eliminou o trabalho do pescador artesanal, aquele que ainda hoje singra os mares dependendo do vento e não do motor de combustão, da rede tecida por ele mesmo, na embarcação de madeira que ele talhou com suas próprias mãos ou as de um companheiro, não numa forja donde saem os barcos industriais.

Este pescador é o que aqui mais interessa, um sujeito histórico que sobrevive à ‘modernidade’ convivendo com ela, que ainda conserva uma autonomia relativa frente ao mercado capitalista, autonomia herdada dos seus ancestrais e ainda repassada geração a geração. O que nos possibilita classificar os pescadores como “sujeitos autônomos” da História de acordo com o que afirma Sader:

“Sujeito autônomo não é aquele (pura criação voluntarista) que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade. Se a noção de sujeito está associada à possibilidade de autonomia, é pela dimensão do imaginário como capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado”.<sup>131</sup>

Mas essa autonomia não está somente no fazer-se e refazer-se da classe. Ela se reflete em vários outros aspectos, como um relativo controle do tempo de trabalho, porque se trata de trabalho diretamente associado à natureza, que nos remete a Thompson quando ele afirma a importância de observar

“o condicionamento essencial em diferentes notações de tempo gerados por diferentes situações de trabalho, e sua relação com os ritmos ‘naturais’. É óbvio que os caçadores devem aproveitar certas horas da noite para colocar as suas armadilhas. Os pescadores e os navegantes devem integrar as suas vidas com as marés(...); e isso parece natural e compreensível para os pescadores ou navegadores: a compulsão é própria da natureza.”<sup>132</sup>

Aspectos dessa autonomia podem ser encontrados também no domínio da técnica. Nietzsche disse que “uma profissão é a espinha dorsal da vida”, algo que se torna mais forte para os pescadores artesanais, pois, como diz Hogaart, eles

---

<sup>131</sup> SADER, Eder, *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-1980*, São Paulo, Paz e Terra, 1992.

“mantêm uma reminiscência do antigo orgulho do artesão. Não faz talvez tenção de mudar de emprego, mas sabe que pode a todo momento agarrar nos seus instrumentos de trabalho e ir-se embora. Os pais que tentam olhar pelo futuro dos filhos fazem o possível por os colocar como aprendizes numa oficina”.<sup>133</sup>

Esta autonomia foi conquistada não só pela manutenção e reapropriação de saberes, mas também ao longo de décadas de luta por conquista de direitos, onde rebeliões são registradas com frequência, seja na luta contra a especulação imobiliária, seja contra a pesca predatória. Em suma, pela necessidade mesmo de sobrevivência.

Para compreender melhor o que quero dizer sem enveredar pela idealização ou por um discurso messiânico e “politicamente correto” que sublima a ‘união de um povo’, recorro a Sérgio Buarque de Holanda. Segundo ele, é preciso atentar para um viés antropológico ao analisar ações comuns que levam a determinadas uniões. “Tanto a competição como a cooperação são comportamentos orientados(...) para um objetivo material comum: é sua relação com esse objetivo o que mantém os indivíduos respectivamente separados ou unidos ente si”<sup>134</sup>. Ou seja, as revoltas coletivas das comunidades de pescadores são determinadas por acontecimentos circunstanciais, e não por movimentos coordenados ou pré-concebidos por uma ideologia comum, pois há na pesca tanto o caráter de cooperação quanto o de competição apontados por Sérgio Buarque. Para o pescador artesanal, a luta pela manutenção das condições de trabalho que são as mesmas para um outro pescador, significa, antes de tudo, manter o **seu** quinhão de negociação na relação capital-trabalho, da qual ele não está livre. ‘

De fato, há um emaranhado de relações hierárquicas entre os pescadores. As diferenças começam no próprio barco, onde geralmente um mestre comanda a pescaria e terá direito a uma parte diferenciada da produção. O pescador que detém o material (linha, anzol, armadilhas, isca) terá um percentual maior da produção. O dono da embarcação, que nem sempre é o mestre, e quem banca a

---

<sup>132</sup> THOMPSON, EP, Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial, in *Costumes em Comum*. pg 271.

<sup>133</sup> HOGGART, Richard, ‘Nós’ e ‘Eles’, in OLIVEIRA, Paulo de Sales(org.), *O Lúdico na Cultura Solidária*, São Paulo, HUCITEC,2001, pp. 178.

<sup>134</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, Companhia das Letras, São Paulo(SP), 2001, pg.60.

alimentação tem também sua parcela específica de ganho.

Mais do que mero local de trabalho, o barco e o mar são lugares de desenvolvimento de uma ética onde todos têm funções pré-estabelecidas e que devem ser respeitadas. Um exemplo prático disso é a partilha dos peixes que pode ser observada na chegada de toda jangada numa praia. Para um observador desavisado é complicado entender os critérios de um pescador na separação dos peixes que são retirados de um mesmo samburá. É que cada um dos peixes tem uma marca característica feita por quem o pegou, seja um corte ou furo em determinada parte do corpo, seja uma barbatana ou ferrão quebrados. Isso permite que um pescador manuseie a produção do outro sem que haja fraude ou enganação. Esta é uma ilustração aparentemente banal, mas prática, sobre a ética entre os pescadores.

A situação fica mais complicada a partir da chegada do barco à praia. Aí entram relações de trabalho que não dependem mais somente da mesma categoria (a dos pescadores artesanais). Entram em cena outros agentes capitalistas. O primeiro é o 'marchand' (*negociante*, em francês), que compra o peixe ali mesmo na praia e o leva para um cliente seu já estabelecido (um restaurante, um revendedor). Muitas vezes o pescador está subordinado ao 'marchand', comprometendo-se em fornecer sua produção exclusivamente a determinado intermediador por ter recebido pagamento antecipado deste, em material de pesca, dinheiro ou isca. Cria-se assim uma relação de subordinação do pescador ao 'marchand', porque o trabalhador não pode vender sua produção a um terceiro, ainda que receba oferta melhor.

Posteriormente, no caso da venda de lagosta ou de grande quantidade de peixe, a relação do pescador com o mercado capitalista é complexa. Esses produtos têm de ser conservados em gelo até que atinjam um estoque razoável que justifique o transporte para grandes centros consumidores ou exportadores. Essa conservação é feita num frigorífico, que pode pertencer a um ex-pescador (geralmente um patriarca de família de pescadores que não tem mais condições físicas de ir ao mar), ou a associações comunitárias ou a representantes comerciais dos exportadores. As empresas que exportam a lagosta ou distribuem para o mercado interno estão no extremo oposto ao ocupado pelo pescador num esquema de produção organizado dentro da lógica capitalista. O pescador de

lagosta é um dos que abastecem a essas empresas, mas não tem nenhuma gerência sobre a exportação e muito menos participação nos lucros da venda final do produto.

Tudo isso leva o pescador artesanal a lidar com uma estrutura capitalista com a qual não defronta, por exemplo, o pescador industrial. Este geralmente tem carteira assinada pela empresa onde pesca embarcado por dias, semanas, contando com equipamentos modernos como radares e guinchos e não lida com agentes que escoarão a produção do seu trabalho para os exportadores. Por isso é importante para o pescador artesanal, manter seu 'capital cultural'. O conhecimento que ele detém sobre técnicas de pesca e sobre a natureza será o que lhe permitirá continuar trabalhando e existindo. Disso resultam as revoltas que assistimos em comunidades dependentes da pesca artesanal quando da apreensão de barcos clandestinos. Mais do que estarem lutando para que determinada lei ou regulamentação seja cumprida, essas pessoas estão lutando pelo seu direito ao trabalho, pela sua própria sobrevivência.

## **2- Mar de ninguém , mar de todos**

A pesca industrial impôs a necessidade de se rediscutir a territorialidade marítima. Se até o advento da pesca industrial os trabalhadores na pesca encaravam o mar como “um bem ‘comum’, de livre acesso” (Diegues), tal visão tenderia a mudar. Dentro do contexto da pesca industrial, o deslocamento para o mar, local de trabalho, não dependeria mais apenas dos recursos próprios dos pescadores e de elementos da natureza (o vento, o clima, a época do ano etc). A partir de então o pescador recorreria a novas tecnologias, novas armadilhas, novas iscas. O mar, que antes era “de todos e de ninguém, o que expressa uma noção de territorialidade bastante singular, assentada na infinitude, na imensidão do espaço e na ausência de propriedade”<sup>135</sup>, torna-se então território de competição, de disputa, de conquista de espaço privado, de constante demarcação de lugares onde fosse maior a incidência de cardumes .

---

<sup>135</sup> OLIVEIRA, Lúcia Helena, Espaço e Territorialidade no Universo da Pesca artesanal”, in DIEGUES, Antonio Carlos S. Op. Cit.

Constatação por demais problemática, pois, no mar, considerados os parâmetros tradicionais da pesca artesanal, “a territorialidade produtiva, as pedras, o espaço de cada bote são ideais sociais e elementos fundamentais aos pactos e às noções de honra e de maritimidade que se somam aos elementos outros que constituem a pesca”<sup>136</sup>. Com o advento da pesca industrial, aumentou o fluxo de embarcações e, conseqüentemente, de trabalhadores no mar. Se o mar já não era um deserto para quem dele sobrevivia, ficou ainda mais povoado.

A partir dos anos de 1950 passou a existir todo um esquema organizado de exploração de mão-de-obra e dos recursos naturais. A tecnologia aparece como um novo determinante de territorialidade, pois amplia a perspectiva de permanência no mar, possibilita atingir maiores profundidades, o que obriga ao pescador artesanal a aumentar seu esforço de trabalho com a ‘concorrência’ que não se limitava mais a de trabalhadores como ele, que antes contavam apenas com os próprios braços e com os fatores naturais.

Se antes os únicos marcos fixos no mar eram as estrelas ou acidentes geográficos naturais (pedras, bancos de areia, recifes e corais), a tecnologia impõe novas sinalizações que seriam seguidas e apropriadas por todos, como, por exemplo, as armadilhas fixas (manzuás) que podem ficar por dias seguidos num mesmo local. Com a pesca industrial, o mar, se ainda continuava ‘sem dono’, passou a ter novas leis e regras definidas e impostas pelo capitalismo.

Apesar dessa consideração, é verdade também que os pescadores artesanais não prescindiram de seu saber-fazer com a introdução de métodos industriais. Afinal, o que Maldonado chama de “questão da imprevisibilidade da produção” faz com que um saber tradicional tenha relevância e importância em se tratando de pesca, pois “a resposta humana a aparentes obstáculos à produção se expressa em termos de tradições marítimas constituídas no ser e no fazer das sociedades pesqueiras”.<sup>137</sup>

Houve também uma “complementaridade entre as duas formas de produção [*a artesanal e a industrial*] com a subordinação da produção artesanal a

---

<sup>136</sup> MALDONADO, Simone C., A Caminho das Pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples, in DIEGUES, Antonio Carlos S., Op. Cit.

<sup>137</sup> Idem.

capitalista”<sup>138</sup>. Porém Diégues ressalva que

“essa articulação parece ser transitória pois leva a um aumento do esforço de pesca normalmente sobre uma espécie de alto valor de mercado e à desorganização da cadeia alimentar, o empobrecimento ecológico e uma pobreza ainda maior dos pescadores artesanais, quando a pesca não se torna mais rentável segundo os padrões capitalistas.”<sup>139</sup>

Exatamente o que ocorre com a categoria objeto deste estudo: a dos pescadores artesanais de lagosta. Eles, que se confrontam incessantemente com o processo de “modernização e pilhagem da natureza” iniciado nos anos de 1960 e que “acentuou-se nas décadas subseqüentes numa violência nunca dantes constadas neste país”<sup>140</sup>.

### **3-O novo corpo do pescador**

A partir dos anos de 1950 e 1960, os pescadores artesanais travaram suas guerras particulares para se adaptarem à nova modalidade e para reorganizarem seus hábitos, seus saberes e suas relações com a natureza, a começar do próprio corpo.

Como bem observou Roy Porter, “o corpo é uma presença suprimida, muito freqüentemente ignorada ou esquecida” pela historiografia e outras áreas do saber, o corpo “encarado como um foco para a resistência e a crítica populares dos significados oficiais”. Os homens não são apenas seus corpos, mas o corpo não pode ser negligenciado na análise histórica, pois “os aspectos físicos podem oferecer um índice mais confiável do que os salários para o estabelecimento das alterações no padrão real de vida”<sup>141</sup>.

Tais conceitos podem ser aplicados aos pescadores. Se compararmos imagens atuais com as fotografias de Chico Albuquerque realizadas até os anos de 1950, retratando os pescadores em atividade no Mucuripe, em Fortaleza-

---

<sup>138</sup> DIEGUES, Antonio Carlos S, Tradição e Mudança nas Comunidades de Pescadores do Brasil: Por uma Sócio Antropologia do Mar , Op. Cit.

<sup>139</sup> Id. Ibidem

<sup>140</sup> Id. Ibidem.

<sup>141</sup> PORTER, Roy, História do Corpo”, in BURKE, Peter(Org.), *A Escrita da História*, Unesp, São Paulo ,1992.

CE, o sinal de mudança mais evidente está no vestuário. Outrora os pescadores usavam camisas de mangas longas e calças de algodão cru com o chapéu de couro ou de palha de abas largas. São poucos os que aparecem nas fotos de Albuquerque sem essa indumentária, ao contrário do que se vê nas praias ou nas fotos de hoje. A perda de costumes assim traz conseqüências negativas para a saúde do trabalhador.<sup>142</sup>

Ao se proteger cada vez menos do sol, o pescador está mais sujeito às doenças da pele. O sol também causa outro problema de saúde freqüente entre pescadores: deficiência visual, principalmente catarata. Com a vista falha, o pescador tem dificuldade para localizar cardumes ou pedras onde jogar seu anzol ou suas armadilhas. Também lhe dificulta a localização de referências que lhe servem de baliza com a qual determina o rumo a ser seguido. Geralmente os pescadores alinham sua embarcação com dois marcos fixos em terras (postes, casas, árvores, dunas, arbustos...), tanto na ida quanto na volta, para orientar o rumo que seguirão no mar para localizar seus manzuás e cangalhas, para desviar de pedras e para voltar ao local onde habitam fundear seus botes ou recolher suas jangadas na praia.

Nem todos os pescadores optaram pela lagosta como atividade prioritária, como é o caso de Ezequiel Honorato dos Santos: “Pesquei lagosta muita não. Na época mesmo assim, que começaram assim, pesquei pouco, pescava mais era peixe. Não dava para mim não, saí fora, as armadilha pra mim não tinha produção”<sup>143</sup>.

Abandonar a pesca da lagosta como atividade prioritária não significa que Ezequiel deixou de pescar e de estar sujeito aos mesmos males que acometem seus colegas. Até o ano de 2001, ele ia ao mar freqüentemente para pescar peixe. Diminuiu essa intensidade a partir de 2002, alegando “vista cansada”. Não raro, o corpo do pescador artesanal é marcado, esculpido pelo esforço físico característico de seu trabalho, pela pele que pouco a pouco vai se ressecando curtida ao sol, com as rugas precoces provocadas pelo forçar da vista. Ezequiel é mais um exemplo vivo do que é capaz a “máquina de moer gente” (Darcy Ribeiro) que foi e é o Brasil para o trabalhador braçal e artesanal.

---

<sup>142</sup> SANTANA, Thiago(org), *Mar de Luz-Litoral do Ceará*, Tempo d’Imagem, Fortaleza, 2000

<sup>143</sup> Ezequiel Honorato, pescador dos Estevão.

Também a saúde da população dependente da pesca está estreitamente relacionada com o volume da produção, como mostra, por exemplo, a taxa mortalidade infantil de algumas localidades. Em 1991, em Redonda, à época sem recursos médico-hospitalares sofisticados, 10 crianças com menos de um ano morreram no período de suspensão da pesca. Reflexo de um quadro geral em Icapuí, onde, em 1991, 17 dos 28 óbitos de crianças com menos de um ano ocorreram no defeso<sup>144</sup>.

Nesse contexto, é esclarecedora a conclusão de um trabalho do Sistema Nacional de Emprego (SINE) do Ceará, de 1989. Sobre a saúde dos pescadores, o relatório da equipe do SINE sustenta que

“sabe-se que essa categoria continua sofrendo sérios riscos de doenças e acidentes no desenvolvimento de suas funções. Isso foi denunciado pela Federação e pelo Sindicato da categoria.(...) O representante da categoria denunciou a existência das seguintes enfermidades: cegueira, insolação, desidratação, queimaduras, traumatismo, doenças na coluna, doença mental, quedas, varizes, hérnia, calosidades, doenças de pele, distúrbios de audição, intoxicação, lombalgia, entre outras; afora o risco de afogamento, sempre fatal”<sup>145</sup>.

Apontar para aspectos relacionados à saúde dos pescadores é importante também para esta narrativa historiográfica. Pois, para os pescadores, o tempo de capacidade de produção é determinado antes de tudo pelo o que pode o corpo, corpo que fala, que tem memória.

O corpo do pescador possibilita também análises subjetivas. Há quase sempre um comportamento tranqüilo por parte dos pescadores artesanais. Característica de quem realiza um rito de trabalho contemplativo, necessariamente observando a natureza? Seria resultado de um ‘corpo sem órgãos (Lins)’, que ao se diluir e se ampliar no interagir com os tantos ‘órgãos’ de uma jangada ou bote a vela perde “uma ontologia centrada no identitário, no uno, no absoluto”<sup>146</sup>? Não seria o pescador agenciado por um “devir-água”, “devir-

---

<sup>144</sup> “Pesca proibida, mortalidade em alta”, *Jornal do Brasil*, 19-01-1992, in ANDRADE, Odorico Monteiro e GOYA, Neusa, *Sistemas Locais de Saúde em Municípios de pequeno porte: a resposta de Icapuí*, Cidadania, Fortaleza, 1992.

<sup>145</sup> In *As Condições de Trabalho e as Repercussões na Vida e na Saúde dos Pescadores do Estado do Ceará*, FELISMINO, Pedro Henrique de M., MOREIRA, Fernanda Mara Penaforte e SANTOS, João Bosco Feitosa (elaboradores), SINE-CE, Fortaleza, 1989.

<sup>146</sup> LINS, Daniel Soares, *ANTONIN ARTAUD, o Artesão do Corpo sem órgãos*, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2000.

jangada”, “devir natureza”<sup>147</sup>? Por mais que prevaleça um entendimento de que estas questões subjetivas interessem mais à Sociologia e à Antropologia do que à História, é sempre bom lembrar que ‘viajar é preciso’.

Aqui não é o caso de maiores aprofundamentos a respeito, mas insisto que são necessárias abordagens futuras sobre a ampliação do desejo de consumo que a pesca da lagosta possibilitou para populações praianas, onde itens como televisão, antenas parabólicas e veículos automotores (sobretudo motocicletas) passaram a povoar o imaginário coletivo. Só assim se pode compreender porque no ano de 2003, de ‘boa pesca’, uma revendedora de motos de Russas-CE, vendeu 60 motocicletas em apenas uma semana na Redonda, em Icapuí-CE.

Às vezes, extrapolar a percepção sensorial pode sim ajudar a compreender o que nem sempre é visível às análises ‘objetivas’. É interessante, por exemplo, considerar uma alteração corporal generalizada a partir do estabelecimento da pesca industrial de lagosta, mudança esta que, para a população, viria pela gastronomia. A produção intensa de lagosta trouxe novos hábitos alimentares da população cearense. Praticamente todos os entrevistados neste trabalho contaram que, até a introdução da pesca empresarial, o pescador usava a lagosta como isca para pegar outros peixes no anzol. Só depois a lagosta teria passado a constar no cardápio regional.

Genésio dos Santos Caraça, o ‘Tibiro’, 64 anos, morador de Canoa Quebrada, confirma a informação, relatando algo parecido: “Antes de 56, 55, ninguém nem comia [*lagosta*], dizia que fazia mal. A pesca era de peixe, que a gente vendia pros marchand”<sup>148</sup>. Fato confirmado no relato de Vicente Viana, outro pescador que presenciou o início da pesca. Segundo ele, “vinha tanta lagosta no anzol que a gente rebojava [*jogava fora*] e achava rin [*ruim*] porque não era peixe”<sup>149</sup>.

Neste ponto a adaptação foi tanta que, além da lagosta ter sido incluída na gastronomia local, as famílias de pescadores passaram a apreciar a parte do crustáceo que tem menos carne e de onde ela é mais difícil de ser extraída: a

---

<sup>147</sup> “Devir: termo relativo à economia do desejo. Os fluxos de desejo procedem por afetos e devires, independentemente do fato de que possam ser ou não calcados sobre pessoas, sobre imagens, sobre identificações”, in GUATTARI, Felix, E ROLNIK, Suely, *Micropolítica, Cartografias Do Desejo*, Vozes, Petrópolis, 1996.

<sup>148</sup> Genésio Caraça, o TIBIRO, de Canoa Quebrada.

cabeça. A alegação popular generalizada é de que na cabeça se concentra a gordura da lagosta, bastante saborosa quando misturada com farinha de mandioca, mas um outro aspecto tem de ser considerado. A cabeça da lagosta não tem valor comercial na indústria da pesca, e pode ser consumida nas praias sem prejuízo para o orçamento do pescador.

Há indícios de que não somente os hábitos da população praiana se modificaram. No auge da “Guerra da Lagosta” uma notícia de O POVO ironiza a adaptação alimentar do brasileiro ao crustáceo:

**“SIMPLES QUESTÃO PSICOLÓGICA  
TODO MUNDO AGORA QUER COMER LAGOSTA: ATÉ O  
PRESIDENTE JANGO”**

“Observadores acreditam que a ‘guerra da lagosta’, tão ativa no noticiário dos jornais, venha contribuir para o aumento do consumo interno do crustáceo. Presentemente, enquanto se mobilizam as forças armadas para proteger o crustáceo ‘pivot’ da ‘guerra’, a população civil, pelo menos nesta capital, revida a ação belicosa dos franceses com uma boa pedida, nos restaurantes, de uma lagosta ao molho de sua preferência. Isso é fruto de simples sugestão. Até o presidente da República, segundo as agências noticiosas, está preferindo jantar lagosta.”<sup>150</sup>

Desconsiderando o tom de galhofa da notícia acima, confirma-se o que as entrevistas demonstraram: a lagosta não era prato típico no Ceará nem no Brasil. O que ajuda a entender porque não houve envolvimento de massa quando da “Guerra da Lagosta”. A introdução da lagosta na nossa gastronomia foi um dos resultados da pesca industrial na cultura local, mas não foi o único nem o principal. Alterações ainda mais significativas viriam no campo de saberes dos pescadores artesanais. Algumas dessas mudanças serão tratadas no item a seguir.

#### **4- Com quantos paus se fazia uma jançada**

*“Um dos primeiros atos dos marinheiros portugueses que alcançaram a costa sobrecarregada de floresta do continente sul-americano foi derrubar uma árvore. Do tronco desse sacrifício ao machado de aço, confeccionaram uma cruz rústica.”*

**Warren Dean, “A Ferro e a Fogo”**

---

<sup>149</sup> Vicente Viana de Oliveira, 78 anos, de Canoa Quebrada.

<sup>150</sup> O POVO, 01-03-1963.

A pesca industrial da lagosta introduz uma dimensão específica na pesca artesanal, alterando significativamente o cotidiano dos pescadores, seus referenciais no mar, seu tempo de trabalho e as formas de comercialização do pescado. Os pescadores tiveram que fazer valer ainda mais seu conhecimento da natureza, seu conhecimento da territorialidade marítima, em suma, fazer valer de sua “capacidade cognitiva” (Maldonado, 1989) para dar prosseguimento a seu trabalho diante da ‘articulação com a empresa capitalista (Diéges)’ que se impôs a partir de 1955.

Uma das maiores mudanças nos hábitos dos pescadores com o advento da indústria da pesca da lagosta foi na sua relação com a natureza, o que nos remete a amplos diálogos, principalmente com a História Ambiental. Eram das matas e das florestas (e de certa maneira ainda o é) que os pescadores obtinham matéria-prima para a confecção de seu material de trabalho, a começar pelas embarcações. Creio que não seria equivocado dizer que os pescadores do século XX são também personagens importantes da História de Além-Mar, exemplos vivos de seu maior desafio: “O desafio da História de além-mar é apresentar uma forma moderna de história mundial” <sup>151</sup>.

Devemos a uma obra recente de História Ambiental <sup>152</sup> uma importante reflexão sobre a relação do homem com a floresta no continente americano após a chegada dos europeus. Perscrutando o que chama de “período fundador da crítica ambiental brasileira”, José Augusto Pádua demonstra como, a partir do século XIX, o discurso preservacionista do meio ambiente por muito tempo oscilou entre o seguinte dualismo: de um lado, o conformismo diante da destruição “inevitável” da paisagem para que houvesse “progresso”, e de outro, a devastação encarada não como avanço social e econômico do país, mas como sinal de atraso <sup>153</sup>.

Essa dicotomia, dentro do que Pádua chamou de “preocupação intelectual com a degradação do ambiente”, imperou até recentemente no Brasil. Reflexões como as de José Augusto Pádua nos levam a crer que é impossível (ou, no mínimo, negligente) abordar estudos históricos que envolvam qualquer tipo de

---

<sup>151</sup> WESSELING, Henk, “História de Além-Mar” , BURKE, Peter (Org.), *A Escrita da História*, Unesp, São Paulo ,1992.pg 105.

<sup>152</sup> PADUA, José Augusto, *Um Sopro de Destruição*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2002.

<sup>153</sup> Id. Ibidem.

atividade industrial (aqui, no caso, a pesca) sem estabelecer parâmetros com a História Ambiental.

A História Ambiental nos ensinou que, na relação da população brasileira com a flora e na produção historiográfica nacional, por muito tempo prevaleceu o discurso que omitiu ou legitimou a ação devastadora do homem. Seja nas evidências apresentadas por José Augusto Pádua, seja na prática ainda hoje popular de limpar a terra com fogo (a coivara) ou seja na tendência que vem da ocupação portuguesa de construir com a natureza uma relação de medo e enfrentamento<sup>154</sup>.

No que diz respeito aos pescadores, as mudanças se refletem em vários aspectos, sobretudo nas alterações no seu local de trabalho (o mar) ou no relativo controle do tempo de trabalho. Pois se trata de trabalho diretamente associado à natureza, o que nos remete a Thompson quando ele afirma a importância de se observar

“o condicionamento essencial em diferentes notações de tempo geradas por diferentes situações de trabalho, e sua relação com os ritmos ‘naturais’. É óbvio que os caçadores devem aproveitar certas horas da noite para colocar as suas armadilhas. Os pescadores e os navegantes devem integrar as suas vidas com as marés(...); e isso parece natural e compreensível para os pescadores ou navegadores: a compulsão é própria da natureza.”<sup>155</sup>

Trabalhar no mar não é o mesmo que trabalhar num escritório cercado por computadores ou numa fábrica interagindo com máquinas robóticas. É estar rodeado de natureza, o que “compreende não só os animais e vegetais (...), mas

---

<sup>154</sup> Nesse sentido é interessante notar que, no folclore brasileiro, a mata é a morada de seres demoníacos e sobrenaturais, geralmente relacionados com o mal: o saci, a mula sem cabeça, o curupira(ou caipora), o lobisomem etc. A explicação para essa tendência pode ser a interpretação de Dean para as primeiras tentativas de dominação jesuíta sobre os povos indígenas, que passava necessariamente pela quebra de confiança no poder dos pajés, profundos conhecedores da natureza. “ Os jesuítas combatiam os cultos dos tupis para destruir a força de seus competidores, os curandeiros, que exaltavam as virtudes da virilidade e bravura(...). Os jesuítas desejavam também afirmar a separação entre o divino e o natural. Optaram por identificar o deus cristão com um espírito remoto e sem culto, Tupã, o trovejador, e aviltaram os espíritos da floresta, que caracterizavam, indiscriminadamente, como diabos. Assim a Mata Atlântica se tornou a morada do diabo, uma metáfora conveniente para aqueles que a receavam e pretendiam eliminá-la”. DEAN, Warren, *A Ferro e a Fogo: A História e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, Cia. Das Letras, São Paulo, 1998.

<sup>155</sup> THOMPSON, EP, Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial, in *Costumes em Comum*. pg 271.

também fenômenos e substâncias, como a chuva e a água do mar”<sup>156</sup>.

Não é casualidade o trabalho no mar ser considerado como atividade das mais insalubres, no mesmo patamar que o trabalho em minas subterrâneas<sup>157</sup>. Para sobreviver ao e no mar, o pescador artesanal tem de interagir com ele, saber reinventá-lo no mesmo ritmo que o fazem as ondas, pois o mar, “além de constituir um espaço de sobrevivência, representa também lugar de uma cultura”<sup>158</sup>. De fato, mantém-se assim uma cultura tradicional: o repassar, de geração a geração, “do domínio do saber-fazer e do conhecer que forma o cerne da ‘profissão’(…), domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal”<sup>159</sup>.

Para o pescador artesanal, estar no mar tem duplo significado de estar “com” e “sobre” a natureza. Ele não apenas navega a água do mar, ele o faz utilizando-se de uma embarcação de madeira, muitas vezes construída por ele próprio. Senão com a mesma matéria prima de cinco décadas atrás, com outro material, mas sempre tendo a madeira como base.

Relatos de pescadores confirmam a predominância das jangadas feitas a partir dos troncos de uma árvore, a piúba<sup>160</sup>, entre as embarcações utilizadas pelos pescadores até os anos de 1960. Madeira leve e de grande porte, a piúba tinha seus troncos trabalhados pelos carpinteiros de maneira que se pudesse com eles montar uma jangada. Relatos de dois pescadores ouvidos durante a pesquisa dão conta da complexidade para se adquirir a madeira e para se construir uma jangada.

---

<sup>156</sup> SILVA, Gláucia Oliveira da, “Água, vida e pensamento: um estudo de cosmovisão entre trabalhadores da pesca”, in DIEGUES Antonio Carlos S.(org.) *Pesca Artesanal: Tradição e Modernidade*, III Encontro de Ciências Sociais do Mar, USP, São Paulo, 1989.

<sup>157</sup> Ministério do Trabalho, 2002.

<sup>158</sup> MALDONADO, Simone C., “A Caminho das Pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples”, in DIEGUES, Antonio Carlos S, id.Ibidem.

<sup>159</sup> DIEGUES, Antonio Carlos S, id. Ibidem.

<sup>160</sup> A procura pelo nome científico da piúba foi uma saga. Segundo o precioso auxílio de Eugênio Arantes de Melo, responsável pela página [www.arvores.brasil.nom.br](http://www.arvores.brasil.nom.br), “nem sempre é fácil identificar uma espécie apenas por um nome popular, os quais variam muito conforme a região. O nome Piuva ou Piuba é aplicado a varias espécies de Ipês(Tabeuia ochracea, T vellosoi, T serratifolia, T impetiginosa), dependendo da região, especialmente àqueles do cerrado ou do nordeste, com casca grossa e talvez por isto mais fáceis de flutuar”. Mas um esclarecimento mais convincente veio do professor Edilberto Rocha Silveira, da UFC. Segundo ele, Renato Braga, afirma o seguinte: “Piúba= Pau de jangada - Apeiba tibourbou Aubl. (Apeiba cimbalanea Arr. Cam.), da família das Tiliáceas. Com este nome é conhecida, em Fortaleza-Ce Cordia tetandra Aubl., da família das Boragináceas”.

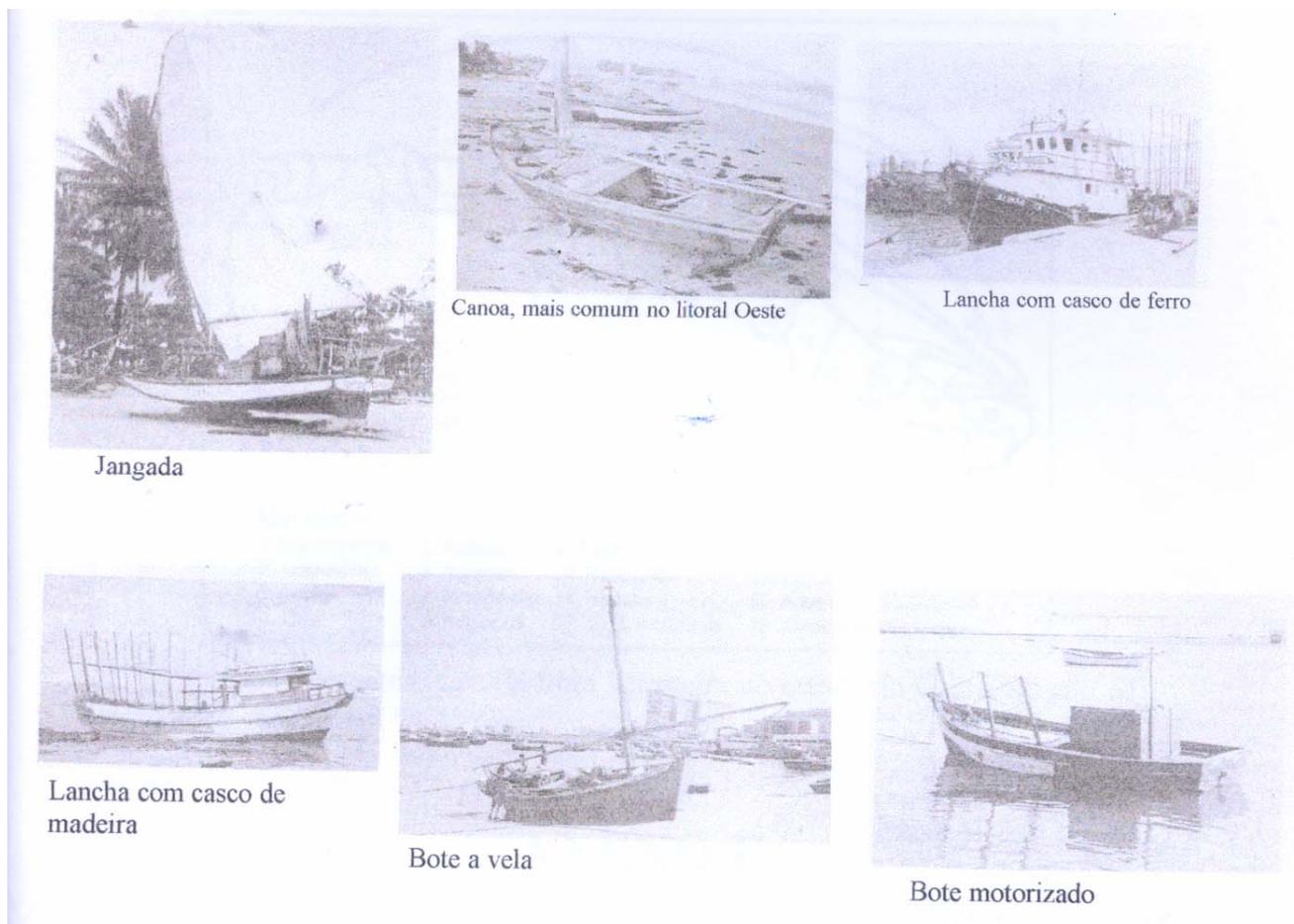
Vicente Viana afirmou que “a jangada era de piúba, e tinha a piúba do Norte, que vinha de Belém, e a do Sul, que a gente trazia de Recife”. Mais detalhado ainda é o relato de Luciano Rocha Freire, 50 anos, pescador nascido em Canoa Quebrada e atualmente morador dos Estevão:

“Meu pai pegava de Manaus, o navio trazia até Fortaleza. De Fortaleza pra cá vinha de caminhão. Nesse tempo para passar era cancela [fiscalização] , pra passar pagava um bom dinheiro. Aí vinha pra Majorlândia [praia vizinha a Canoa Quebrada, que conta com acesso terrestre a Aracati desde os anos 50]. A gente pegava uma jangadinha pequena, chegava lá amarrava seis pau, sete, oito. Amarrava, fazia uma balsa (a gente chamava uma balsa). Chegava aqui encostava. Quando a maré enchia a gente vinha rolando os pau grande, pesado. Aí a gente botava no ombro pro rapaz [carpinteiro] e ali mesmo [na praia] ele construía a jangada(...).A jangada de piúba era toda torneada, não tinha prego nem ferro não. Eu ia mais meu pai lá pros mato buscá uns mói de de pau-ferro pra trazer, que era os torno, de tornear. Aí, pra furar, era difícil” .

O relato de Luciano Rocha Freire (e tantas outras contribuições prestativas suas que constam neste trabalho) demonstra a permanência de uma técnica que não desapareceu: o saber de confeccionar sua própria jangada. Embora a embarcação dos tempos atuais não seja mais a mesma que a usada há 50, 40 anos atrás, conserva ainda uma característica impar: é feita à mão, assim como grandes barcos ou qualquer outro tipo de embarcação de madeira. O que preserva nos pescadores de hoje (como nos de outrora) as indelévels mãos calejadas cuja brutalidade aparente traz consigo o dom divino que possibilita o homem ‘caminhar’ sobre as águas.

A partir dos anos 1960-1970 novos tipos de embarcações começam a prevalecer, mostrando, entre outras coisas, a capacidade de adaptação dos trabalhadores a novas necessidades. Surgem as bateiras (pequenos botes) e botes de tábua, grandes barcos de madeira e ferro e também jangadas de tábua e isopor. Cabe reproduzir, na figura a seguir os diferentes tipos de embarcações utilizados hoje para se ter uma idéia do que aqui se aborda.

**FIGURA 7: alguns tipos de embarcações . Fonte: Labomar-UFC**



Havia problemas em utilizar a piúba: a construção da jangada, que exigia perícia e especialidade, e a pouca durabilidade da embarcação. Segundo pescadores entrevistados, a jangada de piúba resistia , no máximo, por dois anos. Com as dificuldades de se conseguir a madeira contrastando com o crescente mercado da pesca de lagosta<sup>161</sup>, surgem as jangadas de tábua e isopor, conforme narra Luciano Rocha Freire, ele mesmo um exímio construtor desse tipo de embarcação hoje:

“Uma jangada grande era uma faixa de que: uns oito paus. Durava, mas legal mesmo era um ano, viu? Agora, pesava, viu? Agora tinha uma qualidade de madeira que era também piúba, mas era madeira do Sul. Era maneirinha, era leve, não era grossa que nem era essa outra.

<sup>161</sup> Conforme tabela elaborada pelo Labomar, em 1965 foram pescadas 2,5 toneladas de lagosta, numero que chegou a 6,2 toneladas em 1969. Ver SANTOS s, Edison Pereira dos, Curvas de rendimento de lagostas no estado do Ceará(Brasil), mimeo, Labomar/UFC, Fortaleza, 1973.

O isopor, que eu me lembro, acho que faz mais ou menos 20 anos. A piúba era mais difícil, mais dificuldade. Foi aparecendo isopor e aí fômo testá vê se dava certo. Aí deu certo e aí continuamô, né?”

A relação direta com a natureza também ficou mais distante no que diz respeito à utilização de outros equipamentos de pesca, além das embarcações . O melhor exemplo pode ser encontrado nas armadilhas usadas para captura da lagosta. No início eram os prosaicos géréres, feitos a partir de redes confeccionadas pelos próprios pescadores, entremanhadas numa sucessão de aros ou com apenas um aro feito de cipós, comumente encontrados nas matas da região de Canoa Quebrada. Segundo Vicente Viana, quando a pesca de lagosta tomou maiores dimensões o gérére continuou sendo utilizado, mas os aros de cipó são substituídos por outros, de arame de aço. A figura a seguir mostra um gérére de um aro feito de madeira.

**FIGURA 8: Gérére de um aro (Fonte: UFBA)**



Utiliza-se o gérére colocando-se isca na haste no centro do saco. Quando os crustáceos entram são então suspensos e ficam presos. Como se percebe, o próprio gérére tomou outras características, readaptado que foi pela adoção de aros feitos de arame, o metal assumindo o lugar da madeira neste tipo de equipamento, que passa a ter mais resistência e durabilidade. Mas a piúba, assim como outros tipos de madeira, já não estaria escasseando após séculos (ou, no mínimo, décadas) de extrativismo?

Afirmar isso não significa dizer que, além de eventuais dificuldades de obtenção de matéria prima, os pescadores passaram a ser simples dependentes de novos materiais. Pode-se dizer que se repetiu com os pescadores artesanais o

que aconteceu no contato dos índios com os instrumentos de metal: produziram mais em menor tempo e viram suas ferramentas de trabalho durarem mais<sup>162</sup>.

Mas o que aqui interessa é, sobretudo, uma discussão sobre o sentido da tradição, nos termos que Diégues propõe:

“A introdução de determinadas tecnologias pode alterar certos aspectos de produção e da vida social de comunidades de pescadores artesanais sem que se modifiquem os elementos fundamentais da pequena produção mercantil(...). A questão da tradição deve ser analisada dentro do que constitui de um lado a pequena produção mercantil na pesca e de outro a sua transformação possível na produção capitalista caracterizada pela separação do produtor direto de seu objeto e meios de produção, realizada através do capital e pela introdução das relações de trabalho capitalista”<sup>163</sup>.

Como gente que “trabalha, come e dorme, gera filhos e saberes variados”<sup>164</sup>, os pescadores de lagosta adaptam suas tradições, suas técnicas e equipamentos a novas necessidades. Esse conhecimento técnico aparece como determinante na importância que a pesca de lagosta viria a ter para esses trabalhadores. Seu trabalho não desapareceu, mas alterou-se e exigiu uma readaptação de equipamentos a partir de conhecimento pré-existente para a nova alternativa que surgia<sup>165</sup>. Afinal, é preciso concordar com Goody, segundo quem “toda sociedade enfrenta o problema de ter que passar seus bens e valores para a próxima geração, e há certamente modos diferentes de fazê-lo”<sup>166</sup>.

Durante a pesquisa que levou a este trabalho, tornou-se necessário (e mesmo inevitável) atentar para o “saber fazer”, para as “maneiras de fazer” que “constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural”<sup>167</sup>. A relação do homem

---

<sup>162</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a relação dos índios com esses equipamentos ver CLASTRES, Pierre, *A Sociedade Contra o Estado*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1988.

<sup>163</sup> DIEGUES, Antonio Carlos S.(org.), Op. Cit.

<sup>164</sup> LINHARES, Maria Yelda, *História Agrária*, in CARDOSO, Ciro, e VAINFAS, Ronaldo (orgs.), *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1997.

<sup>165</sup> “Samper chama a atenção para o fato de que, quanto às inovações técnicas, a adoção de uma nova ferramenta, embora já conhecida em outro momento, dependerá de vários fatores, inclusive da existência ou não de ocupações alternativas para a força de trabalho e, sobretudo, ‘da avaliação que se faça das vantagens e riscos de sua adoção’”. LINHARES, Maria Yelda, id. ibidem..

<sup>166</sup> Entrevista in PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia, *As muitas faces da História*, Editora do IFCH-Unicamp, 1996, pg. 38.

<sup>167</sup> “Os utensílios são marcados por usos de modo mais lato, indicam portanto uma historicidade social na qual os sistemas de representação ou procedimentos de fabricação não aparecem mais só como quadros normativos mas como instrumentos manipuláveis por usuários”. CERTEAU, Michel de 1996, in SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo, *Paisagens do Consumo, Fortaleza no*

com novas técnicas e novos objetos deve sempre ser elemento de estudo, pois "o processo tecnológico subtrai-se, habitualmente, à apreensão dos sentidos. Pode-se concluir, portanto, pelo aumento de intermediação entre corpo e os resultados de suas intervenções"<sup>168</sup>.

Também se deve ressaltar a importância que os objetos conferem à significação social do trabalho. Eles "não só respondem a funções utilitárias mas, em última instância, classificam as pessoas e geram critérios e condições para as relações sociais"<sup>169</sup>. Bezerra de Meneses lembra que "no museu, os objetos se transformam em documentos, isto é, objetos que assumem como papel principal o de fornecer informação"<sup>170</sup>.

Creio que uma vila de pescadores como as citadas neste trabalho, onde persistem técnicas artesanais, podem ser vistas como verdadeiros 'museus vivos', e não só pelo olhar treinado do historiador. Caminhando por lugares como estes, encontramos peças de jangadas, em pequenos montes de serragem resultante da confecção de cangalhas. Os objetos cruzam o caminho das pessoas o tempo todo e são o resultado direto da ação e da presença humana nesses locais, são "vetores de significação e valor que os grupos sociais produzem e constantemente modificam"<sup>171</sup>. Nas vilas de pescadores, assim como nas vilas operárias urbanas, tropeça-se na História a cada passo. Nesses agrupamentos *humanos, demasiado humanos*, "o saber pescar é algo que se produz e se acumula culturalmente (...). Esse saber socialmente produzido, transmitido pelos mais velhos e mediatizado pela experiência particular do pescador, não se traduz no mero manejo dos equipamentos de pesca, mas nos conhecimentos das condições de sua utilização – no domínio do espaço"<sup>172</sup>.

Um dos resultados da pesquisa foi entender como as modificações nos espaços físico e social incidiram nas relações de trabalho e na autonomia do pescador artesanal. Como já foi demonstrado, com as novas técnicas vieram

---

*Tempo da Segunda Guerra*, Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, Fortaleza, 2002.

<sup>168</sup> MENEZES, Bezerra de, in SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo, *Fortaleza, Imagens da Cidade*, Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, Fortaleza, 2001, pg. 52

<sup>169</sup> MENESES, Ulpiano Bezerra de, *Museus Históricos: da celebração à consciência histórica*, in *Como Explorar um Museu Histórico*, Museu Paulista/Universidade de São Paulo, São Paulo 1994.

<sup>170</sup> Id. ibidem

<sup>171</sup> Id. ibidem

<sup>172</sup> OLIVEIRA, Lucia Helena, Op. Cit.

também novas regras, novos tipos de isca, novos "aparelhos-de-pesca". A introdução da pesca comercial insere os pescadores num novo mercado e numa nova atividade, eminentemente capitalista. Nesse sentido, são vários os relatos sobre as modificações e a diversificação nas relações econômicas e nas técnicas de pesca de lagosta, conforme Guimarães e Fontenele Filho <sup>173</sup>:

"A pesca de lagosta, como atividade extrativa, industrial e comercial (exportadora), se enquadra nos setores primário, secundário e terciário da economia. No setor primário incorre nos custos operacionais com a construção de barcos e aparelhos-de-pesca, e pagamento de mão-de-obra; no setor secundário incorre em custos com mão-de-obra, equipamentos e instalações físicas; e no setor terciário, auferir receita com a venda dos produtos, para ressarcimento das despesas realizadas nos dois outros setores".

A pesca industrial não eliminou o trabalho dos pescadores artesanais, que, segundo dados recentes, detêm metade da frota em atividade no Ceará <sup>174</sup>. Na verdade, os pescadores passaram por um exercício de (re)apropriação de saberes existentes antes mesmo da introdução de máquinas e novos equipamentos com a pesca da lagosta. Um exemplo: se a indústria trouxe o côvo, ou manzuá, feito de tela de arame de aço envolvendo uma armação de madeira, os pescadores o readaptaram na cangalha, que tem duas bocas (o côvo tem apenas uma) e cuja tela é feita de náilon. A cangalha pode ser totalmente confeccionada pelos próprios pescadores, que coletam madeira (geralmente pau-ferro <sup>175</sup>) nas matas e tecem eles mesmos a rede da armadilha.

Mais uma vez recorro ao testemunho do perspicaz Luciano Freire para ilustrar como o saber-fazer de um pescador não desapareceu com o surgimento da indústria:

"Eu faço minhas jangadas e ninguém nunca me ensinou, eu também nunca pedi para ninguém me ensinar. Eu só de olhar eu vi e aí eu mesmo faço. Minhas rede de pescaria nunca ninguém me ensinou a

---

<sup>173</sup> FONTENELES-FILHO, Antonio Aduato, e GUIMARÃES, Maria Socorro Sobra, *Diagnósticos da situação econômica da indústria lagosteira no Estado do Ceará*, Labomar, Fortaleza, 2000

<sup>174</sup> "A frota lagosteira no Ceará é composta por cerca de 2.000 embarcações, desde pequenos botes a remo a lanchas com casco de ferro. As embarcações artesanais (movidas a remo e velas) representam 49,1% dessa frota, enquanto que as motorizadas representam 50,9%, das quais apenas 2,7% têm casco de ferro. A maioria das embarcações (84,5%) mede até 12m de comprimento total e se concentra nos municípios de Aracati, Beberibe, Trairi e Acarú, destacando-se o município de Icapuí com 20% das embarcações lagosteiras do Estado", CASTRO E SILVA, Sonia Maria Martins de, e Rocha, Carlos Arthur Sobreira, *Embarcações, Aparelhos e Métodos de Pesca Utilizados nas Pescarias de Lagosta no Estado do Ceará*, Labomar-Ufc, Fortaleza, 1999.

<sup>175</sup> Nome científico: *Caesalpiniae ferrea*.

remendar, eu vi fazer e eu mesmo fiz, quem remenda sou eu .Outra coisa que aprendi: tem gente que aprende fazendo, eu aprendi desmanchando. Sabe o que foi? Amarrar o anzol, encastoá que nós chama. Eu achei uma vez um anzol e , aí, cê sabe, minino é muito curioso, aí eu fui, olhei, olhei, observei bem, deixei, vi como é que era, né? Aí fui desenrolei tudo para ver como é que era. Aí eu fiquei: então se eu for fazer esse trabalho agora eu faço. Aí fui fazer e deu certo. Não foi fazendo, foi desmanchando.”<sup>176</sup>

O desmanchar de Luciano Freire também pode ser traduzido e entendido como permanência mas também reapropriação do saber tradicional. Ele, quando criança (e como tantos outros meninos daquele e deste tempo) aprendeu brincando, trabalhando e dominando a natureza. Ato que constroem o trabalho cotidiano como a dimensão social e “constitutiva fundamental da vida, ao mesmo tempo em que permitem e realimentam uma reflexão contínua acerca da teoria como princípio organizativo do conhecimento”<sup>177</sup>. Ainda mais se consideramos como parte importante desse aprendizado o brincar, que, para os pescadores, se reflete no lazer. É interessante, por exemplo, uma comparação do tempo de trabalho e de lazer da cidade com o tempo do pescador.

Compulsoriamente, o pescador de lagosta deve paralisar suas atividades durante o defeso (o paradeiro), entre janeiro e abril. Por ser produção sazonal, a pesca de lagosta se assemelha a produção na agricultura. O paradeiro é também o tempo de confeccionar novos equipamentos (principalmente manzuás e cangalhas), reformar e pintar as embarcações. Estabelece-se uma temporalidade diferente, a de ficar em terra. Conseqüentemente, tempo de ficar mais próximo do lar, da família, dos amigos, do futebol à beira-mar. Ainda que não signifique total ausência de atividades relacionadas à pesca de lagosta, o paradeiro é um interlúdio, uma pausa.

É possível também considerar uma “classificação filosófica do brinquedo”(Benjamin<sup>178</sup>). É comum em algumas comunidades a realização de ‘regatinhas’, onde as embarcações que competem são réplicas em miniaturas das embarcações de verdade. O que parece mera brincadeira traz uma

---

<sup>176</sup> Luciano Rocha Freire, pescador e construtor de jangadas nascido em Canoa Quebrada e morador dos Estevão.

<sup>177</sup> O trecho entre aspas foi extraído do texto *Trabalhos e Migrações*, do folder de divulgação da seleção 2004 do Mestrado em História do Departamento de História da UFC.

<sup>178</sup> BENJAMIN, Walter, História Cultural do Brinquedo, in *Magia e Técnica, Arte e Política*, Obras Escolhidas, volume 1, Editora Brasiliense, 1996. Benjamin historiciza o brinquedo, que, a partir do

representação de realidade. As miniaturas geralmente são confeccionadas por pescadores adultos que as fazem de presente para seus filhos, não sem importantes simbolismos e significações sociais. As crianças desde cedo se familiarizam com o que pode vir a ser seu instrumento de trabalho no futuro, algo como o incentivo que se faz às meninas para brincar de casinha ou de boneca. São brincadeiras sérias, domesticam as crianças para papéis sociais que, se supõe, exercerão no futuro: a menina 'será' mãe ou dona-de-casa, o menino 'será' o chefe da família, o que exerce trabalho fora do lar, seja pescador, motorista (meninos brincam de carrinho?), policial ou militar. Prossegue Benjamin:

“Mesmo quando não imita os utensílios dos adultos, o brinquedo é uma confrontação – não tanto da criança com o adulto, como deste com a criança. Não são os adultos que dão em primeiro lugar os brinquedos às crianças?(...) O brinquedo infantil não atesta a existência de uma vida autônoma e segredada, mas é um diálogo mudo, baseado em signos, entre a criança e o povo”<sup>179</sup>.

O tempo de trabalho do pescador está mais próximo do seu "tempo cultural" do que o dos trabalhadores urbanos. Tem-se clareza disso ao se assistir a uma das tradicionais regatas de jangadas ou botes a pano que praticamente toda comunidade praiana realiza pelo menos uma vez por ano<sup>180</sup>. Assim como a população sertaneja se diverte domando, nas vaquejadas, o mesmo gado que tange no pasto (em que pese a atual espetacularização desses eventos), os pescadores exibem-se orgulhosos em competições onde sua perícia pode ser admirada por todo um público assistente. O esporte é incorporado pelos pescadores como atividade afinada ao trabalho. Para um pescador, conduzir a embarcação numa regata é um acontecimento. Algo bastante diferente do dia-a-dia de sua árdua jornada, que geralmente consiste em partir de madrugada para o mar, longe dos olhares cotidianos, e retornar desgastado no final do dia. Qual trabalhador urbano utiliza-se de seu instrumento de trabalho também para o lazer?

São em momentos assim que "as pessoas talvez tenham de reaprender

---

século XIX, para além das cooperações artesanais, é produzido também pela indústria.

<sup>179</sup> BENJAMIN, Walter, Op. Cit.

<sup>180</sup> Atentei para isso em 1996, em Redonda (Icapuí-CE). Me impressionou o interesse com que alguns amigos pescadores assistiam, pela televisão, as disputas de vela nas Olimpíadas.

algumas artes de viver que foram perdidas na revolução industrial”<sup>181</sup>, entre trabalhadores muitas vezes vistos como ‘desqualificados’, ‘analfabetos’ e ‘ignorantes’, quando não se utilizam adjetivos mais pejorativos (como ‘preguiçosos’ e ‘vagabundos’) para se referir ao pescador . Ao contrário de muitas categorias de trabalhadores urbanos, os pescadores sabem “como preencher os interstícios de seu dia com relações sociais e pessoais mais enriquecedoras e descompromissadas, como derrubar mais uma vez as barreiras entre o trabalho e a vida”<sup>182</sup>.

“Vida” não deve ser desassociada do processo de aprendizado do pescador artesanal. Isso seria desconsiderar um aspecto interessante do repassar de saberes que esta pesquisa aborda. A atividade pesqueira, o conhecimento dos marcos marítimos, das épocas do ano, das melhores condições para captura da espécie, são elementos, dentre outros, aprendidos no cotidiano, fora de uma estrutura formal de ensino<sup>183</sup>. Para a imensa população que habita nos locais como os aqui apresentados, pescar não é algo que se aprende na escola, e sim no convívio com os pais, amigos, vizinhos. A pesquisa do SINE-CE citada anteriormente comprova um cenário que é comum às comunidades de pescadores. Mais de 62% dos entrevistados pela equipe do SINE informaram que aprenderam a pescar com os próprios pais, e mais de 25 % disseram que aprenderam com outros companheiros.

Essa pesquisa do SINE-CE foi concluída há mais de 15 anos (1989) e concluiu que tratava-se de uma forma de aprendizado comum “nos países onde o índice de analfabetismo é alto” Em que pese a implantação de políticas públicas de ensino nos últimos anos, quando ampliou-se o acesso à educação básica , o analfabetismo ainda é grande entre os pescadores artesanais. Assim são reduzidas as perspectivas de encontrar trabalho em outras atividades que não a pesca, o que leva ao fortalecimento do laço com os mais velhos e a continuidade do processo tradicional de aprendizagem<sup>184</sup>. Um conhecimento do qual os

---

<sup>181</sup> THOMPSON, E.P., *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Cia. das Letras, 1998

<sup>182</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>183</sup> Claro que aqui não se trata de desconsiderar a importância de pesquisas e do ensino acadêmicos desenvolvidos pela Engenharia de Pesca e pela Oceanografia.

<sup>184</sup> 62,34% dos pescadores entrevistados pelo SINE-CE , seja na pesca artesanal seja na industrial, informaram que aprenderam a pescar com parentes. 10,39% aprenderam sozinhos e 25,97% disseram que aprenderam com companheiros. Apenas 0,65% foram treinados por

pescadores têm de se valer não apenas para sobreviver, mas também para enfrentar as adversidades a que estão sujeitos a cada temporada de pesca, sobretudo com as oscilações de produção registradas no setor lagosteiro nos últimos anos.

## **5- Nem tudo que reluz é ouro.**

Os primeiros anos de pesca de lagosta registraram altas ininterruptas (ver tabelas 1 e 2 nos Anexos). Segundo a Sudene, a produção de lagosta para exportação em Fortaleza e no Recife saltou de 40 toneladas para 6.210 toneladas somente entre 1955 e 1962 <sup>185</sup>. Nada parecido com o cenário atual, quando as estatísticas apontam para mais uma grande crise no setor<sup>186</sup>. Crise anunciada ainda na década de 1960, quando ocorreria a primeira grande escassez de lagosta que se daria em 1965, e seria uma constante a partir da década de 1980 conforme ,demonstra tabela a seguir.

**Tabela 2: Produção de lagosta no Ceará e no Nordeste entre 1981 e 2000. A tabela detalha a produção das duas espécies de lagosta comercializáveis (p. argus e p. laeviscauda) – Fonte: Labomar-UFC/ Prof. Aduino Fontelene.**

ANO	P.ARGUS-NE	P.ARGUS-CE	P. LAEVICAUDA-NE	P. LAEVICAUDA-CE	TOTAL-NE	TOTAL-CE
1981	6.401	2.134	2.902	967	9.303	3.101
1982	6.906	2.302	2.340	780	9.246	3.082
1983	3.755	1.252	1.519	506	5.274	1.758
1984	6.527	2.176	2.330	777	8.857	2.952,33
1985	5.940	1.980	1.614	538	7.554	2.518
1986	3.868	1.289	1.506	502	5.374	1.791,33
1987	5.354	1.785	1.578	526	6.932	2.310,67
1988	5.570	1.857	2.585	862	8.155	2.718,33
1989	6.143	2.048	1.460	487	7.603	2.534,33
1990	6.901	2.300	2.301	767	9.202	3.067,33
1991	8.248	2.749	2.750	917	10.998	3.667
1992	7.191	2.397	1.797	599	8.988	2.996
1993	6.585	2.195	1.302	434	7.887	2.629
1994	6.468	2.156	1.941	647	8.409	2.803
1995	8.107	2.702	1.431	477	9.538	3.179,33
1996	7.753	2.584	1.057	352	8.810	2.936,67
1997	5.351	1.784	729	243	6.080	2.026,67
1998	4.069	1.356	1.317	439	5.386	1.795,33
1999	3.773	1.258	1.223	408	4.996	1.665,33
2000	4.173	1.391	1.351	450	5.524	1.841,33

empresas e 0,65% fizeram algum curso específico. FELISMINO, Pedro Henrique de M., MOREIRA, Fernanda Mara Penaforte e SANTOS, João Bosco Feitosa, Op. Cit.

<sup>185</sup> Ver tabelas nos anexos.

<sup>186</sup> “ Pesca tem produção ameaçada”, anuncia O POVO de 7 de setembro de 2003, apontando para uma queda de 7.8t em 91 para 4,2t em 96. Para 2003 espera-se uma produção ainda menor. Em contrapartida, o preço do quilo saltou de US\$ 19,7 em 1991 para US\$ 25,6 em 2000.

Conforme a tabela, nas décadas de 1980 e 1990 e relação de queda com o aumento na produção anual é inconstante, provavelmente reflexo de problemas como pesca predatória, redução de cardumes, aumento na frota pesqueira, entre outros. Ainda conforme a tabela, percebe-se que a oscilação da produção acentua-se nos anos de 1990. Se em 1991 registrou-se a maior produção desde o estabelecimento da indústria da pesca no NE(10,9 t) , a década terminará com uma produção(5,5t) menor do que a de 1962 (6,2t)<sup>187</sup>.

A redução dos cardumes de lagosta com o início da exploração foi tão evidente que exigiu intervenção do Estado. A partir de 1975 o governo federal regulamenta o período de interrupção da pesca de lagosta entre Janeiro e Maio, o "defeso" (ou "paradeiro", no linguajar dos pescadores), causando impacto na atividade dos pescadores, provocando ociosidade<sup>188</sup>.

A necessidade de se regulamentar a pesca era cogitada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) ainda nos anos de 1960, prevendo limites de tamanho para captura, proteção para reprodução das espécies de valor comercial (*Panulirus argus* e *Panulirus laevicauda*) e registro de barcos e pescadores, entre outros itens<sup>189</sup>. Posteriormente a implantação do defeso, veio a inclusão dos pescadores no seguro-desemprego, a partir do estudo do SINE-CE do final dos anos de 1980, determinando o pagamento de um salário mínimo por cada mês sem trabalho.

Se a regulamentação efetiva da pesca só vem nos anos de 1970, ela não deixou de ser assunto ainda nos anos de 1960. Em 1962 o Ministério da Agricultura baixa uma portaria determinando a suspensão da pesca entre os meses de fevereiro e maio a partir daquele ano. Mas a determinação foi invalidada, conforme notícia veiculada em O POVO de 15-02-1962:

**“PERMITIDA A PESCA DA LAGOSTA ATÉ 15 DE MAIO”**

“Foi suspensa a portaria 70 do Ministério da Agricultura que proibia a pesca da lagosta entre o dia de hoje e o dia 15 de maio(...). A medida

---

<sup>187</sup> FONTE: Labomar/ Prof. Aduino Fontele - 2005

<sup>188</sup> "Um dos maiores problemas levantados pelo setor produtivo tem sido o desemprego gerado por essa medida administrativa, uma vez que poucos pescadores desenvolvem outra atividade nesse período", in CASTRO E SILVA, Sonia Maria Martins de, e ROCHA, Carlos Arthur Sobreira, *Embarcações, Aparelhos e Métodos de Pesca Utilizados nas Pescarias de Lagosta no Estado do Ceará*, Labomar- Ufc, Fortaleza, 1999.

<sup>189</sup> Coelho, Petrônio A., *Bases para regulamentação da pesca da lagosta, Boletim Estatístico de Pesca*, SUDENE, 1962.

beneficiou a mais de mil pescadores cearenses, que ficariam privados do seu meio de subsistência, bem como a própria economia cearense, que perderia cerca de 300 milhões de .....por movimentos.”<sup>190</sup>

O professor Melquíades Pinto Paiva então já chamava atenção para o assunto, segundo chamada de O POVO de 21-02-1962: “Técnica: não é possível deixar sem regulamentação a pesca da lagosta - Carta do dr. Melquíades Pinto Paiva , diretor da Estação de Biologia Marinha da Universidade” <sup>191</sup>.

No final do ano de 1962 uma rara matéria, de iniciativa do jornal O POVO, reforçava o tema:

**“LAGOSTA TENDE A DESAPARECER DAS ÁGUAS DO CEARÁ”**

A pesca da lagosta em águas cearenses agora está sendo feita da maneira mais primitiva possível do ponto de vista de proteger o espécime a fim de evitar seu desaparecimento . A Divisão de Caça e Pesca que fiscaliza a exploração do crustáceo está completamente desparelhada para exercer seu trabalho. Enquanto isso a pesca é feita em larga escala por quase vinte companhias diferentes. Como se sabe o comércio da lagosta é feito preferencialmente por estrangeiros.

Para dar uma idéia da ineficiente ação da Divisão de Caça e Pesca, basta dizer que nesta época do ano não dispõe de qualquer estimativa ou dados sobre a exploração e a exportação do crustáceo. Há algum tempo atrás a Divisão de Caça e Pesca ensaiou a compra de barcos para fiscais e portarias proibindo a pesca da lagosta na época da desova. A portaria não está mais em vigência e possivelmente não será mais renovada por desinteresse e pressão das firmas de pesca e os barcos não serão adquiridos, conforme soubemos. Os técnicos mais autorizados são de opinião que se persistirem os métodos atuais a lagosta desaparecerá definitivamente das águas do Ceará”<sup>192</sup>.

Porém o *lobby* das empresas pesqueiras já era muito forte naquele momento, e a pesca seguiu sem regulamentação por mais de uma década. O próprio professor Melquíades Paiva conta que a luta pela regulamentação foi difícil. Precursor da luta pela defesa da espécie, o professor Melquíades Paiva vive no Rio de Janeiro desde 1976 e acabou se tornando uma espécie de “exilado” por suas posições, conforme ele mesmo relatou:

“Saí daí [*de Fortaleza*] inclusive por que arranjei muita inimizade por causa disso. Muito lagosteiro não gosta de mim por causa disso. Eu tive muito atrito. Não foram poucos não e principalmente depois da introdução da rede de caçoeira. Os lagosteiros não me perdoavam, não

---

<sup>190</sup> O POVO, 15-02-1962

<sup>191</sup> O POVO, 21-02-1962 [ OBS: não há microfilmagem da página onde estaria a carta].

<sup>192</sup> O POVO, 14-12-1962.

me deixavam em paz. Eles faziam bandalheiras e eu avisava a Marinha. Quem introduziu a rede foram os grandes. Produzi relatório para Sudepe e disseram que eu era comunista, era contra empresa privada. Nos relatórios eu mostro a desgraça da pesca, por volta do final dos anos 1960”.<sup>193</sup>

Ao longo das últimas décadas, o discurso e a prática preservacionistas foram incorporados, em maior ou menor escala, tanto por órgãos públicos quanto por movimentos organizados de pescadores, mas não sem que fossem travadas outras “guerras” e sem que os problemas desaparecessem, tornando-se cada vez maiores e mais variados.

Um exemplo disso é que, sem lagosta os pescadores são levados a outra modalidade de pesca que, para ser rentável tanto quanto a do crustáceo, pode ameaçar de extinção outras espécies. Vale citar o caso da pesca de camarão com rede de arrasto, proibida, mas largamente praticada. Esse tipo de pesca captura camarão marinho usando um tipo de rede (a caçoeira) que raspa o fundo do mar e, além do camarão, traz corais, pedras, peixes pequenos e tartarugas. Isso tem feito com que tanto o camarão quanto outras espécies diminuam ano a ano. “Há cinco anos a gente colocava a rede no mar e quando ia apanhar, dentro de quatro horas, tirava até 100 quilos de pescado. Hoje a gente não tira cinco quilos”, reclamava o pescador José Marques dos Santos, da praia de Taíba, em Caucaia-CE, na região metropolitana de Fortaleza. Faz coro com ele o pescador e vizinho Francisco Aurélio Gabriel: “A gente tinha o camarão branco, o lagostim, os peixes miúdos e muitos outros frutos do mar, criados no banco de corais da Taíba. Hoje não temos quase nada e o pouco que resta a rede de arrasto está destruindo”<sup>194</sup>.

O camarão, a partir da década de 1990 do século XX, ganha pouco a pouco o prestígio da lagosta na pauta de exportações do Nordeste<sup>195</sup>. Alastra-se, no litoral do PI, RN e CE, os criatórios de camarão em cativeiro, que somavam mais de 250 somente no Ceará em 2002 (Ibama), e causam problemas sérios no meio ambiente, pois geralmente são instalados em área de mangue ou de matas ciliar, provocando desmatamento. O trabalho nos viveiros trouxe novas técnicas e,

---

<sup>193</sup> Entrevista com Melquiades Pinto Paiva.

<sup>194</sup> “Diminuição do pescado: Pesca predatória destrói criatórios naturais”, jornal Diário do Nordeste, Fortaleza, 30/07/03.

<sup>195</sup> Só no Ceará, de janeiro a setembro de 2003, o camarão de cativeiro rendeu mais R\$ 50 milhões e já era o segundo item na pauta de exportação (jornal O Povo, out/2003).

até 2003, pelo menos um trabalhador havia morrido devido ao manuseio de produtos químicos sem a devida proteção, segundo a Delegacia Regional do Trabalho e a Secretaria Estadual de Saúde do Ceará.

Estima-se que a indústria da pesca, somente na atividade artesanal, envolva cerca de 600 mil trabalhadores em todo o Brasil <sup>196</sup> e está em constante alteração, seja no que diz respeito à legislação trabalhista seja no que se refere ao seu impacto ambiental. Hoje o cenário de atividades ligadas à pesca se redesenha rapidamente. Fluxos migratórios surgem (ou ressurgem, são redefinidos) na medida em que a população de determinada espécie marítima diminui ou que a devastação ambiental atinge níveis críticos.

Este é o caso da população do Cumbe, comunidade centenária distante cerca de 14 km de Aracati-CE. O Cumbe já foi santuário ecológico às margens do estuário do rio Jaguaribe. Hoje é um dos lugares onde mais proliferaram viveiros de camarão a partir dos anos de 1990. Tendo na captura de caranguejos uma de suas fontes de renda, os trabalhadores do Cumbe, nos anos, são obrigados a se deslocar para Areia Branca, no Rio Grande do Norte, há cerca de 150 km de distância. A partir de uma alta mortalidade de caranguejos ocorrida em 2001, os caranguejos praticamente deixaram de existir no estuário. Por enquanto, análises químicas da água não apontaram para qualquer relação com a criação de camarão, apesar da sabedoria popular dos pescadores atribuir o sumiço do caranguejo aos produtos químicos utilizados para conserva do camarão “despescado”.

De fato, a migração aparece para pescadores de comunidades tradicionais como solução forçada para o descontentamento da família daqueles pescadores com o seu local de origem. A pesquisa do SINE-CE realizada com pescadores em Fortaleza (1989) concluiu que mais de 55% dos entrevistados na capital tinham sua origem no interior do Estado, e que 67% destes “migraram pela insatisfação com o local de origem e, sobretudo, na busca de melhores condições de vida”<sup>197</sup>.

O turismo também aparece co-relacionado à atividade dos pescadores

---

<sup>196</sup> Dados da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca do governo federal, no jornal Diário do Nordeste, “Medida pretende diminuir registros falsos: Ceará será o 2º a recadastrar pescadores”, 18/07/2005.

<sup>197</sup> FELISMINO, Pedro Henrique de M., MOREIRA, Fernanda Mara Penaforte e SANTOS, João Bosco Feitosa, Op.Cit.

artesanais. A partir da segunda metade dos anos 70, houve "a progressiva diminuição dos estoques [*de lagosta*] e a queda de produtividade. Esse fato, associado ao fim da política de incentivos fiscais ao setor pesqueiro industrial, em 1977, elevou os custos produtivos e fez com que diversas empresas passassem de produtoras a compradoras. As empresas concentraram suas atividades no beneficiamento e na comercialização do produto para o mercado externo, financiando a pesca da lagosta pelo setor pesqueiro artesanal"<sup>198</sup>.

Essa primeira grande crise da pesca coincide com a época (final dos anos de 1970) a partir da qual se acentua o fluxo turístico (nacional e internacional) para praias brasileiras. Os pescadores passaram a dedicar parte do tempo em que não estão pescando a passeios de jangada com turistas. Atividade rentável (o preço atual é de cerca de R\$ 10,00 por pessoa) e que exige esforço bem menor do que o desprendido numa jornada de pesca.

O turismo viria a ser agente transformador na história de várias localidades litorâneas a partir dos anos 70, alterando relevos e comportamentos. Entre essas praias figura Canoa Quebrada, "Itaparica, Alcântara, Porto Seguro, Arembepe, Ilha do Mel, que já não estão tão seguras quanto à sua privacidade, a sua identidade cultural"<sup>199</sup>.

Há muitas outras questões co-relacionadas à indústria da pesca da lagosta aguardando respostas. Por exemplo: Freitas chama atenção para necessidade de se ouvir as mulheres<sup>200</sup>. Seria interessante indagar qual passou a ser o papel das mulheres, a partir do contato com a nova indústria, se de alguma forma isso não alterou a "política do macho, da dominação masculina" pois "o que permanece lamentavelmente ignorado é a história do machismo e da masculinidade (muito tipicamente assumida como normal e por isso, normativa, não problemática)"<sup>201</sup>.

Cada vez mais as mulheres buscam inserção direta na produção pesqueira, ainda que não seja com a lagosta, como, por exemplo, as

---

<sup>198</sup> "A luta dos povos do mar", *revista Universidade Pública*, ano III, nº 09, UFC, dezembro 2001.

<sup>199</sup> CABANAS, Luiz Carlos, *Pequena História de Canoa Quebrada*, edição do autor, Fortaleza, 1990.

<sup>200</sup> "É interessante observar como homens e mulheres contam suas histórias de maneiras diferentes. Geralmente, os homens utilizam-se da voz ativa; as mulheres, da voz passiva." FREITAS, Sonia Maria, *História Oral, Possibilidades e Procedimentos*, Humanitas/FfICh-USP, São Paulo, 2002. pg 70.

<sup>201</sup> LINS, Daniel Soares, "Lampião, o homem que amava as mulheres", Anna Blume, São Paulo, 1997

marisqueiras de Fortim(CE), há alguns anos já reunidas em uma associação e hoje membros decisivos na Colônia de Pescadores local<sup>202</sup>. Mais uma vez recorro ao trabalho do SINE-CE para compreender o porque dessa busca de espaço para mulheres na pesca. Muitas vezes dependentes do trabalho dos maridos para manter a casa, as mulheres de pescadores geralmente têm pouca qualificação profissional para exercerem atividades extra-domiciliar. Embora seja comum elas se valerem de saberes tradicionais relacionados à tecelagem manual (renda e labirinto) para ganharem seu próprio dinheiro, trata-se de uma renda complementar.

Quando ficam viúvas “aquelas mulheres que apenas esperavam seus homens do mar e que administravam a família apoiada na ausência/presença do marido, vêem-se sozinhas, obrigadas a trabalhar para sustentar a família (...). Por não terem instrução, recorrem às atividades de faxineira, lavadeira, serviço doméstico e até à prostituição, para não verem seus filhos morrerem de fome”<sup>203</sup>. Mais do que uma solução para sobrevivência, em caso de viuvez, a pesca se lhes apresenta como oportunidade de manter a dignidade perante suas famílias e suas comunidades.

Nesses espaços se percebe ainda que há diferenças econômicas e de poder local entre famílias diferentes, estabelecendo-se uma hierarquia mínima entre elas. Tais diferenças não são evidenciadas, mas é nelas que está a relação de poder, de dependência dos membros de uma família aos de outra. O fato é que há oposições gritantes entre famílias que ascenderam ao poder político-econômico (seja na representação oficial – Câmara Municipal, Prefeitura etc -, seja na dita representação comunitária – associações, igrejas) e as famílias que não o fizeram. Os micro-poderes emergem, embora dissimulados no não-dito.

Também são percebidas diferenças intra-familiares, ou seja, entre membros da mesma família, onde a ascensão econômica e a melhoria de vida pode não se dar uniformemente para todos os membros. O que não deixa de ser intrigante considerando que não raro há famílias que se organizam como pequenas

---

<sup>202</sup> A esse respeito ver dissertação de mestrado *Mulheres do Mangue. Memória e Cotidiano das Marisqueiras, Fortim-CE*, de Gustavo Bezerril Cavalcate, no Programa de Pós Graduação do Departamento de História da UFC, 2003. Ver também *Uma Pescadora Rara No Litoral do Ceará*, vídeo de autoria de Sidneia Luzia da Silva, apresentado no XX Cine Ceará. Sidneia Luzia da Silva é de Redonda e durante anos exerceu a pesca como profissão.

<sup>203</sup> FELISMINO, Pedro Henrique de M., MOREIRA, Fernanda Mara Penaforte e SANTOS, João

empresas, onde vários irmãos pescam sob os auspícios de um patriarca que não tem mais condições (ou mesmo necessidade) de ir ao mar, sendo este o responsável pela remuneração, armazenamento e escoamento do resultado do trabalho daqueles.

São aspectos que merecem atenção especial de um olhar “de fora”, do “outro”, pois, conforme o Bourdieu,

“o pesquisador, ao mesmo tempo mais modesto e mais ambicioso do que o curioso por exotismos, objetiva apreender estruturas e mecanismos que, ainda que por razões diferentes, escapam tanto ao olhar nativo quanto ao olhar estrangeiro, tais como os princípios de construção do espaço social ou os mecanismos de reprodução desse espaço”<sup>204</sup>.

Creio que a prática do historiador deve se atentar para aspectos amplos como os citados acima, pois se trata de um esforço no sentido de se definir uma “ecosofia”, conceito que segundo Guatarri, envolve ética pessoal e meio ambiente interagindo com o sistema econômico, para se confrontar à globalização, tão apropriadamente chamada por este autor de Capitalismo Mundial Integrado (CMI)<sup>205</sup>. Assim conduzidas, a pesquisa pode apontar para as novas (e também antigas, mas desconhecidas) “cartografias do desejo” (Rolnik) escritas a partir desses anos de pesca.

Termos e práticas mercadológicas como “diversificação da pesca” e “reordenamento do setor lagosteiro” estão associados mais à lógica capitalista do que à realidade de populações praianas. Estas exigem respostas imediatas para continuarem trabalhando e sobrevivendo. Pois, para o capitalismo, a natureza seria ‘inesgotável’, uma inverdade conforme vêm demonstrando os desmatamentos em terra e a devastação dos mares. A constante redução dos cardumes de lagosta, o aumento na atividade da pesca ilegal e o empobrecimento visível das comunidades de pescadores do setor são sinais evidentes de que uma desorganização se instalou no cotidiano desses trabalhadores, e tal processo tem de ser amplamente analisado e compreendido para que sejam encontradas alternativas a ele.

Diferentes, mas não menos grave que as batalhas do passado, estes são

---

Bosco Feitosa ,Op.Cit.

<sup>204</sup> BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas – Sobre a teoria das ações*, Editora Papyrus, Campinas-SP, 1995. pg 15

alguns termos da guerra que vem sendo travada pelos povos do mar e que sem dúvida trará desdobramentos que merecem atenção constante não só de sociólogos ou biólogos, mas também dos historiadores.

---

<sup>205</sup>GUATARRI, Felix, *As três ecologias*, Papirus, São Paulo, 1990.

## **CONCLUSÃO**

Creio ter obtido êxito quanto a responder as muitas questões levantadas nesta pesquisa. O primeiro capítulo deste trabalho comprovou suas hipóteses iniciais: a indústria da pesca da lagosta foi introduzida no Brasil a partir de 1955 e alterou definitivamente o cotidiano, os saberes, os hábitos e o meio ambiente de uma população composta por milhares de famílias de pescadores. Sobretudo por dar início ao processo de acumulação de capital a partir da organização de uma atividade que antes seguia basicamente regras tradicionais e cuja produção atendia a demandas localizadas. As entrevistas com alguns desses pescadores e outros atores sociais que viveram naquele período vieram no sentido de confirmar a pesquisa de arquivo, o que não deixou dúvidas quanto a este aspecto, ou seja, a datação exata do início da pesca da lagosta com fins comerciais.

Também foi importante a confrontação dos discursos de jornais de linhas ideológicas diferentes para entender que a instalação de uma modalidade nova no mercado capitalista nacional não se deu consensualmente. Nas páginas de O DEMOCRATA pode-se ver que os primeiros passos do americano Davis Morgan causaram uma reação inesperada. O que se anunciava em jornais liberais (em O POVO, por exemplo) como ‘progresso’ da pesca, é tido pelo jornal comunista como mais uma frente de exploração dos trabalhadores brasileiros pelo capitalismo internacional.

Não se trata aqui de endossar ou julgar o pensamento dos editores de O DEMOCRATA, mas sim de evidenciar que nem todas as novidades que surgiram nos anos de 1950 foram absorvidas uniformemente por todos os segmentos da sociedade. Com a pesca da lagosta não foi diferente.

O segundo capítulo, ao abordar a “Guerra da Lagosta”, possibilitou evidenciar três aspectos. Primeiro, demonstrar que tratou-se da inserção definitiva de pescadores e de empresários brasileiros num mercado capitalista internacional do qual eles estavam ausentes. Segundo, foi possível narrar o episódio priorizando a leitura da imprensa local, através dos arquivos da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, e, terceiro, pôde-se contextualizar o conflito com outros acontecimentos simultâneos, como o declínio do colonialismo internacional e o

final do governo de João Goulart, interrompido pelo golpe militar de 1964.

A consulta aos arquivos locais foi importante para esse capítulo. Boa parte dos exemplares de O POVO se encontra micro-filmada na Biblioteca Estadual e, embora o estado das máquinas leitoras deixe a desejar, o resultado foi compensador. É claro que o trabalho seria mais completo se contivesse outras fontes, jornais de outros estados e mesmo jornais da França, mas isso dependeria de investimentos financeiros e de tempo e recursos que, infelizmente, nos faltam para fazer pesquisa no Brasil (no que é valiosa a disposição pessoal e o acompanhamento prestimoso dos nossos orientadores). Mas priorizar a leitura de O POVO sobre a “Guerra da Lagosta” não significou desprezar outras fontes só pelo fato de estarem distantes.

Hoje a Internet nos possibilita acesso a fontes que estão arquivadas a milhares de quilômetros do local da pesquisa, mas esta também é uma consulta que exige critérios e seleção para que não nos deixemos seduzir pelo simples gesto de “copiar” e “colar” que o hiper-texto proporciona. Por exemplo, ao buscar as palavras chaves “Guerra da Lagosta”, mas de 100 referências surgiram, e foi preciso analisá-las com cuidado. Muitas eram nebulosas, outras parciais (artigos de militares, por exemplo), outras carregadas de xenofobia, e muitas se tratavam de artigos não científicos que narravam ou citavam a “Guerra” de forma caricatural. De todas elas, apenas uma referência teve importância para este trabalho, o tão citado artigo de Antonio Carlos Lessa<sup>206</sup>.

Por fim, o terceiro e último capítulo surgiu da complementação de hipóteses levantadas inicialmente e do resultado de pesquisa de campo e leituras incorporadas no decorrer da pós-graduação. O fato de ter sido orientado por um antropólogo doutor em História (Franck Ribard) possibilitou uma transversalização bibliográfica e de diálogos que não teriam acontecido apenas com acompanhamento de outras disciplinas ou pesquisas em arquivos e trabalho de campo.

Creio que a intenção mais importante desse capítulo foi alcançada, e nela está contida a hipótese central de todo o trabalho: demonstrar que é possível compreender historicamente a permanência e alteração de saberes da

---

<sup>206</sup> LESSA, Antonio Carlos, A Guerra da Lagosta e Outras Guerras: Conflito e Cooperação Nas Relações França-Brasil(1960-1964) , in *Cena Internacional*, Ano I, Número 1, UNB,1999.

pesca artesanal em confronto com a modalidade industrial. A partir do conceito de sócio-anthropologia marítima, de Antonio Carlos Diégues, em comparação e complementação com os diálogos travados com muitos pescadores ao longo desses últimos anos, evidencia-se a História de uma categoria de trabalhadores que por vezes aparece envolta pelo manto mítico da aventura. Com frequência vemos abordagens, em pesquisas “acadêmicas” ou na mídia, que satisfazem muito mais ao que Bourdieu chama de “curiosidade pelo exotismo”<sup>207</sup> do que a busca de singularidades que possibilitem compreender os diferentes momentos históricos por que passam esses trabalhadores.

É importante ressaltar que foram tratados alguns dos muitos aspectos que a história da pesca de lagosta propicia. Entre eles, destaca-se o potencial interdisciplinar (o que passou a ser tão caro e importante à historiografia a partir dos Anales), possibilitando diálogos entre a História Oral, a História Ambiental e a “história do tempo presente”. Creio que muitas hipóteses aqui levantadas, relacionadas com o turismo, o meio ambiente, com questões de gênero e a identificação dos pescadores com a classe trabalhadora poderão ser aprofundadas a partir desta pesquisa. Coloco a seguir alguns exemplos dessa transversalidade possível entre assuntos proporcionados pela abordagem da história do tempo presente dos pescadores, a começar pela análise da permanência das crenças populares e do papel da religião.

Numa palestra proferida em Fortaleza em 2002, o professor José Gil, sociólogo e antropólogo, ao abordar o sentimento de inveja nas sociedades, afirmou que “jamais a ciência e a tecnologia da idade moderna foram capazes de erradicar a magia e a feitiçaria das práticas culturais da sociedade”. O que diz o pensador português é instigante, sobretudo se pensarmos nas comunidades que vivem ainda em contato direto com a natureza. Nessas persistem sistemas ancestrais de crenças e de curandeirismo, marcas de outras temporalidades onde o acesso a tratamento médico e a remédios era raro ou mesmo impraticável. Benzedeiras, raizeiros e outras categorias de “sábios populares” continuam praticando antigos conhecimentos aos quais recorrem as comunidades tradicionais quando se confrontam com “anomalias e contradições” (GEERTZ) às

---

<sup>207</sup> BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas. Sobre a teoria das Ações*, Papyrus Editora, Campinas, 1995.

quais não são dadas respostas objetivas no plano material.

Isso me interessa por concordar que, atrás de aparentes superstições, há muito de sabedoria popular. Nas praias do interior do Ceará isso não é diferente, os praticantes desses saberes estão vivos e atuantes, muitas vezes gozando de prestígio tanto quanto as autoridades legais ou eclesiásticas. Localizar e entrevistar detentores desses saberes ainda é possível de ser feito, e este seria um objeto interessante para outra pesquisa.

Também caberia investigar até que ponto as diferentes crenças religiosas determinam o ritmo de trabalho em comunidades como a Redonda, onde a presença protestante é marcante, o que impõe diferenças que devem ser consideradas e investigadas. Os católicos, por exemplo, não saem ao mar em dias “santos”, como São Pedro (29 de junho) ou Nossa Senhora dos Navegantes (08 de dezembro), paralisação que não existe entre os pescadores protestantes.

O catolicismo também propicia uma certa ritualização da saída para o trabalho. No amanhecer do dia 1º de Maio de 2004, reabertura dos trabalhos na pesca de lagosta, um coro de dezenas de mulheres faz ecoar, em procissão pela vila, um hino católico tradicional cujo refrão diz

“Senhor, tu me olhastes nos olhos/ A sorrir, pronunciastes meu  
‘nome/ Na praia, eu larguei o meu barco/ Junto a ti, buscarei outro  
mar”.<sup>208</sup>

A procissão antecedeu um café da manhã comunitário que reuniu praticamente toda a vila de Redonda. Terminado o café coletivo, dezenas de jangadas transportaram, para os botes, os pescadores e seus aparelhos de pesca, iscas, víveres, repetindo uma rotina que se estabelece a partir de maio e se estende até o final do ano. É importante, neste contexto, perceber a eficácia da sabedoria espontânea, das crenças, dos simbolismos aparentes, mas plenos de significados. São questões relacionadas mais às Ciências Sociais do que à História, mas isso não impede que seja estabelecido o diálogo interdisciplinar.

---

<sup>208</sup> O hino se chama “A Barca”, e a letra completa é: “Tu te abeiraste da praia/Não buscaste nem sábios, nem ricos,/Somente queres que eu te siga/Senhor, tu me olhastes nos olhos/A sorrir pronunciastes meu nome/Lá na praia eu larguei o meu barco/Junto a ti buscarei outro mar/Tu sabes bem que em meu barco/ Eu não tenho nem espada, nem ouro/ Somente redes e o meu trabalho/ Tu minhas mãos solícitas/ Meu cansaço que a outros descansa/ Amor que almejas seguir amando/ Tu pescador de outros lagos/ânsia eterna de almas que esperam/Bondoso amigo que assim me chamas.” Agradeço ao amigo Rosivaldo Pereira de Melo, colega na graduação, pela letra de “A Barca”.

A figura do pescador, do jangadeiro, é indiscriminadamente utilizada para promoção de eventos de qualquer natureza que ocorra na região litorânea, sobretudo em Fortaleza. A jangada está no escudo da bandeira do Estado do Ceará, como se o pescador fosse constituinte de um referencial identitário comum à toda a população. A figura ou silhueta da vela da jangada adorna desde estampas de roupas a congressos médicos, ou de Engenharia, ou de Direito etc. Porém, distante da imagem do “herói” que “domina” a natureza, encontramos a realidade nem sempre idílica de homens e mulheres que se fazem valer de sua capacidade de conhecer e retraduzir um cotidiano que eles sabem ser inconstante e mutável como é o mar com o qual convivem.

Neste trabalho, falo de pessoas que, no seu cotidiano, sempre exercem prudência, no exato sentido de um aforisma de Nietzsche que leva esse nome, “Prudência”:

“Não é bom viajar nesta região,/ E se possuis espírito, vela dobradamente / Vão te atrair, te amar, a ponto de te dilacerarem: / são espíritos exaltados e portanto, falta-lhes – sempre – o espírito”<sup>209</sup>.

Pois somente assim, evitando a mitificação, a folclorização e a idealização da categoria “pescador”, é que se pode entender sua real condição nos dias de hoje.

---

<sup>209</sup> NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, “A Gaia Ciência”, Hemus Editora, São Paulo, 1981.

## **BIBLIOGRAFIA**

- AZEVEDO, Roberto de, Rivas, Alexandre A. F. e Melo, Rosemeiry, *Análise Econômica de Produção da Pesca Marítima na Região Nordeste do Brasil: Período 1980 A 1988*, LABOMAR-UFC, Fortaleza, 1989/90.
- BATALHA, Cláudio H.M., *Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências*, in FREITAS, Marcos Cezar, *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998, pg 156.
- BENJAMIN, Walter, *Magia e Técnica, Arte e Política*, Obras Escolhidas, Volume 1, Tradução de Sérgio Paulo Rouanet, Editora Brasiliense, 1996.
- BEZERRA, Roberto Cláudio F., E Costa, Raimundo Saraiva, *Influência de Métodos de Pesca Sobre a Eficiência dos Covos na Captura de Lagosta no Ceará*, mimeo, Labomar/Ufc, Fortaleza, 1970.
- BEZERRIL, Gustava Cavalcante, *Mulheres do Mangue. Memória e Cotidiano das Marisqueiras, Fortim-CE*, dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação do Departamento de História da UFC, mimeo, Fortaleza, 2003.
- BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas. Sobre a Teoria das Ações*, Tradução de Mariza Côrrea, Papyrus Editora, Campinas, 1995. -  
\_\_\_\_\_ Conferência do Prêmio Goffman: A dominação masculina revisitada, Tradução de Roberto Leal Ferreira, In *A dominação masculina revisitada*, LINS, Daniel(org.), Editora Papyrus, Campinas-SP, 1998 .
- BRAGA, Cláudio, *A Guerra da Lagosta*, edição do autor, Rio de Janeiro, 2004.
- BURKE, Peter(Org.), *A Escrita da História*, Unesp, São Paulo ,1992

-CABANAS, Luiz Carlos, *Pequena História de Canoa Quebrada*, edição do autor, Fortaleza, 1990.

- CAPELATO, Maria Helena R., *Imprensa e História do Brasil, Imprensa oficial e imprensa contestadora. O jornal como documento. O papel do jornal na História*, Editora Contexto/USP, São Paulo-SP, 1988.

-CARDOSO, Ciro, e Vainfas, Ronaldo (Orgs.) *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1997.

-CASTRO E SILVA, Sonia Maria Martins de, e Rocha, Carlos Arthur Sobreira, *Embarcações, Aparelhos e Métodos de Pesca Utilizados nas Pescarias de Lagosta no Estado do Ceará*, Labomar- Ufc, Fortaleza, 1999.

- CLASTRES, Pierre, *A Sociedade Contra o Estado*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1988.

-COELHO, Petrônio A., *Bases Para Regulamentação da Pesca da Lagosta*, mimeo, Sudene, Depto. de Estudos Especiais, Divisão Pesca, Recife, 1962

- DA SILVA, Maria Cecília Silvestre, *Organização e Autonomia da Comunidade de Redonda, Icapuí(CE)*, dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente(Prodema) da Universidade Federal do Ceará, mimeo, Fortaleza, 2004.

-DEAN, Warren, *A Ferro e a Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, Cia. das Letras, São Paulo, 1998.

-DIEGUES, Antonio Carlos S., *Pesca Artesanal: Tradição e Modernidade*, III

Encontro de Ciências Sociais do Mar, USP, São Paulo, 1989.

-DINIZ, Conceição S., *Exportação Nordestina de Caudas de Lagosta*, mimeo, Sudene, Depto. de Estudos Especiais, Divisão Pesca, Recife, 1969.

-FILHO, Antonio Luiz Macedo Silva, *Paisagens do Consumo, Fortaleza no Tempo da Segunda Guerra*, Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, Fortaleza, 2002.

\_\_\_\_\_ *Fortaleza, Imagens da Cidade*, Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, Fortaleza, 2001 .

-FILHO, Djalma Lima Paiva, e Filho, Pedro de Alcântara, *Pescarias comerciais de lagostas com redes de espera no estado do Ceará(Brasil)* , mimeo, Labomar/UFC, Fortaleza, 1975.

-FILHO, José Fausto; Matthews, Henry Ramos, e Lima, Hermínia de Holanda, *Nota Preliminar Sobre a Fauna dos Bancos de Lagostas no Ceará*, mimeo, Labomar/UFC, Fortaleza, 1966.

-FILHO, Pedro de Alcântara, e Rocha, Carlos Arthur Sobreira, *Curvas de Rendimento de Lagostas no Estado do Ceará* , mimeo, Labomar/UFC, Fortaleza, 1973.

-FONTENELE-FILHO, Antonio Adauto, e Guimarães, Maria Socorro Sobra, *Diagnóstico da Situação Econômica da Indústria Lagosteira no Estado do Ceará* , Mimeo, Labomar/Ufc, Fortaleza, 2000.

- FREITAS, Sonia Maria, *História Oral, Possibilidades e Procedimentos* , Humanitas/Ffch-USP, São Paulo ,2002.

- GARCIA, Marco Aurélio, *Tradição, Memória e História dos Trabalhadores*, in *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*, Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo, 1992.

- GEERTZ, Clifford, *O Saber Local. Novos ensaios em antropologia interpretativa*, Petrópolis: Vozes, 1997.

-GESTEIRA, Tereza Cristina Vasconcelos, e Mesquita, Antonio Luciano Lobo de, *Época de Reprodução , Tamanho e Idade na Primeira Desova da Lagosta *Planulirus Laevicauda*(Latreille), na Costa do Estado do Ceará(Brasil) , mimeo, Labomar/UFC, Fortaleza, 1975.*

- GIL, José, *Metafenomenologia dasinvejas:magia e política*,in *Nietzsche e Deleuze, bárbaros e civilizados*, Annablume,São Paulo, 2004.

-GUATTARI, Felix, e ROLNIK,Suely, *Micropolítica, Cartografias do Desejo ,* Vozes, Petrópolis, 1996.

\_\_\_\_\_ *As Três Ecologias* , Papirus, São Paulo, 1990.

-GUERREIRO-FILHO, Camilo, e Lopes, Ademir Leitão, *Legislação Básica da Pesca* ,Rio De Janeiro, 1972.

- HABERMAS, Jürgen. *Ciência E Técnica Como “Ideologia”*. In: *Os Pensadores*. Vol. XLVIII. Editora Abril ,São Paulo, 1975.

- HARDMAN, . Franciso Foot, *Nem Patria Nem Patrão* , Editora Unesp, São Paulo 2002.

- HOBBSAWM, Eric, *Mundos do Trabalho* , Paz e Terra, São Paulo, 1988 .

\_\_\_\_\_ *O Novo Século. Entrevista A Antonio Polito*, Companhia das Letras, São

Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_ *Nações e Nacionalismos Desde 1870* , Paz e Terra, São Paulo, 1998.

- HOGGART, Richard, 'Nós' e 'Eles' ,in Oliveira, Paulo de Sales(Org.), *O Lúdico na Cultura Solidária* , São Paulo, Hucitec,2001.

-HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, Companhia das Letras, São Paulo(SP), 2001.

-LE GOFF, Jacques, *História e Memória* , Editora da Unicamp, Campinas, 1994.

-LESSA, Antonio Carlos, A Guerra da Lagosta e Outras Guerras: Conflito e Cooperação Nas Relações França-Brasil (1960-1964) , in *Cena Internacional*, Ano I, Número 1, UNB,1999.

- LEVIS-SRAUSS, Claude, *Tristes Trópicos*, Tradução de Rosa Freire Dáguiar, Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

-LINHARES, Maria Yelda, História Agrária, in *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*, in CARDOSO, Ciro, e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.), Ed. Campus, Rio De Janeiro, 1997.

-LINS, Daniel Soares, *Antonin Artaud, O Artesão do Corpo Sem Órgãos* , Relume Dumará, Rio De Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_ *Lampião, O Homem Que Amava As Mulheres*, Anna Blume, São Paulo, 1997.

-MALDONADO, Simone C., A Caminho das Pedras: Percepção e Utilização do Espaço na Pesca Simples , in *Pesca Artesanal: Tradição e Modernidade*, III Encontro de Ciências Sociais do Mar, Diegues, Antonio Carlos S.(Org.),USP, São

Paulo, 1989.

- MENESES, Ulpiano Bezerra de, *Museus Históricos: da Celebração à Consciência Histórica*, in *Como Explorar Um Museu Histórico*, Museu Paulista/USP, São Paulo 1994.

-MUNIZ, Túlio de Souza, “O Ouro do Mar”. *O surgimento da indústria da pesca da lagosta no Litoral Leste do Ceará*, monografia de graduação em História na UFC, mimeo, 2003.

- NEVES, Berenice Abreu de Castro, *Do Mar ao Museu, a Saga da Jangada São Pedro* Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, Fortaleza, 2001.

-NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, *Além do Bem e do Mal, Prelúdio a Uma Filosofia do Futuro*, Tradução de Paulo César de Souza, Cia. das Letras, São Paulo 2001.

\_\_\_\_\_ *A Gaia Ciência*, Tradução de Edson Bini, Marcio Pugliesi e Norberto de Paula Lima, Hemus Editora, São Paulo , 1981

-OLIVEIRA, Lúcia Helena, Espaço e Territorialidade no Universo da Pesca Artesanal, in *Pesca Artesanal: Tradição E Modernidade*, III Encontro de Ciências Sociais do Mar, Diegues, Antonio Carlos S.(Org.),USP, São Paulo, 1989.

-PÁDUA, José Augusto, *Um Sopro de Destruição*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2002.

- PAIVA, Melquíades Pinto(Org.), *Pescarias Experimentais de Lagostas com Redes de Espera no Estado do Ceará, Brasil* , Labomar, Fortaleza, 1973).

\_\_\_\_\_ *Estudo Sobre a Pesca de Lagosta no Ceará Durante o Ano de 1965*,

Estação de Biologia Marinha, UFC, Fortaleza, 1966.

\_\_\_\_\_ *Sobre Os Recursos Pesqueiros do Estado do Ceará*, Anuário da Pesca, São Paulo, 1969

- PALHARES-BURKE, Maria Lucia Garcia, *As muitas faces da História*, Editora do IFCH-Unicamp, Campinas(SP), 1996.

-PESAVENTO, Sandra Jatahy, *História e História Cultural*, Autêntica, Belo Horizonte, 2003.

-PONTE, Sebastião Rogério, *Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social 1860-1930*, Edições Demócrito Rocha, Fortaleza 1999.

- PRADO, Danda, e Amaral, Babeth, *Nossas adoráveis famílias*, Brasiliense, São Paulo, 1993.

-ROLNIK, Suely, Guerra dos gêneros e guerra aos gêneros, in *Estudos Feministas 96*, UERJ, Rio de Janeiro.

-RAMOS, Francisco Régis Lopes, *O Verbo Encantado, a Construção do Pe. Cícero no Imaginário dos Devotos*, Editora Unijuí, Ijuí-RS, 1998.

-SADER, Eder, *Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo. 1970-1980*, São Paulo, Paz e Terra, , 1992.

-SAHNLINS, Marshall, *Ilhas de História*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

-SANDRONI, Paulo, *Novo Dicionário de Economia*, Ed. Best Seller, São Paulo, 1994.

- SANTANA, Thiago(org), *Mar de Luz-Litoral do Ceará*, álbum fotográfico, Tempo D'Imagem, Fortaleza, 2000.
  
- SANTOS, Edison Pereira dos, *Curvas de Rendimento de Lagostas no Estado do Ceará(Brasil)*, Mimeo, Labomar/UFC, Fortaleza, 1973.
  
- SCOTT, James C., *Formas cotidianas da resistência camponesa*, Raízes, Campina Grande: UFCG, v. 21, nº 01, p.10-31, jan/jun 2002.
  
- SILVA, Gláucia Oliveira da, *Água, Vida e Pensamento: Um Estudo de Cosmovisão Entre Trabalhadores da Pesca*, in *Pesca Artesanal: Tradição E Modernidade*, Encontro de Ciências Sociais do Mar, Diegues, Antonio Carlos S.(Org.),USP, São Paulo, 1989.
  
- SILVA, Luiz Geraldo (Coord.), *Os Pescadores Na História Do Brasil , Vol. I, Colônia e Império*, Comissão Pastoral dos Pescadores, Recife,1988.
  
- THOMPOSN, E.P., *Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional* , São Paulo, Cia. Das Letras, 1998.
  
- \_\_\_\_\_ *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma Crítica ao Pensamento de Althusser*, Zahar Editores, Rio De Janeiro, 1997.
  
- \_\_\_\_\_ *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
  
- THOMPSON, Paul, *A Voz do Passado: História Oral*, Paz E Terra, São Paulo, 1992.
  
- WEBER, Max, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Tradução de Pietro Nassetti, Martin Claret, São Paulo, 2002.

## **JORNAIS E PERIÓDICOS**

- Jornal O POVO, jornal diário de Fortaleza. Anos: 1955, 1956, 1957, 1962, 1963, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

Jornal O DEMOCRATA. Anos:1956, 1957, 1958.

-Jornal Diário do Nordeste, jornal diário de Fortaleza. 2000, 2003, 2005.

-Jornal The New York Times, na Internet (Www.Nyt.Com).

-Consultor Jurídico, Revista do Movimento do Ministério Público Democrático,2003.

-Revista Universidade Pública, Ano III, Número 09, UFC, Dezembro2001 /Janeiro2002.

-Jornal CanoAracati, jornal comunitário editado desde 1999 em Canoa Quebrada.

- Seu Jornal (Aracati, Icapuí e Fortim), jornal que circulou em Aracati entre 2001e 2002.

-Jornal O LEME , jornal do Sindicato dos Armadores de Pesca do Ceará. 2005.

## **Filmes**

-“Uma Pescadora Rara no Litoral do Ceará”, Sidneia Luzia da Silva, vídeo apresentado no XX Cine Ceará. Sidneia Luzia da Silva é de Redonda e durante anos exerceu a pesca como profissão.

-“Canoa Veloz”, Tibico Brasil , curta metragem em 16mm apresentado no XX Cine Ceará, Fortaleza, 2005.

-“Vilas Volantes”, de Alexandre Veras, curta metragem em 16mm apresentado no XX Cine Ceará, Fortaleza, 2005.

-“Cidadão Jacaré”, de Firmino Holanda e Petrus Cariri, documentário exibido na TV Cultura, 2005.

## **ÍNDICE DE MAPAS, TABELAS E FIGURAS (por ordem de inserção no texto)**

- MAPA I – Localização dos principais municípios do litoral do Ceará  
(Fonte:<http://www.mapas-brasil.com/index.html> ..... **pg.06**
- Tabela 1 – Produção de lagosta no Ceará e no Nordeste entre 1955 e 1980. A tabela detalha a produção das duas espécies de lagosta comercializáveis (p. argus e p. laevicauda) – Fonte: Labomar-UFC/ Prof. Adauto Fontelene.....**pg 21**
- FIGURA 1 :Pilha de manzuás. Fonte: UFBA.....**pg.23**
- Figura 2: capa da edição de 25-07-1957 de O DEMOCRATA.....**pg. 35**
- MAPA II – Mapa do Brasil com destaque para área do litoral do Nordeste onde se deram as movimentações militares na “Guerra da Lagosta”. Fonte: <http://www.mapas-brasil.com/index.html>. .....**pg 39**
- Figura 3: Barcos apreendidos, fotos em O POVO de 03-08-1963.....**pg. 43.**
- Figura 4: Capa da edição de O POVO em 28-03-1963 .....**pg 46**
- FIGURA 5 : charge publicada em O POVO de 04-03-63..... **pg. 56**
- FIGURA 6: Capa de O POVO de 23/34-03-1963..... **pg. 56**
- FIGURA 7: alguns tipos de embarcações . Fonte: Labomar-UFC..... **pg. 82**
- FIGURA 8: Géréré de um aro (Fonte: UFBA) .....**pg. 83**
- Tabela 2: Produção de lagosta no Ceará e no Nordeste entre 1981 e 2000. A tabela detalha a produção das duas espécies de lagosta comercializáveis (p. argus e p. laevicauda) – Fonte: Labomar-UFC/ Prof. Adauto Fontelene..... **Pg. 90**

## **ANEXOS**

### **ANEXO I**

**Entrevista com Luciano Rocha Freire, 50 anos, morador dos Estevão, pescador e construtor de jangadas, gravada e transcrita pelo autor da pesquisa no segundo semestre de 2002, nos Estevão(aracati-CE)**

**Pergunta- Você pesca desde quando?**

**Luciano Rocha Freire-**Eu pesco desde os 9 anos, comecei a pescar com meu pai. Deixei até de estudar. Nesse tempo é difícil aí eu estudava particular, meu irmão pagava para mim.Ele pagava com pesca, ele pescava.

Eu, menino, prestava muita atenção nas coisa, mas no tempo da lagosta (meu pai tinha jangada), eu e minha irmã...No tempo que meu pai pescava tinha muita jangada, nesse tempo era só jangada, né? Aí, o que eu fazia: eu e minha irmã, a gente ia pros mato buscar lenha para jangada levar para o mar. Nós , nesse tempo era barrica, e a água nós botava quando era de manhã assim uma hora dessas [eram 11h da manhã] já tinha mais ou menos quase todo mundo no seco já, porque ia num dia e voltava no outro e quem fornecia a lenha e a água pra jangada do meu pai era eu e ela e quando chegava o pescador pegava assim cinco, seis, lagosta, pegava e botava pra gente, pagava o serviço pra nós.

A gente vendia a lagosta, pegava o dinheiro e dava pra mãe da gente, não ficava com o dinheiro porque era minino e não sabia, não precisava de dinheiro.

Me lembro que o pessoal pegava a lenha, a água e cozinhava as cabeça. Muitas vezes, fazia o que, sobrava, fazia o que: enterrava, cavava um buracão, jogava dentro e enterrava. Pegava muito.

E nesse tempo era dois por um, duas lagosta valia por um. E não era lagosta pequena não. E a compra deles era dois por um.

**P-E era jangada de que?**

**LRF-** De piúba, era jangada de piúba

**P- E era madeira daqui?**

**LRF** – Não rapaz, meu pai pegava de Manaus, o navio trazia até Fortaleza, né? Aí de Fortaleza pra cá vinha de caminhão. Aí vinha para Majorlandia. Aí nesse tempo para passar era cancela, pra passar pagava um bom dinheiro. A gente pegava uma jangada pequena, chegava lá amarrava seis pau, sete, oito, amarrava e fazia uma balsa, a gente chamava uma balsa. Chegava aqui encostava, aí quando a maré enchia, agente vinha bolando os pau grande, pesado. Aí a gente colocava no ombro, pro rapaz, e ali mesmo ele construía a jangada.

**P- Você aprendeu assim?**

**LRF**- A fazer jangada? Não nesse tempo dessas eu nunca fiz, quem fez foi Raimundo, meu irmão. Meu pai pagava pra fazer aí Raimundo foi olhando, logo aprendeu e fez. Agora era jangadinha pequenininha

**P- E com quantos se fazia uma jangada?**

**LRF**-Uma jangada grande? Era uma faixa de que? Uns oito pau...

**P- E quanto tempo durava.**

**LRF**- Durava mais legal mesmo era um ano. Mas pesava, viu? Agora tinha uma qualidade de madeira que era também piúba mas era madeira do Sul. Essa era maneirinha, era leve, mas não era grossa que nem essa outra. E meu pai falava que só só emendava os pau e os boi arrastava aquilo de dentro da mata ate chegá.

**P- E quando passaram a utilizar isopor?**

**LRF**- Que eu me lembre, acho que mais ou menos 20 anos.

**P- Pó que não usaram mais piuba?**

**LRF-** Porque era mais difícil, mais dificuldade. Foi aparecendo isopor e aí fomo testá vê se dava certo. Aí deu certo e continuamô. A piúba era toda torneada, não era prego nem ferro não, era torno. Eu ia mais meu pai lá pros mato buscá uns mói de pau, de pau-ferro, pra tazer, quer era os torno , de torneá. Aí pra furar era difícil.

**P- E quando chegaram as lanchas?**

**LRF-** Depois que começou as lancha aí foi o destroço de lagosta. Mais ou menos o que? Uns 18 anos mais ou menos. A jangada ia e voltava e a lancha ia e ficava lá. Eu pesquei muito, passava até de 15 dias lá mas o total mesmo era de 12 dias a viagem completa. A lancha chega e não respeita o barco, não respeita ninguém, leva o material...

Nesse tempo a embarcação a pano , da jangada, ainda usava gêêrê, e aí era mais difícil e lagosta morria. Cada pescador daquele ia com dois gerere, era so gerere, não tinha negócio de cangaia não, levava gerere e trazia. Fazia de fio, a rede de fio, e o arco grande e tinha gente que dizia que no puxar vinha, cinqüenta, sessenta lagosta. E as vezes não vinha porque ele [lagosta] é ligeiro, e é aberto o gerere, é aberto por cima.

**P- E as lanchas usavam guincho.**

**LRF-** Tinha umas que tinha guinhco. Aí nós pescava o quê? Com mais ou menOS 300 côvo. Nesse tempo era covo. Um navio grande era seis pessoas, era o motorista e quatro para trabalhar e o cozinheiro. Dependendo do tamanho da embarcação, se for de deis metro pra riba, aí leva mais.

**P- E o compressor?**

**LRF-** Rapaz, o compressor.... Quando vem, vem acabando com tudo. Se acabar o compressor a gente ainda vai vê lagosta ainda, mas se não acabar o compressor não vai ter. A gente que é pescador pega seis, sete, cinco lagosta, e o compressor não, ele cerca tudo. E você deve saber que adonde tem gente véi[velha] não tem gente só véi, tem os minino também. Arrasta tudo e deixa que

quando chega em cima o peso dos grande já mata os pequeno, e lagosta é uma coisa muito fraca pra morrer e, mesmo que quêra soltar, não adianta mais. É uma coisa que atrapalha demais. O ano passado deram um combate bom, mas aí abandonaram e quando abandona o pessoal do Rio Grande do Norte chegou, quem tá invadindo é o pessoa do Rio Grande do Norte.

**P- Pescando embarcado, ia muito distante?**

**LRF-** Não, só no mar daqui, tem muito que sai fora, vai para Recife, isso aí os barco grande, aí eles vão pra fora. Mas antigamente não precisava não, era lagostim demais aqui mesmo, mesmo com muito barco mas todo mundo pegava. A pescaria, pra levar o pescador pra frente, é o lagostim, a pescaria é a lagosta. Se for pro mar e trazer cem quilo de peixe e vender a treis real dá 300 real. Dadonde você vê que se pega quatro quilo de lagostim mesmo, se você pega, da 300 real, porque tão paganda até oitenta e dois real [preço do quilo em setembro 2003]. Você vê: um tantinho de lagosta é tanto dinheiro quando uma ruma de peixe. É muita coisa, né?

**P- Sempre foi essa diferença?**

**LRF-** Toda vida, lagosta nunca chegou no preço do peixe não, nunca, não tem nem condição. Agora, no tempo que era dois por um eu não sei como era o preço, sei que meu pai tinha jangada e tinha um que era nativo, o Sebastião, tinha o Morgam. Nesse tempo era bom demais, era ir e vir, ia no dia e voltava no mesmo dia e quando não era ia hoje e voltava amanhã. Eu era tão pequeno nesse tempo que eu e minha irmã, nós ia buscar, nós trazia assim, nós era pequeno e não tinha condição de nós trazê duas lata d'água, nós trazia, nós duas, uma só. Botava um pau e botava no ombro e aí nós trazia pra encher uma barrica, né, que não levava nem duas lata de água. Aí nós trazia uma lata cheia ou senão menos que cheia, a gente pegava mais ou menos uma lata e meia e a gente se baseava, mas sempre sobrava um pouco. E pagava também porque a água quando nós pegava na bomba, nós pagava né? Nesse tempo era bomba.

**P- Vinha gente de fora para pescar?**

**LRF-** Vinha, mas era pescador também. A jangada não era legal e mandava chamar o carpina, mandava ajeitá o calço. Aí depois que Raimundo meu irmão aprendeu quem fazia muito era ele. Aí, se sabe, a gente, minino, gosta muito de ta observando as coisa. É que nem eu: Eu faço minhas jangadas e ninguém nunca me ensinou, eu também nunca pedi para ninguém me ensinar. Eu só de olhar eu vi e aí eu mesmo faço. Minhas rede de pescaria nunca ninguém me ensinou a remendar, eu vi fazer e eu mesmo fiz, quem remenda sou eu .Outra coisa que aprendi: tem gente que aprende fazendo, eu aprendi desmanchando. Sabe o que foi? Amarrar o anzol, encastoá que nós chama. Eu achei uma veiz um anzol e , aí, cê sabe, minino é muito curioso, aí eu fui, olhei, olhei, observei bem, deixei, vi como é que era, né? Aí fui desenrolei tudo para ver como é que era. Aí eu fiquei: então se eu for fazer esse trabalho agora eu faço. Aí fui fazer e deu certo. Não foi fazendo, foi desmanchando. Também tem uma coisa: tem muito pescador aqui que não faiz nada, não sabe pra onde é que vai, tem gente que sabe fazer a rede mas não sabe remendá

## **Anexo II**

**Trecho de conversa informal com Genésio dos Santos Craça, o 'Tibiro', 64 anos, morador de Canoa Quebrada, um dos primeiros compradores de lagosta, reproduzida a partir de anotações do autor desta pesquisa.**

“ A lagosta , quem começou a pescar em 56, foi o Erone e o Zé de Jackson, que pescavam de gereré. Eles vendiam para Antonio de Adrião, do Córrego dos Rodrigues e ele vendia no Mercado Velho de Aracati, para consumidor avulso. Depois de quase um ano apareceu um americano chamado Morgan. De 57 para 58 veio outro americano, chamado Bill, da Pro Marina. Tinha também o Luiz Guarani, que a gente chamava de Americano. Ele era de Recife, era o Rei da Lagosta. O Luiz abriu as praias até o Retirinho [hoje divisa Aracati-Icapuí], botava no caminhão Ford e levava para Fortaleza direto, isso em 58.

Em 59 abriram um frigorífico no Aracati, no Ubiraci, na esquina do Marilac [hospital] com a Fábrica [Santa Tereza]. Até essa época a lagosta daqui ia de

jumento para Majorlandia e de lá ia para Aracati. Em 59 veio um jipe 54, do Chico Velho, que recolhia a lagosta de Canoa a Redonda e levava para Majorlandia.

Antes de 56, 55, ninguém nem comia [lagosta] , dizia que fazia mal. A pesca era de peixe, que a gente vendia pros marchan. Em 59 veio a Companhia , a Pro Marina. Em 62 veio o Luiz Gentil, da Ipesserra. Lembro que eu comprei 20 e tantas mil lagostas. No começo de fevereiro veio o ministro para Majorlandia, num domingo. Quando foi de 12 horas , terminada a festa, veio o Neudo carregado de lagosta. No dia seguinte todo mundo foi pescar. O Ministro veio para a festa lagosta, o paradeiro é mais recente. .

A vida do pescador melhorou muito. A pesca de gerere foi até 63,64, aí chegou as lanchas. Em 63 fracassou, desapareceu. Os pescador foram embora quase tudim, aí a pesca caiu de uma vez, veio dar de novo agora.

Na Redonda tinha os ´samango´, a lagosta preta, listrada, ´soldado´. Lá toda vida deu lagosta, nunca fracassou. Em Canoa caiu porque em 66, 67, metade dos pescador foram embora. Redonda ficou direto e Canoa Quebrada voltou de dois anos para cá. Em 70 deu a safra maior do mundo, de lá pra cá fracassou. Aqui na praia hoje tem pouca gente. Tem gente de Aracati, de Redonda, de Diogo Lopes [praia de Macau-RN].

Em 63 a lagosta era 10 conto o quilo. Primeiro a pesca era de gerere, depois veio o manzuá em 66, 67, e depois a rede. A cangaia veio de outros país, do estrangeiro mesmo. As companhia fazia assistencialismo, dava remédio, transporte para o Aracati. Quando terminava a pesca ninguém tinha nada, gastava nos cabaré, nas festas...” .

### **ANEXO III**

**Relato sobre progressão da política nacional na delimitação do território marítimo brasileiro".(Fonte:www.brasilpordentro.hpg.ig.com.br/mar).**

### **MAR TERRITORIAL**

O limite internacionalmente admitido para a soberania de qualquer país

sobre as águas de seu litoral foi até bem pouco tempo, um tiro de canhão, ou seja, 3 milhas marítimas. A Conferência Sobre o Direito do Mar, reunida em Genebra em 1958, ampliou essa faixa, deixando a cada governo a faculdade de fixar a extensão de sua conveniência, contanto que não ultrapassasse 12 milhas. No Brasil, o interesse pelos recursos do mar começou em 1951, quando Getúlio Vargas declarou "integrada ao território nacional a plataforma submarina, a parte correspondente ao território continental e insular do Brasil". Os motivos para este ato baseavam-se no fato de a exploração e aproveitamento das riquezas naturais encontradas na plataforma serem cada dia maiores e de vários estados americanos já terem reivindicado esse direito de domínio, jurisdição ou soberania (Estados Unidos e México, em 1945; Argentina, 1946; Chile e Peru, 1947). Além disso, a intensificação da pesca em águas territoriais e alto-mar provocava leis nacionais e convenções internacionais para regular esse exercício. Exceto alguns movimentos internos e isolados, o Brasil não colocou em discussão a extensão de seu mar territorial além das 3 milhas convencionais até 22 de setembro de 1966, quando o presidente Castelo Branco enviou ao Congresso projeto de decreto-lei ampliando para 6 milhas as águas oceânicas nacionais, com a finalidade principal de proteger as atividades pesqueiras. Apesar de o decreto ter sido sancionado em 14 de novembro de 1966, diversos barcos estrangeiros continuaram extraindo grande quantidade de pescado e produtos do mar da plataforma continental brasileira, despertando a opinião pública para a necessidade de ampliar ainda mais a faixa marítima nacional. Com a adoção do limite de 200 milhas pela Argentina, o Brasil anunciou que não reconheceria esse direito. Entretanto, logo foi assinado acordo multilateral entre os dois países e o Uruguai, estabelecendo a faixa de 200 milhas e garantindo, também, o respeito mútuo pelas 6 milhas de soberania nacional de cada um deles. O aparecimento no Rio Grande do Sul de barcos pesqueiros soviéticos capazes de aprisionar grandes quantidades de pescado levou o deputado gaúcho Flores Soares, em 1967, a pedir urgência para a tramitação, no Congresso, da lei que ampliava para 100 milhas o nosso território marítimo, e por mais 100 a área de direito exclusivo de pesca. Neste mesmo ano, surgiu o projeto de lei complementar apresentado pelo deputado Osmar Dutra, que definia e delimitava a plataforma submarina: "1. O leito do mar e o subsolo das regiões submarinas adjacentes a costa sob as águas do mar territorial e da zona contígua e fora destes, até a profundidade em que se puder aproveitar os

recursos naturais aí existentes; 2. O leito do mar e o subsolo das regiões análogas, adjacentes às costas das ilhas oceânicas". Com os pronunciamentos dos membros do Congresso e dos representantes do Itamaraty nos organismos internacionais, a plataforma submarina passou a ser a principal questão do momento. Desta forma, ao mesmo tempo que ocorria no Rio de Janeiro a sessão do comitê da ONU sobre a utilização pacífica dos recursos do fundo dos mares e oceanos, o presidente Costa e Silva baixava decreto-lei dispondo sobre a exploração e pesquisa na plataforma submarina do Brasil, inclusive desfazendo as dúvidas sobre este termo: "As expressões "plataforma submarina", "plataforma continental" e "plataforma continental submarina" são equivalentes para exprimir o objeto do presente decreto". Entretanto, faltava definir ainda os limites do mar territorial brasileiro e, pouco depois, em 25 de abril de 1969, o presidente, através do ato número 5, decretou que o mar territorial do Brasil compreendia todas as águas que banham o litoral do país. Essa situação permaneceu até 25 de março de 1970, quando o presidente Medici baixou decreto-lei alterando o mar territorial para 200 milhas. O govêrno, ao expor seus motivos, ressaltou: "Pelo exame das razões apresentadas, verifica-se que, além do problema de ordem econômica representado pela necessidade de defesa do potencial biológico marinho brasileiro, foi dada especial ênfase ao aspecto político da questão. A adoção de uma solução coincidente com a que tende a prevalecer em toda a América Latina é julgada de grande conveniência, pois ensejará a formação de uma frente única latino-americana, no trato de questões afins, nos organismos e conferências internacionais".

#### **ANEXO IV**

**A matéria *Barcos chineses invadem a Amazônia em busca de camarão*, publicada no jornal Estado de São Paulo de 09-08-2000, que ilustra bem a atualidade problemática da ação de barcos clandestinos de outros países em água brasileiras.**

*A invasão dos barcos chineses em águas territoriais brasileiras, além de desrespeitosa às convenções internacionais, significa uma "concorrência desleal", dizem os pescadores*

**Belém** - O Sindicato das Indústrias de Pesca dos Estados do Pará e Amapá denunciou ao Ministério do Meio Ambiente a invasão de grandes barcos chineses na Amazônia, para a pesca clandestina de camarão. "É uma situação de extrema gravidade e as autoridades brasileiras precisam tomar urgentes providências", afirmou o presidente do sindicato, Ivanildo Pontes.

De acordo com ofícios entregues ao comandante do IV Distrito Naval em Belém, vice-almirante José Antônio Castro Leal, ao delegado do Ministério da Agricultura no Pará, Antônio D'Ávila de Souza Neves, e ao superintendente regional do Ibama, Paulo Contente, a invasão dos barcos chineses em águas territoriais brasileiras, além de desrespeitosa às convenções internacionais, significa uma "concorrência desleal com os empresários nacionais, que pagam seus impostos e geram emprego na região".

A pesca ilegal do camarão está sendo feita por quatro navios-fábricas de bandeira chinesa, no litoral norte. Essas embarcações de grande porte são equipadas com instalações industriais para o armazenamento de dezenas de toneladas de camarão. Para pescar na costa do Pará e Amapá, os chineses entram clandestinamente pela Guiana Francesa.

Ivanildo Pontes informou que os barcos chineses estavam operando a 2º 10' de latitude e 48º35' de longitude, exatamente onde se achavam as embarcações nacionais. Nessas coordenadas, segundo confirmação de oficiais da Marinha, a profundidade do oceano varia entre 35 e 40 metros. "A pesca nessa profundidade é feita somente por barcos brasileiros, pois não temos equipamentos e nem experiência para capturar o camarão em águas mais profundas".

Já os barcos chineses e de outras nacionalidades que atuam na pesca em águas territoriais brasileiras, com licença especial do Ministério da Agricultura, têm autorização para operar em profundidade acima de 200 metros. "Mas eles ignoram solenemente esse limite e preferem pescar onde operam os brasileiros", criticou Pontes.

## **ANEXO V**

**Lei Federal, 10.779, mais recente regulamentação do seguro desemprego para pescadores artesanais.**

### **LEI N o 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003**

Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 o O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

§ 1 o Entende-se como regime de economia familiar o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2 o O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

Art. 2 o Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos:

I registro de pescador profissional devidamente atualizado, emitido pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso;

II comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como pescador, e do pagamento da contribuição previdenciária;

III comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio acidente e pensão por morte; e

IV atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal, que comprove:

- a) o exercício da profissão, na forma do art. 1 o desta Lei;
- b) que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido

entre o defeso anterior e o em curso; e

c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá, quando julgar necessário, exigir outros documentos para a habilitação do benefício.

Art. 3º Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, todo aquele que fornecer ou beneficiar-se de atestado falso para o fim de obtenção do benefício de que trata esta Lei estará sujeito:

I a demissão do cargo que ocupa, se servidor público;

II a suspensão de sua atividade, com cancelamento do seu registro, por dois anos, se pescador profissional.

Art. 4º O benefício de que trata esta Lei será cancelado nas seguintes hipóteses:

I início de atividade remunerada;

II início de percepção de outra renda;

III morte do beneficiário;

IV desrespeito ao período de defeso; ou

V comprovação de falsidade nas informações prestadas para a obtenção do benefício.

Art. 5º O benefício do seguro-desemprego a que se refere esta Lei será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991.

Brasília, 25 de novembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Jacques Wagner